MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Conselho Superior

RESOLUÇÃO 184/2026 - CONSUP/RE/IFAP

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, no âmbito do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR Equidade, do Campus Laranjal do Jari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP **,** no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no processo nº 23228.003177.2026-46, e as deliberações na 78º Reunião Ordinária do Conselho Superior, realizada no dia 19 de outubro de 2026,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente os arts. 23 e 24;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais;

CONSIDERANDO as diretrizes do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR Equidade;

CONSIDERANDO a Portaria nº 147/2026 – SEC-GAB-LRJ/DIGERAL-LRJ/LRJ/IFAP, de 24 de setembro de 2026, que instituiu a comissão responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso;

CONSIDERANDO o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, elaborado para atender às demandas de formação docente na perspectiva da educação inclusiva;

CONSIDERANDO o Parecer Técnico nº 8/2026, que se manifesta favoravelmente à aprovação do Projeto Pedagógico do Curso;

CONSIDERANDO o Parecer nº 151/2026/CONSUP, emitido pelo conselheiro relator, que apresenta manifestação favorável à aprovação do PPC, acompanhada de ressalvas e recomendações;

CONSIDERANDO o atendimento às ressalvas e recomendações apresentadas pelo conselheiro relator, conforme documentação constante nos autos do Processo nº 23228.003177.2026-46;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, no âmbito do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR Equidade, vinculado ao Campus Laranjal do Jari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP.

Art. 2º O Projeto Pedagógico do Curso, em sua versão final e consolidada, constitui o Anexo Único desta Resolução, devendo ser observado na organização, no desenvolvimento e na execução das atividades acadêmicas e pedagógicas do curso.

Art. 3º A Pró-Reitoria de Ensino – PROEN e o Campus Laranjal do Jari deverão acompanhar a execução do Projeto Pedagógico do Curso, observando a legislação educacional vigente e as normas institucionais aplicáveis.

Art. 4º As eventuais alterações no Projeto Pedagógico do Curso deverão observar os procedimentos institucionais de análise e aprovação pelas instâncias competentes.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Neilson Oliveira da Silva**, **Presidente em Exercício do Conselho Superior do Instituto Federal do Amapá (CONSUP/IFAP) - PRES. CONSCD01 - CONSUP** , em 06/11/2026 18:30:44.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 06/11/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 199572
Código de Autenticação: e6305c8a1d

Projeto Pedagógico do Curso Licenciatura em Educação Especial Inclusiva

PARFOR EQUIDADE

INSTITUTO FEDERAL
Amapá

CAMPUS LARANJAL DO JARI – AP

2026

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá tem como:

MISSÃO

Transformar vidas por meio da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, garantindo a formação integral e verticalizada

VISÃO

Ser referência na promoção da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pública, gratuita, sustentável e de qualidade na região amazônica

VALORES

Excelência acadêmica;

Inclusão e diversidade;

Transparência e gestão democrática;

Eficiência governamental;

Integridade e ética;

Desenvolvimento sustentável;

Responsabilidade social;

Cultura e clima organizacional e Conservação da biodiversidade.

ROMARO ANTÔNIO SILVA
REITOR

CRISTINA COUTINHO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORA DE ENSINO

TELMA ADRIANA SOUZA LOBATO
DIRETORA DE ENSINO

ADRIANA LUCENA DE SALES
COORDENADORA DE GRADUAÇÃO

LUCILENE DE SOUSA MELO
DIRETORA GERAL DO CAMPUS LARANJAL DO JARI

ROBSON TREVISAN
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO – CAMPUS LARANJAL DO JARI

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC
(Portaria nº 147/2026 – SEC-GAB-LRJ/DIGERAL-LRJ/LRJ/IFAP)

Efigenia das Neves Barbosa Rodrigues – Presidente
Lorena Cunha Tavares
Vera Lúcia Silva de Souza Nobre
Tatiana dos Santos Costa
Marcia Cristina Tavora do Nascimento
Cleyde Nascimento da Silva – Membro externo
Raquel Damasceno dos Santos

Conteúdo de referência para elaboração do PPC
Raquel Damasceno dos Santos – Proen/Diren

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **6**
1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO **8**
1.1 Dados da instituição 8
1.2 Dados do curso 8
1.3 Comissão responsável pela elaboração do PPC 9
2 CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL **10**
2.1 Histórico do Ifap 10
2.2 O Campus Laranjal do Jari 10
3 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO **12**
3.1 O papel estratégico da Educação Especial Inclusiva e seus desafios 12
3.2 Relevância educacional, social e territorial e carência regional de formação 12
3.3 Atendimento à demanda regional e ao Parfor Equidade 13
3.4 Alinhamento às políticas e estratégias institucionais 14
4 OBJETIVOS DO CURSO **15**
4.1 Objetivo geral 15
4.2 Objetivos específicos 15
5 PERFIL DO CURSO **17**
6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO **18**
6.1 Competências e habilidades 18
6.2 Áreas de atuação 19
7 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO **20**
8 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL **21**
8.1 Normas nacionais 21
8.2 Normas institucionais do Ifap 22
9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR **24**
9.1 Princípios da organização curricular 24
9.2 Estrutura em núcleos e distribuição da carga horária 24
9.3 Regime, hora-aula e distribuição semanal 25
9.4 Matriz curricular 26
9.5 Componentes curriculares optativos 34
9.6 Pré-requisitos e sequência formativa 34
9.7 Temas transversais e conteúdos obrigatórios 35
9.9 Atividades não presenciais 35
10 METODOLOGIA **37**
11 PRÁTICA PROFISSIONAL **38**
11.1 Estágio Curricular Supervisionado 38
11.2 Extensão curricularizada – Práticas de Inclusão no Território (PPIT) 38
11.3 Trabalho de Conclusão de Curso 39
11.4 Atividades Complementares Curriculares 40

12 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM **41**
13 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE CONHECIMENTOS **42**
14 APOIO AO DISCENTE, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO **43**
15 GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO **44**
16 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO **45**
17 CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO **46**
18 INFRAESTRUTURA **48**
19 CERTIFICADOS E DIPLOMAS **49**
20 NUCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS, INDÍGENAS, POVOS DA FLORESTA, COMUNIDADE LGBTQIA+ E IDENTIDADES - NEABI+
20.1 Finalidade e Fundamentação Legal
20.2 Objetivos Institucionais
20.3 Composição e Organização
20.4 Articulação com o Curso de Pedagogia
21 NUCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS - NAPNE
REFERÊNCIAS **50**
APÊNDICE A – EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES **52**
A.1 1º semestre 52
A.2 2º semestre 60
A.3 3º semestre 68
A.4 4º semestre 76
A.5 5º semestre 86
A.6 6º semestre 93
A.7 7º semestre 101
A.8 8º semestre 109
A.9 Componentes curriculares optativos 118

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO
CNPJ: 10820882/0003-57
Razão Social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Nome Fantasia: IFAP
Esfera Administrativa: Federal
Unidade de Ensino: *Campus* Laranjal do Jari
Endereço: Rua Nilo Peçanha, n° 1.263 - Bairro Cajari. CEP: 68.909-398
Cidade/UF: Laranjal do Jari/AP
Telefone(s): +55 (96) 3621-1631
E-mail de contato: Coordenação de Ensino cogen.jari@ifap.edu.br Direção de Ensino: den.jari@ifap.edu.br
Site institucional: http://www.ifap.edu.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
Denominação do curso: Licenciatura em Educação Especial Inclusiva	
Habilitação: Licenciado em Educação Especial Inclusiva	
Modalidade de ensino e turno de funcionamento: Presencial – Manhã e tarde	
Regime Acadêmico: Modular	
Tempo de integralização:	**Mínimo:** 4 anos ou 8 semestres
	Máximo: 5 anos ou 10 semestres
Número de vagas oferecidas por processo seletivo: 30 vagas	

Bases Legais

O campo da Educação Especial Inclusiva enfrenta, na atualidade, desafios relacionados à formação docente. A diversidade das formas de aprender e das necessidades de apoio dos estudantes exige dos educadores uma preparação específica e aprofundada, capaz de orientar práticas pedagógicas que assegurem sua participação e aprendizagem (Kassar, 2014).

Essa formação envolve a compreensão das especificidades das deficiências, dos transtornos do desenvolvimento e das altas habilidades ou superdotação, bem como o planejamento de práticas inclusivas e a flexibilização curricular. As mudanças nas políticas educacionais e a busca por estratégias pedagógicas adequadas às diferentes situações escolares também tornam necessária uma formação contínua, crítica e aberta à revisão das práticas.

Nas últimas décadas, a Educação Especial no Brasil passou por transformações conceituais e estruturais associadas ao fortalecimento da perspectiva inclusiva. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) expressa essa orientação ao situar a escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial no contexto de um sistema

educacional inclusivo. Trata-se de uma mudança que demanda a superação de práticas excludentes e a construção de respostas educacionais comprometidas com o direito de todos à educação (Garcia, 2013).

A Constituição Federal de 1988 constitui um marco para a ampliação do direito à educação no Brasil. A partir de sua promulgação, políticas e medidas institucionais passaram a buscar a universalização do acesso à escola, a equidade e a melhoria da qualidade do ensino (Brasil, 1988). No plano internacional, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada em Jomtien em 1990, contribuiu para ampliar o debate sobre o atendimento às necessidades educacionais de todos os estudantes. A Declaração de Salamanca, de 1994, aprofundou a discussão sobre a escolarização de estudantes com necessidades educacionais especiais em escolas comuns.

No ordenamento jurídico brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, estabelece, no art. 59, que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação condições específicas para atender às suas necessidades educacionais. Esse dispositivo orienta a organização do ensino e a oferta dos apoios necessários a esse público conforme observamos abaixo:

> Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (Brasil, 1996).

Nesse contexto, as políticas públicas educacionais precisam contemplar medidas consistentes de formação inicial e continuada, capazes de preparar profissionais para atuar em escolas inclusivas. A formação de professores constitui, na atualidade, um dos principais desafios para a consolidação da inclusão escolar de crianças e jovens com deficiência no sistema educacional brasileiro (Lima; Facci, 2012).

Para a elaboração deste Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, foram considerados documentos normativos e orientadores de âmbito internacional, nacional e institucional, que fundamentam a organização curricular e as diretrizes da formação docente proposta. Abaixo destacamos as principais:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, arts. 205, 206 e 208
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especialmente o Título VI e o Capítulo V.
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 – institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.

- Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica.
- Resolução CNE/CES nº 1/2026 – Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de bacharelado e licenciatura, no que couber.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025 – institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, e alterações posteriores.

.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 – dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado.

.

Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 – Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica.

.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – Libras e sua inclusão como componente curricular obrigatório nas licenciaturas.

.

Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021 – modalidade de educação bilíngue de surdos.

.

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA.

.

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – normas gerais de acessibilidade.

.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – estágio de estudantes.

.

Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 – Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

.

Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007 – conceito de hora-aula.

.

Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – Educação das Relações Étnico-Raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

.

Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 – Educação Ambiental.

.

Portaria CAPES nº 102, de 24 de abril de 2025 – regulamenta o Parfor Equidade; Edital CAPES nº 23/2026 e alterações.

Quadro 1 — Descrição da carga horária do curso

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA	Hora/ relógio (60 minutos)	Hora/aula (50 minutos)
Carga horária do Núcleo I - Estudos de Formação Geral	900	1.080
Carga horária do Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das Áreas de Atuação Profissional	1.600	1.920
Carga horária do Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão	332	400
Carga horária do Núcleo IV - Estágio Curricular Supervisionado	400	480

Fonte: Elaboração Comissão de Implantação do PPC (2026).

Quadro 2 — Descrição da quantidade de componentes curriculares do curso

NÚMERO DE COMPONENTES CURRICULARES				
Núcleo I	**Núcleo II**	**Núcleo III**	**Núcleo IV**	
18	30	8	6	
Total de Componentes Curriculares:		**Optativos ofertados**	**Não Obrigatórios**	**Obrigatórios**
		4 (integralizar 2)	0	63

Quadro 3 — Resumo de distribuição da carga horária total do curso (em horas/60 min)

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO				
Componentes Obrigatórios	**Componentes Optativos**	**Componentes Eletivos**	**Seminários**	**Prática Profissional**
3.232h	100h	00h	00h	400h
Atividades de Extensão	**Prática como Atividade Curricular**	**Atividades Complementares**	**Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento**	**Visita Técnica / Aula de Campo**
332 h	00h	200h	00h	200h

Quadro 4 — Histórico de criação do PPC do curso

Versão	Data	Histórico de Criação e Reformulação do Curso	Aprovação
1ª	30/09/2026	Implantação do Curso	-

Fonte: Elaboração Comissão de Implantação do PPC (2026).

Quadro 5 — Comissão responsável pela criação do PPC

Ato	Portaria	Comissão	SIAPE	FUNÇÃO
Comissão responsável pela criação do PPC do curso (1ª versão)	PORTARIA Nº 147/2026 - SEC-GAB-LRJ/DIGERAL-LRJ/LRJ/IFAP	Efigenia das Neves Barbosa Rodrigues	1469067	Presidente
		Lorena Cunha Tavares	-	Membro
		Vera Lúcia Silva de Souza Nobre	2252455	Membro
		Tatiana dos Santos Costa	1126207	Membro
		Marcia Cristina Távora do Nascimento	1953738	Membro
		Cleyde Nascimento da Silva	-	Membro Externo
		Raquel Damasceno dos Santos	1350487	Membro

Fonte: Elaboração Comissão de Implantação do PPC (2026).

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, a ser ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), Campus Laranjal do Jari, no âmbito do Parfor Equidade, orienta a organização acadêmica, pedagógica e institucional do curso. A proposta expressa o compromisso do IFAP com a formação de professores, a interiorização da educação superior pública e gratuita e a garantia do direito à educação das pessoas que constituem o público da Educação Especial.

A oferta do curso responde a uma necessidade concreta do Vale do Jari: ampliar as oportunidades de formação superior específica para profissionais que atuam nas redes de ensino da região. As distâncias territoriais e as condições de acesso à formação tornam especialmente relevante uma licenciatura situada no próprio território. Ao aproximar a formação docente das escolas e comunidades, o IFAP contribui para fortalecer as redes locais e para que os conhecimentos produzidos no curso retornem às práticas educacionais regionais.

A Educação Especial, na perspectiva inclusiva, exige mais do que assegurar a matrícula dos estudantes. Requer identificar e enfrentar as barreiras que dificultam sua permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento. Isso envolve o planejamento de práticas pedagógicas acessíveis, a diversificação de recursos e formas de avaliação, o uso de tecnologias assistivas e a articulação entre professores, profissionais do atendimento educacional especializado, equipes escolares, famílias e estudantes. Formar docentes nessa área significa, portanto, preparar profissionais capazes de atuar tanto nas situações de ensino quanto na organização de escolas que acolham a diversidade humana.

Essa formação ganha contornos próprios no Vale do Jari e na Amazônia amapaense. As experiências escolares são atravessadas pelas condições de deslocamento, pela diversidade sociocultural e pelos modos de vida das populações urbanas, do campo e das comunidades tradicionais. O curso deverá promover o diálogo entre conhecimentos científicos, saberes pedagógicos e experiências produzidas nesses territórios, evitando soluções uniformes para realidades distintas. A inclusão será estudada como compromisso ético, político e pedagógico que se concretiza nas relações cotidianas da escola.

A proposta integra ensino, pesquisa e extensão à análise das condições de escolarização dos estudantes que constituem o público da Educação Especial. Ao longo da licenciatura, os professores cursistas deverão desenvolver conhecimentos sobre acessibilidade, desenvolvimento e aprendizagem, planejamento pedagógico adaptado, atendimento educacional especializado e trabalho colaborativo. As atividades formativas, articuladas às redes públicas de ensino, permitirão relacionar a reflexão teórica aos desafios vividos nas escolas e elaborar respostas pedagógicas contextualizadas.

O curso fundamenta-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de profissionais do magistério, estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, e nas normas relativas à Educação Especial, à inclusão e à acessibilidade. Insere-se também nas finalidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e dialoga com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAP para 2024–2028. No âmbito do Parfor Equidade, alinha-se ao objetivo de fomentar licenciaturas específicas para atender às necessidades das redes públicas de educação básica, incluindo a Educação Especial Inclusiva.

A implantação da Licenciatura em Educação Especial Inclusiva no Campus Laranjal do Jari representa, assim, um passo estratégico para a formação de professores e para o fortalecimento da educação básica no Amapá. Sua contribuição estará na formação de profissionais capazes de reconhecer as potencialidades dos estudantes, enfrentar barreiras à escolarização e participar da construção de práticas e políticas educacionais comprometidas com a equidade. Ao reunir formação docente especializada e atenção às realidades amazônicas, o IFAP reafirma sua função social e amplia as possibilidades de efetivação do direito à educação no Vale do Jari.

2.1 Histórico do Ifap

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, como integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída com o propósito de democratizar o acesso à educação pública de qualidade, promover a inclusão social e fomentar o desenvolvimento regional sustentável. Sua origem remonta à Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP), instituída pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007, cuja implantação foi atribuída ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET/PA), conforme a Portaria MEC nº 1.067, de 13 de novembro de 2007.

A partir de 2010, o IFAP iniciou suas atividades regulares com a oferta de cursos técnicos de nível médio, ampliando gradualmente sua atuação para a educação superior, a pós-graduação lato sensu e stricto sensu e os cursos de formação inicial e continuada (FIC). Essa expansão integra as ações do Plano de Expansão da Rede Federal, que buscou reduzir desigualdades regionais e fortalecer a educação profissional e tecnológica como instrumento de transformação social. Em 2013, no âmbito da fase III da expansão, o Instituto consolidou sua interiorização com a implantação dos Campi Santana e Porto Grande e do Centro de Referência em Educação a Distância em Pedra Branca do Amapari.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028) reafirma a missão do IFAP de promover educação pública, gratuita e de qualidade, fortalecendo o compromisso com a pesquisa aplicada,

a extensão, a sustentabilidade e a formação cidadã. O Instituto encontra-se em nova fase de expansão, com a implantação do primeiro campus fluvial do país, voltado a comunidades ribeirinhas isoladas, bem como dos campi de Mazagão e de Tartarugalzinho, contemplados no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), reforçando o compromisso institucional com a interiorização e com o atendimento de comunidades historicamente desassistidas.

2.2 O Campus Laranjal do Jari

O Campus Laranjal do Jari está situado no sul do Estado do Amapá, na região do Vale do Jari, e constitui a principal referência de educação profissional, científica e tecnológica pública da região. O município contava com 35.114 habitantes no Censo Demográfico de 2022 e população estimada em 37.872 habitantes para 2025, configurando-se como importante núcleo urbano e educacional do Vale do Jari (IBGE, 2023). Sua localização favorece a articulação da oferta formativa com o município de Vitória do Jari e com Mazagão e, potencialmente, com municípios do sul do Pará, mediante pactuação institucional.

O Campus possui experiência consolidada na formação de professores, com a oferta dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Pedagogia (por meio da Universidade Aberta do Brasil – UAB) e Complementação Pedagógica, além de outros cursos superiores e técnicos. Conta com 54 docentes e 40 técnicos administrativos em educação, atendendo aproximadamente 1.000 estudantes, e dispõe de estrutura composta por 14 salas de aula, laboratórios de Informática, Química, Biologia, Meio Ambiente e Física, banheiros adaptados e outros espaços acadêmicos. Recentemente essa estrutura foi ampliada com a implantação de um novo bloco de ensino, composto por três salas de aula, três laboratórios de informática e banheiros adaptados.

No campo da inclusão, o Campus mantém a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE), com atuação voltada à promoção da inclusão e ao enfrentamento de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais. Em 2026, ofertou o curso FIC “Territórios da Inclusão: Educação Especial e Práticas Pedagógicas na Amazônia”, com 60 horas, destinado a professores das redes públicas municipal e estadual. No mesmo ano, foi destinada ao Campus, no concurso público para docentes, vaga específica para a área de Educação Especial, fortalecendo as ações institucionais voltadas à inclusão e à educação especial.

O Relatório Técnico do Estudo de Viabilidade do Parfor Equidade elaborado pela Proen identificou, em avaliação preliminar, o Campus Laranjal do Jari como a unidade de maior aderência institucional à oferta da Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, considerando sua experiência

específica na área, as licenciaturas em funcionamento, a atuação do CAPNE, a infraestrutura acadêmica e o potencial de articulação territorial.

3 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A oferta da Licenciatura em Educação Especial Inclusiva pelo IFAP - Campus Laranjal do Jari justifica-se pela necessidade de fortalecer a formação inicial de professores capazes de responder às demandas contemporâneas da educação básica pública e aos desafios da efetivação de práticas educacionais inclusivas nos diferentes territórios do Amapá. A consolidação de uma educação inclusiva não depende exclusivamente da ampliação do acesso à escola, mas requer transformações nas culturas, políticas e práticas institucionais, bem como professores preparados para reconhecer a diversidade humana, identificar barreiras à aprendizagem e à participação e construir respostas pedagógicas contextualizadas às especificidades dos discentes e às particularidades da realidade local.

3.1 O papel estratégico da Educação Especial Inclusiva e seus desafios

A Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva ocupa papel estratégico na consolidação do direito à educação. Sua relevância ultrapassa a garantia de matrícula, envolvendo a transformação das culturas, políticas, práticas pedagógicas e formas de organização da escola, de modo que as diferenças humanas sejam reconhecidas como constitutivas da experiência educacional. Para Mantoan (2015), a inclusão exige considerar pedagogicamente a diferença dos estudantes em processos educacionais comuns a todos, superando tanto práticas de diferenciação que excluem quanto formas de igualdade que ignoram as singularidades dos sujeitos.

Nesse sentido, Mantoan (2003), no livro *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?*, destaca que um dos desafios da inclusão no ambiente escolar está na crise de paradigmas e na compreensão das diferenças entre integração e inclusão. Na integração, o estudante é inserido no contexto escolar, podendo frequentar tanto salas de aula regulares quanto especiais, sem que isso implique, necessariamente, mudanças na organização e nas práticas da escola. Já a inclusão prevê o acesso às escolas regulares e as adaptações necessárias no ambiente de ensino para atender às especificidades dos estudantes. Por isso, a autora ressalta que a inclusão implica uma mudança na concepção de educação. Desse modo, são necessárias políticas públicas que fomentem esse processo, principalmente por meio da formação dos profissionais da educação, em especial dos docentes.

Pletsch (2014), ao analisar a implementação das políticas de inclusão escolar em redes públicas brasileiras, evidencia que as redes desenvolvem ações distintas a partir de sua realidade social e de suas

demandas locais, enfrentando desafios relacionados às práticas pedagógicas, ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e à formação dos professores. Nesse cenário, a formação inicial de professores constitui dimensão estratégica para transformar as políticas de inclusão em práticas pedagógicas efetivas, como destacam Glat e Pletsch (2010) ao apontar a formação docente, inicial e continuada, como uma das medidas mais urgentes para a efetivação da inclusão escolar. Nessa perspectiva, a oferta da licenciatura em educação especial inclusiva pelo Instituto Federal do Amapá (IFAP) Campus Laranjal do Jari, no contexto do PARFOR Equidade, responde diretamente a essa lacuna histórica. Ao formar docentes aptos a estruturar, conduzir e atuar no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e no acompanhamento pedagógico inclusivo, o curso assume uma função crucial na transformação das redes públicas do Vale do Jari. Trata-se de qualificar a práxis docente para enfrentar os desafios locais de acessibilidade, romper barreiras e fortalecer a equidade educacional na Amazônia Amapaense.

3.2 Relevância educacional, social e territorial e carência regional de formação

A carência regional de formação específica pode ser observada a partir da distribuição nacional da oferta de cursos de Licenciatura em Educação Especial. Levantamento realizado no Cadastro e-MEC, em janeiro de 2024, identificou 68 cursos ativos no país, dos quais 28 presenciais e 40 a distância; 57 (83,8%) eram ofertados por instituições privadas e apenas 11 (16,2%) por instituições públicas. Em consulta de maio de 2024, entre os 24 cursos presenciais identificados, 13 estavam na Região Sudeste, cinco na Região Sul, quatro na Região Nordeste e apenas um em cada uma das Regiões Centro-Oeste e Norte.

Tabela 1 – Distribuição regional dos cursos presenciais de Licenciatura em Educação Especial cadastrados no e-MEC

Região	Nº de cursos	Percentual
Sudeste	13	54,2%
Sul	5	20,8%
Nordeste	4	16,7%
Centro-Oeste	1	4,2%
Norte	1	4,2%
Total	**24**	**100%**

Fonte: Cadastro e-MEC – consulta avançada de cursos de graduação, maio de 2024.

Esses dados evidenciam a predominância da oferta privada e na modalidade a distância e a forte concentração territorial da oferta presencial, com a Região Norte respondendo por apenas 4,2% dos cursos presenciais. A carência regional apresenta, portanto, três dimensões articuladas: quantitativa, pela reduzida oferta de cursos presenciais específicos; territorial, pela concentração da oferta em determinadas regiões; e formativa, pela necessidade de professores com conhecimentos específicos em acessibilidade,

AEE, tecnologias assistivas, trabalho colaborativo e práticas pedagógicas inclusivas. A oferta de uma licenciatura pública, presencial e específica no sul do Amapá representa, assim, uma resposta às desigualdades territoriais de acesso a essa formação.

3.3 Atendimento à demanda regional e ao Parfor Equidade

O Edital CAPES nº 23/2026 define o Parfor Equidade como ação especial do Parfor destinada, entre outros públicos, à formação inicial de professores para a Educação Especial Inclusiva, tendo como objetivos oferecer formação específica de nível superior a professores que já atuam nas áreas contempladas, formar novos docentes, fomentar projetos pedagógicos que considerem as especificidades do público-alvo, inclusive mediante formas diferenciadas de organização dos conhecimentos, dos tempos e dos espaços formativos, e promover a aproximação entre a educação superior e a educação básica. O edital destinou 30 vagas ao Estado do Amapá e estabeleceu que a pactuação territorial deve considerar o município de implementação, os municípios contemplados e a capacidade de atendimento da instituição.

A demanda regional deve ser compreendida a partir do território potencialmente atendido, e não apenas do município-sede. No caso do Campus Laranjal do Jari, o território prioritário compreende Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Mazagão. O Estudo de Viabilidade institucional indicou como indicadores de demanda as matrículas da Educação Especial, as matrículas em classes comuns e no AEE, o número de escolas com AEE, as salas de recursos multifuncionais e os docentes atuantes no atendimento, extraídos do Censo Escolar 2025, bem como as necessidades de formação declaradas pelas redes no Novo PAR 2025–2028. A ampliação da escolarização de estudantes público da Educação Especial em classes comuns reforça, e não reduz, a necessidade de profissionais capacitados para planejar práticas acessíveis, utilizar tecnologias assistivas e articular o ensino comum ao AEE.

3.4 Alinhamento às políticas e estratégias institucionais

O curso está alinhado à missão e às diretrizes do PDI 2024–2028 do IFAP em sete eixos: formação integral e verticalização do ensino; inclusão, diversidade e garantia do direito à educação; responsabilidade social e desenvolvimento regional; inserção regional e valorização dos territórios amazônicos; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; inclusão como compromisso institucional e formativo; e fortalecimento da educação básica pública. O alinhamento não se estabelece apenas de forma declaratória, mas se materializa na organização curricular, nas Práticas de Inclusão no Território, no estágio supervisionado, na extensão curricularizada, na pesquisa e na relação permanente com a educação básica pública.

4 OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo geral

Formar professores com sólida formação científica, pedagógica, ética, política e cultural para atuar na Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, de forma crítica, reflexiva, colaborativa e socialmente comprometida, capazes de compreender a diversidade humana, identificar e enfrentar barreiras à aprendizagem e à participação e desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, acessíveis e territorialmente contextualizadas, contribuindo para o fortalecimento da educação básica pública no Vale do Jari e no Estado do Amapá.

4.2 Objetivos específicos

- Proporcionar formação teórico-metodológica nos fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos, psicológicos, políticos e pedagógicos da educação e da Educação Especial.
- Capacitar os licenciandos para identificar barreiras à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento e elaborar estratégias pedagógicas voltadas à sua superação.
- Desenvolver conhecimentos e habilidades para o uso de Libras, Sistema Braille, Comunicação Alternativa e Ampliada, tecnologias assistivas e recursos pedagógicos acessíveis.
- Formar para o planejamento, a oferta e a avaliação do Atendimento Educacional Especializado, articulado ao ensino comum, à família e à rede intersetorial.
- Promover a compreensão das especificidades educacionais dos estudantes com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação, considerando suas potencialidades e formas de participação.
- Desenvolver postura ética, crítica e socialmente responsável, fundamentada nos direitos humanos, na equidade e na não discriminação, com enfrentamento do capacitismo e do racismo.
- Articular teoria e prática por meio das Práticas de Inclusão no Território, do estágio curricular supervisionado e da extensão, desde o início do curso.
- Considerar as características sociais, culturais, linguísticas, geográficas e educacionais dos territórios amazônicos, incluindo escolas do campo, ribeirinhas, indígenas e quilombolas.
- Desenvolver competências para o trabalho colaborativo com professores, profissionais do AEE, equipes pedagógicas, gestores, famílias e demais sujeitos.
- Estimular a pesquisa e a produção de conhecimentos sobre as práticas, políticas e culturas inclusivas, integrando ensino, pesquisa e extensão.
- Contribuir para a qualificação das redes públicas de educação básica, formando professores habilitados para atuar na Educação Especial.

5 PERFIL DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), Campus Laranjal do Jari, no âmbito do Parfor Equidade, destina-se à formação de professores para atuar na Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Sua organização considera as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial dos profissionais do magistério da Educação Básica, estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, e os demais dispositivos legais que orientam a Educação Especial e a acessibilidade.

A proposta formativa atende às necessidades locais de formação de professores em exercício nas redes públicas de Educação Básica e às demandas sociais vinculadas às áreas específicas do Parfor Equidade. Por isso, reconhece as experiências profissionais e os conhecimentos construídos no cotidiano das escolas como parte da formação dos licenciandos.

A oferta no Campus Laranjal do Jari amplia as oportunidades de formação superior específica no Vale do Jari e na Amazônia amapaense. Ao aproximar o curso das escolas e comunidades, o IFAP contribui para a interiorização da educação superior pública e para o enfrentamento dos desafios educacionais do território, bem como amplia as possibilidades de oferta de uma educação inclusiva nas instituições de ensino do Vale do Jari, por meio da formação de professores mais capacitados para discutir, propor, intervir e reivindicar melhores condições de acesso, permanência com acessibilidade e conclusão dos estudos pelos estudantes com necessidades educacionais específicas.

O curso compreende a Educação Especial como modalidade transversal aos diferentes níveis, etapas e modalidades da educação, com oferta preferencial na rede regular de ensino. Sua formação busca preparar professores para reconhecer as singularidades dos estudantes, identificar barreiras à participação e à aprendizagem e desenvolver práticas pedagógicas acessíveis, em articulação com os demais profissionais da escola.

O percurso formativo articula fundamentos históricos, políticos, filosóficos, sociais e pedagógicos da Educação Especial aos conhecimentos sobre desenvolvimento humano, aprendizagem, Atendimento Educacional Especializado (AEE), acessibilidade, tecnologias assistivas, comunicação acessível, Língua Brasileira de Sinais (Libras), avaliação da aprendizagem e trabalho colaborativo.

A acessibilidade e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) orientam também as práticas do próprio curso. O planejamento das atividades formativas deverá contemplar diferentes formas de acesso aos conteúdos, participação e expressão, permitindo que os licenciandos vivenciem e analisem propostas adequadas à diversidade das salas de aula.

A articulação entre teoria e prática prevê a inserção progressiva dos licenciandos nas instituições de Educação Básica desde o primeiro semestre. As situações vividas nas escolas, inclusive as experiências dos cursistas que já atuam nas redes públicas, constituem oportunidades para reflexão, investigação e produção de conhecimentos.

A escola pública e o território são espaços de formação, pesquisa e extensão. A integração dessas dimensões favorece a investigação de problemas concretos da escolarização dos estudantes público da Educação Especial e a elaboração de intervenções que fortaleçam as práticas inclusivas nas redes de ensino. A formação considera as especificidades sociais, culturais, linguísticas e territoriais do Amapá e do Vale do Jari. Os contextos urbanos, rurais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais exigem diálogo intercultural entre os conhecimentos científicos, os saberes escolares e os saberes das comunidades.

O curso adota uma formação colaborativa e em rede, mediante parceria entre o IFAP, as secretarias de educação, as escolas-campo, os profissionais da educação, as famílias e as comunidades. Essa articulação aproxima a instituição formadora das necessidades das redes públicas e apoia a construção coletiva de estratégias de inclusão.

Constituem princípios orientadores do perfil do curso:

- a compreensão da Educação Especial como modalidade transversal e o compromisso com sistemas educacionais inclusivos;
- a garantia do direito à educação, à acessibilidade, à participação, à aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudantes;
- a articulação permanente entre teoria e prática, com inserção progressiva nas instituições de Educação Básica;
- a integração entre ensino, pesquisa e extensão, com a escola pública e o território como espaços de formação, investigação e intervenção;
- a valorização das experiências profissionais dos cursistas e dos conhecimentos produzidos nas redes públicas;
- o uso da acessibilidade, das tecnologias assistivas e do DUA no planejamento das práticas formativas e pedagógicas;
- o reconhecimento da diversidade étnica, cultural, linguística, social e territorial da Amazônia;
- a formação ética, crítica, investigativa e colaborativa, comprometida com a educação pública, democrática e inclusiva.

Desse modo, a Licenciatura em Educação Especial Inclusiva do IFAP, Campus Laranjal do Jari, busca formar professores capazes de reconhecer as potencialidades dos estudantes, enfrentar barreiras nos processos educacionais e colaborar para a construção de ambientes escolares acessíveis e inclusivos.

No contexto do Parfor Equidade, o curso reafirma o compromisso do IFAP com a formação de professores das redes públicas e com as demandas do território, articulando conhecimentos científicos, saberes profissionais e experiências das comunidades para fortalecer o direito à educação no Vale do Jari e no Amapá.

5. 1 Perfil profissional do egresso

O egresso da Licenciatura em Educação Especial Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), Campus Laranjal do Jari, será um professor com formação específica para atuar na Educação Especial na perspectiva inclusiva. Sua prática estará voltada à garantia do acesso, da participação, da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes público da Educação Especial nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.

No âmbito do Parfor Equidade, a formação valoriza a experiência dos professores em exercício e atende às necessidades das redes públicas e às demandas sociais do Vale do Jari. O egresso deverá reconhecer as particularidades das escolas e comunidades amazônicas e construir respostas pedagógicas acessíveis, em diálogo com os saberes, as culturas e as condições territoriais do Amapá.

O profissional será qualificado para identificar barreiras à escolarização, planejar e avaliar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), desenvolver estratégias de ensino colaborativo com os professores da sala comum e elaborar materiais e recursos didáticos acessíveis. Poderá utilizar tecnologias assistivas, comunicação acessível e os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) para ampliar as possibilidades de participação e aprendizagem dos estudantes.

Sua atuação envolverá a elaboração colaborativa de estudos de caso, planos de AEE e instrumentos de planejamento individualizado, conforme as necessidades educacionais identificadas. Também realizará avaliação pedagógica contextualizada e processual, orientada à definição de apoios e à superação de barreiras, respeitando a singularidade de cada estudante.

O egresso articulará conhecimentos científicos, saberes pedagógicos e experiências das escolas por meio da pesquisa e da extensão. Trabalhará em parceria com estudantes, famílias, professores, gestores e profissionais de outros serviços, contribuindo para a construção de práticas inclusivas e para o fortalecimento das redes públicas de ensino.

5.2 Competências e habilidades do egresso

A formação do egresso da Licenciatura em Educação Especial Inclusiva do IFAP, Campus Laranjal do Jari, articula conhecimentos científicos, compromisso ético e prática pedagógica para promover a escolarização dos estudantes público da Educação Especial. As competências expressam capacidades amplas de atuação profissional; as habilidades descrevem ações que o professor deverá realizar. Ambas consideram o trabalho colaborativo nas escolas públicas e as realidades socioculturais do Vale do Jari e do Amapá.

5.2.1 Competências

- Compreender criticamente os fundamentos, as políticas e os direitos relacionados à Educação Especial na perspectiva inclusiva e atuar para eliminar barreiras à participação e à aprendizagem.
- Planejar, desenvolver e avaliar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), articulando-o ao ensino na sala de aula comum e às necessidades identificadas em cada contexto escolar.
- Organizar práticas pedagógicas acessíveis e flexíveis que reconheçam as diferentes formas de aprender e promovam o desenvolvimento e a autonomia dos estudantes.
- Dominar conhecimentos pedagógicos relativos aos estudantes público da Educação Especial e selecionar estratégias, recursos e apoios adequados, sem reduzir o estudante a um diagnóstico.
- Atuar de modo interdisciplinar e colaborativo com estudantes, famílias, professores, gestores e profissionais de outras áreas, articulando redes de apoio quando necessário.
- Investigar, avaliar e aperfeiçoar a própria prática com responsabilidade ética, considerando a diversidade cultural, linguística e territorial das comunidades amazônicas.

5.2.2 Habilidades

- Identificar, por meio de observação, diálogo e avaliação pedagógica contextualizada, barreiras de acesso, comunicação, participação e aprendizagem.
- Elaborar estudos de caso, planos de AEE e instrumentos de planejamento educacional individualizado em colaboração com a equipe escolar, o estudante e a família.
- Planejar sequências didáticas acessíveis com base nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e participar de práticas de ensino colaborativo.

- Selecionar, produzir, adaptar e avaliar materiais pedagógicos acessíveis e recursos de tecnologia assistiva, inclusive soluções de baixo custo adequadas às condições locais.
- Utilizar conhecimentos de Libras, Sistema Braille, Soroban e Comunicação Alternativa e Ampliada, de acordo com a formação desenvolvida no curso e as necessidades dos estudantes.
- Acompanhar e registrar o desenvolvimento dos estudantes, revendo estratégias e apoios a partir de uma avaliação contínua e não classificatória.
- Orientar e colaborar com professores da sala comum na organização de estratégias pedagógicas, recursos de acessibilidade e formas diversificadas de participação.
- Articular-se com famílias, escolas e serviços da rede intersetorial para favorecer a continuidade dos apoios e a garantia dos direitos dos estudantes.
- Participar da elaboração e avaliação do projeto político-pedagógico e de ações institucionais voltadas à inclusão educacional.
- Sistematizar experiências, desenvolver pesquisas e compartilhar conhecimentos produzidos na prática pedagógica, respeitando os princípios éticos da pesquisa educacional.

5.3 Áreas de atuação do egresso

Conforme os requisitos e as atribuições definidos pelos sistemas de ensino, o egresso poderá atuar:

- No Atendimento Educacional Especializado (AEE), ele atuará como professor de Educação Especial em salas de recursos multifuncionais, centros de AEE e outros serviços educacionais, conforme os requisitos do sistema de ensino.
- No ensino colaborativo na sala de aula comum, será um articulador do planejamento conjunto com os professores das classes comuns para ampliar a acessibilidade curricular, a participação e a aprendizagem dos estudantes nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.
- Na produção de materiais acessíveis e tecnologia assistiva, esse profissional atuará na produção, adaptação e avaliação de materiais pedagógicos acessíveis e recursos de tecnologia assistiva, considerando as necessidades dos estudantes e as condições das escolas e dos territórios amazônicos.
- Na formação e assessoria pedagógica, terá participação em ações de formação continuada, assessoria e organização de práticas inclusivas nas redes públicas de ensino, observados os requisitos de cada função.
- Nos programas e projetos de inclusão. Atuação em projetos educativos, políticas públicas e organizações da sociedade civil dedicados à inclusão educacional e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

- Pesquisa, extensão e estudos posteriores. Desenvolvimento de pesquisas e ações de extensão relacionadas à Educação Especial Inclusiva, com possibilidade de prosseguimento dos estudos em cursos de pós-graduação.

Assim, o egresso do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva do IFAP terá formação para que sua atuação possa ser de um professor crítico, ético e comprometido com a educação pública. Sua formação o habilitará a colaborar com as escolas e comunidades na eliminação de barreiras e na construção de condições efetivas de aprendizagem e participação para os estudantes no Vale do Jari, no Amapá e em outros contextos de atuação.

6. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O ingresso no Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), Campus Laranjal do Jari, no âmbito do Parfor Equidade, observará as vagas disponibilizadas, os critérios do Edital CAPES nº 23/2026, a regulamentação vigente do Programa e as normas do processo seletivo conduzido pela instituição ofertante. A oferta busca atender tanto às necessidades locais de formação de professores em exercício quanto à demanda social vinculada à Educação Especial Inclusiva.

Terão prioridade na ocupação das vagas os professores previamente indicados pelas respectivas Secretarias de Educação no Plano de Ações Articuladas (PAR). Para participar do processo de seleção, o professor indicado deverá acessar a Plataforma Freire e confirmar seu interesse no prazo estabelecido. A indicação não gera matrícula automática: o ingresso dependerá da confirmação de interesse, da comprovação dos requisitos aplicáveis e da seleção final realizada pelo IFAP.

Se houver vagas remanescentes após a etapa destinada aos professores indicados, o IFAP poderá realizar seleção pública para preenchê-las. Nessa etapa, terão prioridade os professores da rede pública de Educação Básica ou das redes de formação por alternância que sejam pessoas com deficiência, público específico indicado pelo edital para a Licenciatura em Educação Especial Inclusiva. Atendida integralmente essa demanda, poderão concorrer, sem ordem de preferência entre si, os demais grupos previstos no edital: pessoas pretas, pardas, indígenas, surdas e com deficiência. Persistindo vagas após o atendimento desses grupos, será admitido o público de demanda social em geral.

Os candidatos às vagas remanescentes deverão cadastrar ou atualizar seu currículo na Plataforma Freire, participar do processo seletivo promovido pelo IFAP e apresentar a documentação necessária à comprovação dos requisitos de participação no Parfor Equidade. A seleção deverá observar critérios objetivos, previamente definidos e divulgados pela instituição, assegurando publicidade, transparência e

aderência ao público atendido pelo Programa. A efetivação da matrícula ficará condicionada à conferência documental e aos procedimentos acadêmicos do IFAP.

A ordem estabelecida pelo edital expressa prioridade de atendimento, e não exclusividade de ingresso. Assim, a prioridade conferida aos professores indicados no PAR e aos grupos definidos para as vagas remanescentes não impede a participação de outros candidatos quando, cumpridas as etapas anteriores, se ainda houver vagas disponíveis. O ingresso do público de demanda social em geral dependerá da existência dessas vagas e do atendimento às condições do processo seletivo.

Os procedimentos, prazos, documentos exigidos e número de vagas atenderá as especificidades no instrumento de seleção divulgado pelo IFAP, em conformidade com o Edital CAPES nº 23/2026 e a regulamentação vigente do Parfor Equidade.

7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A organização acadêmica, pedagógica e curricular do curso fundamenta-se na legislação educacional brasileira, nas normas de formação inicial de professores, nas disposições específicas da Educação Especial e da inclusão, nas normativas institucionais do Ifap e nos princípios do Parfor Equidade.

7.1 Normas nacionais

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, arts. 205, 206 e 208.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especialmente o Título VI e o Capítulo V.
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 – institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.
- Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica.
- Resolução CNE/CES nº 1/2026 – Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de bacharelado e licenciatura, no que couber.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025 – institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, e alterações posteriores.

- Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 – dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado.
- Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 – Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica.
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – Libras e sua inclusão como componente curricular obrigatório nas licenciaturas.
- Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021 – modalidade de educação bilíngue de surdos.
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA.
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – normas gerais de acessibilidade.
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – estágio de estudantes.
- Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 – Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.
- Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007 – conceito de hora-aula.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 – Educação das Relações Étnico-Raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 – Educação Ambiental.
- Portaria CAPES nº 102, de 24 de abril de 2025 – regulamenta o Parfor Equidade; Edital CAPES nº 23/2026 e alterações.
- Decreto nº 12.456/2025 – oferta de EaD em cursos de graduação: não aplicável, por tratar-se de curso presencial sem carga horária a distância.

7.2 Normas institucionais do IFAP

O curso observa as seguintes normas institucionais, indicadas no modelo de análise técnico-pedagógica de PPC da Proen:

Norma	Objeto	Aplicação neste PPC
Resolução nº 8/2019/CONSUP	Organização Didática (ROD) dos cursos de graduação	Aplica-se: regime, integralização, frequência, aproveitamento de estudos
Resolução nº 39/2019/CONSUP	Política Linguística do Ifap	Aplica-se: Libras I e II obrigatórias, Libras III optativa, acessibilidade comunicacional e diversidade linguística
Resolução nº 93/2024/CONSUP	Curricularização da extensão nos cursos superiores	Aplica-se: Núcleo III – PPIT I a VIII (10,3% da carga horária)
Resolução nº 10/2024/CONSUP	Guia de formatação e estrutura de trabalhos acadêmicos	Aplica-se: TCC, relatórios de estágio e de extensão e referências do ementário
Resolução nº 108/2024/CONSUP	Política Didático-Pedagógica para os Cursos de Licenciatura	Aplica-se: organização em núcleos, prática, estágio e extensão
Resolução nº 102/2025/CONSUP	Sistemática de Avaliação da Aprendizagem	Aplica-se: duas etapas avaliativas por semestre

8. PRINCÍPIOS DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular da Licenciatura em Educação Especial Inclusiva do IFAP, Campus Laranjal do Jari, articula formação geral, aprofundamento dos conhecimentos específicos, atividades acadêmicas de extensão e estágio curricular supervisionado, em consonância com os quatro núcleos previstos na Resolução CNE/CP nº 4/2024. Essa estrutura relaciona os estudos teóricos às práticas desenvolvidas nas instituições de Educação Básica e às realidades educacionais do Vale do Jari e da Amazônia.

A formação geral compreende componentes como Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação, Fundamentos Psicológicos da Educação, Didática, Currículo: Teorias e Práticas, Metodologia Científica e Legislação e Políticas em Educação. Inclui também Direitos Humanos e Inclusão, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Interculturalidade na Amazônia, Educação Ambiental e Sustentabilidade na Amazônia e estudos sobre Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola. Esses componentes permitem compreender a educação em suas dimensões históricas, sociais, políticas, culturais e territoriais.

O aprofundamento em Educação Especial Inclusiva é desenvolvido por meio de componentes que abordam a história e as políticas da área, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o planejamento educacional individualizado, a avaliação, a acessibilidade e o Desenho Universal para a Aprendizagem. A matriz contempla, ainda, Libras I e II, Surdez e Educação Bilíngue, Deficiência Visual

I e II, Sistema Braille, Soroban, deficiência intelectual, deficiência física e mobilidade reduzida, surdocegueira e deficiência múltipla, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Os estudos sobre tecnologias aplicadas à Educação Especial, tecnologias assistivas, currículo e práticas pedagógicas inclusivas articulam esses conhecimentos ao planejamento de estratégias e recursos de ensino.

A formação para a docência também se expressa nos componentes de Alfabetização e Letramento em Educação Especial e nas metodologias de ensino de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, História e Geografia e Artes. Os estudos sobre Educação Especial na Educação Infantil, Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Família, Escola e Redes de Apoio Intersetorial ampliam a compreensão das diferentes etapas, modalidades e relações envolvidas na escolarização dos estudantes.

As Práticas de Extensão I a VIII vinculam a formação às escolas da Amazônia, aos ambientes não escolares, às práticas inclusivas, à creche e pré-escola, à Educação Profissional e Tecnológica, à Educação de Jovens e Adultos e à gestão e coordenação pedagógica. A Pesquisa em Educação Especial I e II e o Trabalho de Conclusão de Curso I e II favorecem a investigação de problemas educacionais e a produção de conhecimentos relacionados à realidade das redes de ensino.

O estágio curricular supervisionado, distribuído em seis componentes na matriz apresentada, contempla a observação da organização escolar e experiências no AEE, na creche e pré-escola, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos, além da gestão e coordenação pedagógica. Desse modo, a inserção em diferentes contextos educativos permite analisar as condições concretas de escolarização e desenvolver práticas profissionais orientadas pela acessibilidade, pela colaboração e pelo direito à educação.

Os quatro núcleos organizam a carga horária do curso. Os temas da Educação Especial Inclusiva, da pesquisa, da extensão, da prática docente e da atenção às especificidades amazônicas atravessam os componentes curriculares e promovem sua integração, sem constituir núcleos adicionais de carga horária.

O curso será organizado em regime semestral, com encontros presenciais concentrados nos meses de julho, janeiro e fevereiro, conforme calendário acadêmico específico. A integralização de cada semestre compreenderá também atividades presenciais supervisionadas em escolas e outros espaços formativos, práticas de extensão e estágio curricular supervisionado previstos nos planos de ensino.

9.0 COMPONENTES CURRICULARES POR NÚCLEO

Núcleo I Estudos de Formação Geral — EFG

Sem.	Componente curricular	CH/A 50 min	CH/R 60 min
1º	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	60	50
1º	Educação Especial: contextos históricos e sociais	60	50
1º	Fundamentos Sociológicos da Educação	60	50
1º	Fundamentos Psicológicos da Educação	60	50
1º	Metodologia Científica	60	50
1º	Psicologia do Desenvolvimento Humano	60	50
2º	Didática	60	50
2º	Legislação e Políticas em Educação	60	50
3º	Currículo: Teorias e Práticas	60	50
3º	Educação Ambiental e Sustentabilidade na Amazônia	60	50
3º	Legislação e Políticas de Educação Especial Inclusiva	60	50
4º	Avaliação em Educação Especial	60	50
4º	Planejamento Educacional Individualizado e Avaliação no AEE	60	50
4º	Avaliação da Aprendizagem	60	50
7º	TCC I	60	50
7º	Gestão Escolar Democrática	60	50
8º	TCC II	60	50
8º	Educação Especial na Educação Infantil	60	50
Total do Núcleo I		1080	900

Núcleo II Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das Áreas de Atuação Profissional — ACCE

Sem.	Componente curricular	CH/A 50 min	CH/R 60 min
1º	História e Política da Educação Especial	60	50
2º	Alfabetização e Letramento em Educação Especial	60	50
2º	Direitos Humanos e Inclusão	60	50
2º	Língua Brasileira de Sinais — Libras I	120	100
2º	Deficiência Intelectual: Fundamentos e Práticas Pedagógicas	60	50
2º	Tecnologia Aplicada à Educação Especial I: Informação e Comunicação	60	50
3º	Educação para as Relações Étnico-Raciais e Interculturalidade na Amazônia	60	50
3º	Língua Brasileira de Sinais — Libras II	120	100
3º	Acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem	60	50
3º	Deficiência Visual I: Fundamentos e Sistema Braille	60	50
4º	Deficiência Visual II: Braille Aplicado, Soroban e Recursos Ópticos	60	50
4º	Atendimento Educacional Especializado: Fundamentos e Organização	60	50
4º	FTM do Ensino de Artes	60	50
4º	FTM do Ensino de Língua Portuguesa	60	50
5º	Tecnologia Aplicada à Educação Especial II: Tecnologias Assistivas	60	50
5º	Transtorno do Espectro Autista: Fundamentos e Práticas Pedagógicas	60	50
5º	FTM do Ensino de História e Geografia	60	50
5º	Surdez e Educação Bilíngue	60	50
5º	FTM do Ensino de Matemática e Ciências	60	50
5º	Pesquisa em Educação Especial I	60	50
6º	Educação de Jovens, Adultos e Idosos	60	50
6º	Deficiência Física e Mobilidade Reduzida	60	50
6º	Surdocegueira e Deficiência Múltipla	60	50

6º	Altas Habilidades/Superdotação	60	50
6º	Pesquisa em Educação Especial II	60	50
7º	Educação do Campo	60	50
7º	Educação Escolar Indígena	60	50
7º	Neurodesenvolvimento e Educação	60	50
8º	Educação Escolar Quilombola	60	50
8º	Família, Escola e Redes de Apoio Intersetorial	60	50
Total do Núcleo II		1920	1600

Núcleo III Atividades Acadêmicas de Extensão — AAE

Sem.	**Componente curricular**	**CH/A 50 min**	**CH/R 60 min**
1º	Práticas de Inclusão no Território I – PPIT I: Escola, Comunidade e Território	40	33
2º	Práticas de Inclusão no Território II – PPIT II: Direitos e Diversidade na Comunidade	40	33
3º	Práticas de Inclusão no Território III – PPIT III: Libras e Acessibilidade Comunicacional	40	33
4º	Práticas de Extensão IV — Práticas Inclusivas	40	33
5º	Práticas de Inclusão no Território V – PPIT V: Tecnologia Assistiva e Recursos Acessíveis	60	50
6º	Práticas de Inclusão no Território VI – PPIT VI: Famílias e Redes de Apoio	60	50
7º	Práticas de Inclusão no Território VII – PPIT VII: Projeto Extensionista Integrador	60	50
8º	Práticas de Inclusão no Território VIII – PPIT VIII: Socialização do Conhecimento	60	50
Total do Núcleo III		**400**	**332**

Núcleo IV Estágio Curricular

Sem.	Componente curricular	CH/A 50 min	CH/R 60 min
1º	Estágio Supervisionado I — A Escola e sua Organização (Observação do Ambiente Escolar)	60	50
4º	Estágio Supervisionado II — Atendimento Educacional Especializado	60	50
5º	Estágio Supervisionado III — Creche e Pré-escola	120	100
6º	Estágio Supervisionado IV — Anos iniciais e finais do Ensino Fundamental	120	100
7º	Estágio Supervisionado V — Ensino Médio e EJAI	60	50
8º	Estágio Supervisionado VI — Gestão e Coordenação Pedagógica	60	50
Total do Núcleo IV		**480**	**400**

Núcleo V Optativas

Sem.	Componente curricular	CH/A 50 min	CH/R 60 min
7º	Componente Optativo I	60	50
8º	Componente Optativa II	60	50
Total do Núcleo V		**120**	**100**

Resumo das cargas horárias

Núcleo	Denominação	CH/A 50 min	CH/R 60 min
I	Estudos de Formação Geral — EFG	1080	900
II	Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das Áreas de Atuação Profissional — ACCE	1920	1600
III	Atividades Acadêmicas de Extensão — AAE	400	332
IV	Estágio Curricular	480	400
V	Optativas	120	100
Total dos núcleos I a V		**4000**	**3.332**

9.1 MATRIZ CURRICULAR

1º semestre – julho/2027

Núcleo	Componente curricular	CH/A	CH/R	Pré-requisito
I	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	60	50	
I	Educação Especial: contextos históricos e sociais	60	50	
I	Fundamentos Sociológicos da Educação	60	50	
I	Fundamentos Psicológicos da Educação	60	50	
I	Metodologia Científica	60	50	
I	Psicologia do Desenvolvimento Humano	60	50	
II	História e Política da Educação Especial	60	50	
III	Práticas de Inclusão no Território I – PPIT I: Escola, Comunidade e Território	40	33	
IV	Estágio Supervisionado I — A Escola e sua Organização (Observação do Ambiente Escolar)	60	50	
	Total do 1º semestre	**520**	**433**	

2º semestre – janeiro e fevereiro/2028

Núcleo	Componente curricular	CH/A	CH/R	Pré-requisito
I	Didática	60	50	
I	Legislação e Políticas em Educação	60	50	

II	Alfabetização e Letramento em Educação Especial	60	50	
II	Direitos Humanos e Inclusão	60	50	
II	Língua Brasileira de Sinais — Libras I	120	100	
II	Deficiência Intelectual: Fundamentos e Práticas Pedagógicas	60	50	
II	Tecnologia Aplicada à Educação Especial I: Informação e Comunicação	60	50	
III	Práticas de Inclusão no Território II – PPIT II: Direitos e Diversidade na Comunidade	40	33	
	Total do 2º semestre	**520**	**433**	

3º semestre – Julho/2028

Núcleo	Componente curricular	CH/A	CH/R	Pré-requisito
I	Currículo: Teorias e Práticas	60	50	
I	Educação Ambiental e Sustentabilidade na Amazônia	60	50	
I	Legislação e Políticas de Educação Especial Inclusiva	60	50	
II	Educação para as Relações Étnico-Raciais e Interculturalidade na Amazônia	60	50	
II	Língua Brasileira de Sinais — Libras II	120	100	Língua Brasileira de Sinais — Libras I
II	Acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem	60	50	
II	Deficiência Visual I: Fundamentos e Sistema Braille	60	50	
III	Práticas de Inclusão no Território III – PPIT III: Libras e Acessibilidade Comunicacional	40	33	
	Total do 3º semestre	**520**	**433**	

4º semestre – Janeiro e fevereiro/2029

Núcleo	Componente curricular	CH/A	CH/R	Pré-requisito
I	Avaliação em Educação Especial	60	50	
I	Planejamento Educacional Individualizado e Avaliação no AEE	60	50	
I	Avaliação da Aprendizagem	60	50	
II	Deficiência Visual II: Braille Aplicado, Soroban e Recursos Ópticos	60	50	Deficiência Visual I: Fundamentos e Sistema Braille
II	Atendimento Educacional Especializado: Fundamentos e Organização	60	50	
II	FTM do Ensino de Artes	60	50	

II	FTM do Ensino de Língua Portuguesa	60	50	
III	Práticas de Extensão IV — Práticas Inclusivas	40	33	
IV	Estágio Supervisionado II — Atendimento Educacional Especializado	60	50	
	Total do 4º semestre	**520**	**433**	

5º semestre – Julho/2029

Núcleo	Componente curricular	CH/A	CH/R	Pré-requisito
II	Tecnologia Aplicada à Educação Especial II: Tecnologias Assistivas	60	50	Tecnologia Aplicada à Educação Especial I: Informação e Comunicação
II	Transtorno do Espectro Autista: Fundamentos e Práticas Pedagógicas	60	50	
II	FTM do Ensino de História e Geografia	60	50	
II	Surdez e Educação Bilíngue	60	50	
II	FTM do Ensino de Matemática e Ciências	60	50	
II	Pesquisa em Educação Especial I	60	50	
III	Práticas de Inclusão no Território V – PPIT V: Tecnologia Assistiva e Recursos Acessíveis	60	50	
IV	Estágio Supervisionado III — Creche e Pré-escola	120	100	Estágio I → II
	Total do 5º semestre	**540**	**450**	

6º semestre – Janeiro e fevereiro de 2030

Núcleo	Componente curricular	CH/A	CH/R	Pré-requisito
II	Educação de Jovens, Adultos e Idosos	60	50	
II	Deficiência Física e Mobilidade Reduzida	60	50	
II	Surdocegueira e Deficiência Múltipla	60	50	
II	Altas Habilidades/Superdotação	60	50	
II	Pesquisa em Educação Especial II	60	50	Pesquisa em Educação Especial I
III	Práticas de Inclusão no Território VI – PPIT VI: Famílias e Redes de Apoio	60	50	
IV	Estágio Supervisionado IV — Anos iniciais e finais do Ensino Fundamental	120	100	Estágio I → III
	Total do 6º semestre	**480**	**400**	

7º semestre – Julho/2030

Núcleo	Componente curricular	CH/A	CH/R	Pré-requisito
I	TCC I	60	50	
I	Gestão Escolar Democrática	60	50	
II	Educação do Campo	60	50	
II	Educação Escolar Indígena	60	50	
II	Neurodesenvolvimento e Educação	60	50	
III	Práticas de Inclusão no Território VII – PPIT VII: Projeto Extensionista Integrador	60	50	
IV	Estágio Supervisionado V — Ensino Médio e EJAI	60	50	Estágio I → III
V	Optativa I	60	50	
	Total do 7º semestre	**480**	**400**	

Optativas: escolher uma das duas opções deste semestre. O total contabiliza somente 60 CH/A e 50 CH/R de optativa.

8º semestre – janeiro e fevereiro/2031

Núcleo	Componente curricular	CH/A	CH/R	Pré-requisito
I	TCC II	60	50	TCC I
I	Educação Especial na Educação Infantil	60	50	
II	Educação Escolar Quilombola	60	50	
II	Família, Escola e Redes de Apoio Intersetorial	60	50	
III	Práticas de Inclusão no Território VIII – PPIT VIII: Socialização do Conhecimento	60	50	
IV	Estágio Supervisionado VI — Gestão e Coordenação Pedagógica	60	50	Estágio I → III
V	Optativa II	60	50	
	Total do 8º semestre	**420**	**350**	

Optativas: escolher uma das duas opções deste semestre. O total contabiliza somente 60 CH/A e 50 CH/R de optativa.

Resumo das cargas horárias

Semestre	CH/A	CH/R
1º semestre — Julho/2027	520	433
2º semestre — Janeiro e fevereiro/2028	520	433
3º semestre — Julho/2028	520	433

4º semestre — Janeiro e fevereiro/2029	520	433
5º semestre — Julho/2029	540	450
6º semestre — Janeiro e fevereiro/2030	480	400
7º semestre — Julho/2030	480	400
8º semestre — Janeiro e fevereiro/2031	420	350
Total geral	**4000**	**3332**

Fonte: Comissão de elaboração de Implantação do PPC.

Matriz curricular do Curso Superior de Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva

Núcleos	Componente curricular	CH SEMANAL PRESENCIAL (EM AULAS)								CH SEMESTRAL (EM AULAS)			CH SEMESTRAL (EM HORAS)			
Núcleos	**Componente curricular**	**1º**	**2º**	**3º**	**4º**	**5º**	**6º**	**7º**	**8º**	**Presencial**	**EaD**	**Total**	**Teórica**	**Prática**	**Prática de extensão**	**Total (h)**
Núcleo I — EFG	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	3								60	–	60	–	–	–	50
	Educação Especial: contextos históricos e sociais	3								60	–	60	–	–	–	50
	Fundamentos Sociológicos da Educação	3								60	–	60	–	–	–	50
	Fundamentos Psicológicos da Educação	3								60	–	60	–	–	–	50
	Metodologia Científica	3								60	–	60	–	–	–	50
	Psicologia do Desenvolvimento Humano	3								60	–	60	–	–	–	50
	Didática		3							60	–	60	–	–	–	50
	Legislação e Políticas em Educação		3							60	–	60	–	–	–	50
	Currículo: Teorias e Práticas			3						60	–	60	–	–	–	50
	Educação Ambiental e Sustentabilidade na Amazônia			3						60	–	60	–	–	–	50
	Legislação e Políticas de Educação Especial Inclusiva			3						60	–	60	–	–	–	50
	Avaliação em Educação Especial				3					60	–	60	–	–	–	50
	Planejamento Educacional Individualizado e Avaliação no AEE				3					60	–	60	–	–	–	50
	Avaliação da Aprendizagem				3					60	–	60	–	–	–	50
	TCC I							3		60	–	60	–	–	–	50
	Gestão Escolar Democrática							3		60	–	60	–	–	–	50

	TCC II								3	60	–	60	–	–	–	50
	Educação Especial na Educação Infantil								3	60	–	60	–	–	–	50
CH NÚCLEO I (60 MINUTOS): 900 h | CH NÚCLEO I (50 MINUTOS): 1.080 aulas																
Núcleo II — ACCE	História e Política da Educação Especial	3								60	–	60	–	–	–	50
	Alfabetização e Letramento em Educação Especial		3							60	–	60	–	–	–	50
	Direitos Humanos e Inclusão		3							60	–	60	–	–	–	50
	Língua Brasileira de Sinais — Libras I		6							120	–	120	–	–	–	100
	Deficiência Intelectual: Fundamentos e Práticas Pedagógicas		3							60	–	60	–	–	–	50
	Tecnologia Aplicada à Educação Especial I: Informação e Comunicação		3							60	–	60	–	–	–	50
	Educação para as Relações Étnico-Raciais e Interculturalidade na Amazônia			3						60	–	60	–	–	–	50
	Língua Brasileira de Sinais — Libras II			6						120	–	120	–	–	–	100
	Acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem			3						60	–	60	–	–	–	50
	Deficiência Visual I: Fundamentos e Sistema Braille			3						60	–	60	–	–	–	50
	Deficiência Visual II: Braille Aplicado, Soroban e Recursos Ópticos				3					60	–	60	–	–	–	50
	Atendimento Educacional Especializado: Fundamentos e Organização				3					60	–	60	–	–	–	50

	FTM do Ensino de Artes				3					60	–	60	–	–	–	50
	FTM do Ensino de Língua Portuguesa				3					60	–	60	–	–	–	50
	Tecnologia Aplicada à Educação Especial II: Tecnologias Assistivas					3				60	–	60	–	–	–	50
	Transtorno do Espectro Autista: Fundamentos e Práticas Pedagógicas					3				60	–	60	–	–	–	50
	FTM do Ensino de História e Geografia					3				60	–	60	–	–	–	50
	Surdez e Educação Bilíngue					3				60	–	60	–	–	–	50
	FTM do Ensino de Matemática e Ciências					3				60	–	60	–	–	–	50
	Pesquisa em Educação Especial I					3				60	–	60	–	–	–	50
	Educação de Jovens, Adultos e Idosos						3			60	–	60	–	–	–	50
	Deficiência Física e Mobilidade Reduzida						3			60	–	60	–	–	–	50
	Surdocegueira e Deficiência Múltipla						3			60	–	60	–	–	–	50
	Altas Habilidades/Superdotação						3			60	–	60	–	–	–	50
	Pesquisa em Educação Especial II						3			60	–	60	–	–	–	50
	Educação do Campo							3		60	–	60	–	–	–	50
	Educação Escolar Indígena							3		60	–	60	–	–	–	50
	Neurodesenvolvimento e Educação							3		60	–	60	–	–	–	50
	Educação Escolar Quilombola								3	60	–	60	–	–	–	50
	Família, Escola e Redes de Apoio Intersetorial								3	60	–	60	–	–	–	50
CH NÚCLEO II (60 MINUTOS): 1.600 h | CH NÚCLEO II (50 MINUTOS): 1.920 aulas																

Núcleo III — AAE	Práticas de Inclusão no Território I – PPIT I: Escola, Comunidade e Território	2								40	–	40	–	–	33	33
	Práticas de Inclusão no Território II – PPIT II: Direitos e Diversidade na Comunidade		2							40	–	40	–	–	33	33
	Práticas de Inclusão no Território III – PPIT III: Libras e Acessibilidade Comunicacional			2						40	–	40	–	–	33	33
	Práticas de Extensão IV — Práticas Inclusivas				2					40	–	40	–	–	33	33
	Práticas de Inclusão no Território V – PPIT V: Tecnologia Assistiva e Recursos Acessíveis					3				60	–	60	–	–	50	50
	Práticas de Inclusão no Território VI – PPIT VI: Famílias e Redes de Apoio						3			60	–	60	–	–	50	50
	Práticas de Inclusão no Território VII – PPIT VII: Projeto Extensionista Integrador							3		60	–	60	–	–	50	50
	Práticas de Inclusão no Território VIII – PPIT VIII: Socialização do Conhecimento								3	60	–	60	–	–	50	50
CH NÚCLEO III (60 MINUTOS): 332 h | CH NÚCLEO III (50 MINUTOS): 400 aulas																
Núcleo IV — Estágio Curricular	Estágio Supervisionado I — A Escola e sua Organização (Observação do Ambiente Escolar)	3								60	–	60	–	–	–	50

	Estágio Supervisionado II — Atendimento Educacional Especializado				3				60	–	60	–	–	–	50
	Estágio Supervisionado III — Creche e Pré-escola					6			120	–	120	–	–	–	100
	Estágio Supervisionado IV — Anos iniciais e finais do Ensino Fundamental						6		120	–	120	–	–	–	100
	Estágio Supervisionado V — Ensino Médio e EJAI							3	60	–	60	–	–	–	50
	Estágio Supervisionado VI — Gestão e Coordenação Pedagógica								3	60	–	60	–	–	–	50
CH NÚCLEO IV (60 MINUTOS): 400 h | CH NÚCLEO IV (50 MINUTOS): 480 aulas															
Núcleo V — Optativas	Optativa I — Libras III: Conversação e Contextos Escolares e Audiodescrição e Acessibilidade Comunicacional							3		60	–	60	–	–	–	50
	Optativa II — Psicomotricidade e Educação Física Adaptada e Educação Profissional Inclusiva e Transição para o Trabalho								3	60	–	60	–	–	–	50
CH NÚCLEO V (60 MINUTOS): 100 h | CH NÚCLEO V (50 MINUTOS): 120 aulas															

Carga horária total: 4.000 horas-aula (50 min) | 3.332 horas-relógio, conforme quadro-resumo fornecido.
Nota: a distribuição entre carga teórica e prática e a modalidade EaD não constam na matriz de origem; por isso, estão indicadas com travessão. A carga de extensão foi registrada na coluna própria. Os componentes optativos representam uma escolha por semestre.
Fonte: Comissão de elaboração de implantação do PPC.

FLUXOGRAMA CURRICULAR – LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

IFAP – Campus Laranjal do Jari | Parfor Equidade

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação CH/A: 60 CH/R: 50	Didática CH/A: 60 CH/R: 50	Currículo: Teorias e Práticas CH/A: 60 CH/R: 50	Avaliação em Educação Especial CH/A: 60 CH/R: 50	Tecnologia Aplicada à Educação Especial II: Tecnologias Assistivas CH/A: 60 CH/R: 50	Educação de Jovens, Adultos e Idosos CH/A: 60 CH/R: 50	TCC I CH/A: 60 CH/R: 50	TCC II CH/A: 60 CH/R: 50
Educação Especial: contextos históricos e sociais CH/A: 60 CH/R: 50	Legislação e Políticas em Educação CH/A: 60 CH/R: 50	Educação Ambiental e Sustentabilidade na Amazônia CH/A: 60 CH/R: 50	Planejamento Educacional Individualizado e Avaliação no AEE CH/A: 60 CH/R: 50	Transtorno do Espectro Autista: Fundamentos e Práticas Pedagógicas CH/A: 60 CH/R: 50	Deficiência Física e Mobilidade Reduzida CH/A: 60 CH/R: 50	Gestão Escolar Democrática CH/A: 60 CH/R: 50	Educação Especial na Educação Infantil CH/A: 60 CH/R: 50
Fundamentos Sociológicos da Educação CH/A: 60 CH/R: 50	Alfabetização e Letramento em Educação Especial CH/A: 60 CH/R: 50	Legislação e Políticas de Educação Especial Inclusiva CH/A: 60 CH/R: 50	Avaliação da Aprendizagem CH/A: 60 CH/R: 50	FTM do Ensino de História e Geografia CH/A: 60 CH/R: 50	Surdocegueira e Deficiência Múltipla CH/A: 60 CH/R: 50	Educação do Campo CH/A: 60 CH/R: 50	Educação Escolar Quilombola CH/A: 60 CH/R: 50
Fundamentos Psicológicos da Educação CH/A: 60 CH/R: 50	Direitos Humanos e Inclusão CH/A: 60 CH/R: 50	Educação para as Relações Étnico-Raciais e Interculturalidade na Amazônia CH/A: 60 CH/R: 50	Deficiência Visual II: Braille Aplicado, Soroban e Recursos Ópticos CH/A: 60 CH/R: 50	Surdez e Educação Bilíngue CH/A: 60 CH/R: 50	Altas Habilidades/Superdotação CH/A: 60 CH/R: 50	Educação Escolar Indígena CH/A: 60 CH/R: 50	Família, Escola e Redes de Apoio Intersetorial CH/A: 60 CH/R: 50
Metodologia Científica CH/A: 60 CH/R: 50	Língua Brasileira de Sinais – Libras I CH/A: 120 CH/R: 100	Língua Brasileira de Sinais – Libras II CH/A: 120 CH/R: 100	Atendimento Educacional Especializado: Fundamentos e Organização CH/A: 60 CH/R: 50	FTM do Ensino de Matemática e Ciências CH/A: 60 CH/R: 50	Pesquisa em Educação Especial II CH/A: 60 CH/R: 50	Neurodesenvolvimento e Educação CH/A: 60 CH/R: 50	Práticas de Inclusão no Território VIII - PPIT VIII: Socialização do Conhecimento CH/A: 60 CH/R: 50
Psicologia do Desenvolvimento Humano CH/A: 60 CH/R: 50	Deficiência Intelectual: Fundamentos e Práticas Pedagógicas CH/A: 60 CH/R: 50	Acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem CH/A: 60 CH/R: 50	FTM do Ensino de Artes CH/A: 60 CH/R: 50	Pesquisa em Educação Especial I CH/A: 60 CH/R: 50	Práticas de Inclusão no Território VI - PPIT VI: Famílias e Redes de Apoio CH/A: 60 CH/R: 50	Práticas de Inclusão no Território VII - PPIT VII: Projeto Extensionista Integrador CH/A: 60 CH/R: 50	Estágio Supervisionado VI – Gestão e Coordenação Pedagógica CH/A: 60 CH/R: 50
História e Política da Educação Especial CH/A: 60 CH/R: 50	Tecnologia Aplicada à Educação Especial I: Informação e Comunicação CH/A: 60 CH/R: 50	Deficiência Visual I: Fundamentos e Sistema Braille CH/A: 60 CH/R: 50	FTM do Ensino de Lingua Portuguesa CH/A: 60 CH/R: 50	Práticas de Inclusão no Território V - PPIT V: Tecnologia Assistiva e Recursos Acessíveis CH/A: 60 CH/R: 50	Estágio Supervisionado IV – Anos Iniciais e finais do Ensino Fundamental CH/A: 120 CH/R: 100	Estágio Supervisionado V – Ensino Médio e EJA CH/A: 60 CH/R: 50	Optativa II CH/A: 60 CH/R: 50
Práticas de Inclusão no Território I - PPIT II: Escola, Comenidade e Território CH/A: 40 CH/R: 33	Práticas de Inclusão no Território II - PPIT II: Direitos e Diversidade na Comunidade CH/A: 40 CH/R: 33	Práticas de Inclusão no Território III - PPIT III: Libras e Acessibilidade Comunicacional CH/A: 40 CH/R: 33	Práticas de Extensão IV – Práticas Inclusivas CH/A: 40 CH/R: 33	Estágio Supervisionado III – Creche e Pré-escola CH/A: 120 CH/R: 100	TOTAL: 480 h/a | 400 h/r	Optativa I CH/A: 60 CH/R: 50	TOTAL: 420 h/a | 350 h/r
Estágio Supervisionado I – A Escola e sua Organização (Observação do Ambiente Escolar) CH/A: 60 CH/R: 50	TOTAL: 520 h/a | 433 h/r	TOTAL: 520 h/a | 433 h/r	Estágio Supervisionado II – Atendimento Educacional Especializado CH/A: 60 CH/R: 50	TOTAL: 540 h/a | 450 h/r		TOTAL: 480 h/a | 400 h/r	
TOTAL: 520 h/a | 433 h/r			TOTAL: 520 h/a | 433 h/r				

Formação geral | Conteúdos específicos | Extensão | Estágio | Optativas

Carga horária total: 4.000 horas-aula (50 min) | 3.332 horas-relógio (60 min) • Optativas: uma por semestre no 7º e 8º.

Temas transversais e conteúdos obrigatórios

Quadro 6 – Atendimento aos conteúdos obrigatórios

Conteúdo / exigência legal	Componentes em que é tratado
Libras (Decreto nº 5.626/2005)	Libras I e Libras II (obrigatórios); Libras III (optativo)
Educação das Relações Étnico-Raciais e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Res. CNE/CP nº 1/2004)	Transversal a toda a matriz
Educação em Direitos Humanos (Res. CNE/CP nº 1/2012)	PPIT II; transversal a toda a matriz
Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999; Res. CNE/CP nº 2/2012)	PPIT VII, transversal a toda a matriz
Educação Especial e inclusão (Res. CNE/CP nº 4/2024)	Eixo estruturante: Núcleos II, III e IV
Diversidade, gênero, geração e interculturalidade	
Temas Contemporâneos Transversais	Não aplicável (exigência dos cursos técnicos integrados)

Fonte: Comissão de elaboração do PPC.

9.5 Atividades não presenciais

O curso é integralmente presencial e não prevê carga horária na modalidade de Educação a Distância. As atividades desenvolvidas fora da sala de aula do Campus — estágio nas escolas-campo, ações de extensão no território, coleta de dados do TCC e atividades de campo — são atividades presenciais em ambientes formativos externos, orientadas e acompanhadas por docente do curso, e não se confundem com a oferta a distância. Ambientes virtuais institucionais poderão ser utilizados apenas como apoio ao ensino presencial (disponibilização de materiais, fóruns e entrega de atividades), sem substituir a carga horária presencial dos componentes.

A organização, o desenvolvimento, o acompanhamento e o registro dessas atividades observarão: plano de atividades aprovado pelo docente responsável; registro de frequência e das atividades no diário do componente no sistema acadêmico; relatórios, diários de campo ou portfólios como instrumentos de acompanhamento; e, no caso do estágio, termo de compromisso e controle de frequência assinado pelo supervisor da escola-campo.

10. METODOLOGIA

A metodologia do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva fundamenta-se nos princípios da aprendizagem ativa, crítica, colaborativa e contextualizada, da interdisciplinaridade, da prática reflexiva e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O processo formativo visa preparar professores para atuar na Educação Especial na perspectiva inclusiva, garantindo uma formação que integre conhecimentos teóricos, competências pedagógicas e experiências práticas.

Nessa perspectiva, o estudante assume papel protagonista no processo de construção do conhecimento, enquanto o professor atua como mediador das aprendizagens, promovendo situações didático-pedagógicas que

favoreçam a participação, a autonomia, a reflexão crítica e a articulação entre os conhecimentos acadêmicos e as diferentes realidades educacionais.

10.1 Abordagem ativa e reflexiva

O curso privilegia metodologias ativas de ensino, tais como aprendizagem baseada em projetos, estudos de caso, sala de aula invertida, oficinas de produção de recursos pedagógicos, investigação das práticas educativas, resolução de situações-problema e metodologias colaborativas. Essas estratégias buscam promover uma aprendizagem crítica, reflexiva e contextualizada, articulando permanentemente os fundamentos teóricos às situações reais de ensino.

A problematização de situações concretas da educação constitui importante estratégia metodológica, especialmente no campo da Educação Especial Inclusiva. Dessa forma, os estudantes serão incentivados a analisar barreiras à aprendizagem e à participação, situações de inclusão e exclusão, práticas pedagógicas, recursos de acessibilidade e estratégias educacionais que contribuam para assegurar o direito à educação e à aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial.

O uso de tecnologias educacionais também integra a proposta metodológica do curso, ampliando as possibilidades de interação dos estudantes com ferramentas digitais, tecnologias assistivas, recursos pedagógicos acessíveis e materiais didáticos inovadores.

10.2 Valorização das experiências profissionais dos cursistas

Considerando que parte significativa do público do Parfor Equidade é composta por professores em exercício, as experiências profissionais dos cursistas serão tomadas como ponto de partida para a reflexão teórica e para a construção de novos conhecimentos.

As vivências acumuladas no cotidiano escolar serão articuladas aos fundamentos científicos, pedagógicos e legais estudados no curso, favorecendo a relação entre teoria e prática e possibilitando a ressignificação das práticas docentes.

As escolas e demais espaços educacionais em que os cursistas atuam poderão constituir campos de estágio, extensão e pesquisa, respeitadas as normas institucionais e a legislação pertinente ao estágio curricular supervisionado.

10.3 Integração entre componentes curriculares e prática pedagógica

Desde os primeiros semestres, haverá articulação entre os componentes curriculares de natureza teórica e as experiências práticas, possibilitando aos estudantes aplicar os conhecimentos construídos em atividades de observação, investigação, planejamento, produção de materiais e recursos acessíveis, simulações didáticas, intervenções pedagógicas e ensino supervisionado.

Os componentes curriculares serão organizados de forma a assegurar a progressão da formação docente, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores e as especificidades da formação em Educação Especial Inclusiva.

As ementas estão organizadas em duas unidades, correspondentes às duas etapas avaliativas de cada semestre. A integração entre os componentes curriculares de um mesmo semestre será promovida por meio de planejamento coletivo e do componente de PPIT, que articula os conhecimentos desenvolvidos no semestre à realização de ações no território.

10.4 Acessibilidade e inclusão no processo formativo

Em consonância com a própria natureza do curso, a acessibilidade deverá constituir um princípio transversal de sua organização metodológica. O curso deverá assegurar práticas pedagógicas inclusivas, de modo que os processos de ensino e aprendizagem considerem as diferentes formas de participação, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

O planejamento pedagógico terá como referência os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), contemplando diferentes possibilidades de acesso aos conteúdos, participação nas atividades e demonstração das aprendizagens.

Serão disponibilizados, de acordo com as necessidades educacionais dos estudantes, materiais em formatos acessíveis, tradução e interpretação em Libras quando houver estudantes surdos, recursos de tecnologia assistiva e demais recursos de acessibilidade necessários, com apoio do CAPNE.

10.5 Práticas de ensino e estágio curricular supervisionado

As práticas pedagógicas serão desenvolvidas ao longo do curso, possibilitando aos estudantes a aproximação progressiva com os contextos de atuação profissional. Essas práticas contribuem para o desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento, à mediação pedagógica, à avaliação da aprendizagem, à acessibilidade, à elaboração de recursos pedagógicos e à construção de estratégias educacionais inclusivas.

O estágio curricular supervisionado obrigatório proporcionará a imersão dos licenciandos no ambiente escolar e em outros espaços educacionais previstos no PPC e na legislação vigente, permitindo a vivência de

situações concretas da profissão docente, a compreensão dos diferentes contextos educacionais e a reflexão sobre os desafios da Educação Especial na perspectiva inclusiva.

O estágio será compreendido como espaço de articulação entre teoria e prática, investigação da realidade educacional e construção da identidade profissional docente, contribuindo para que os licenciandos desenvolvam práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão, a acessibilidade, a equidade e o direito à aprendizagem.

10.6 Pesquisa e extensão como elementos formativos

A pesquisa e a extensão constituem elementos essenciais do processo formativo. Os estudantes serão incentivados a participar de projetos de iniciação científica, pesquisa e extensão, bem como de ações voltadas à investigação das práticas pedagógicas e à produção de conhecimentos relacionados à Educação Especial Inclusiva.

A pesquisa será estimulada como instrumento de compreensão e transformação das realidades educacionais, possibilitando que os estudantes investiguem problemas relacionados à inclusão, à acessibilidade, às práticas pedagógicas, aos processos de ensino e aprendizagem e às especificidades dos diferentes contextos educacionais.

A extensão, por sua vez, será desenvolvida de forma articulada ao currículo, fortalecendo a interação entre a instituição formadora, as escolas, as famílias, as comunidades e os diferentes espaços sociais. A curricularização da extensão assegurará 10% da carga horária total do curso seja destinada às atividades de extensão, promovendo a participação dos licenciandos em ações que dialoguem com as demandas educacionais e sociais dos territórios.

Dessa forma, a metodologia do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva busca assegurar uma formação integrada, acessível, interdisciplinar e socialmente referenciada, na qual ensino, pesquisa, extensão, práticas pedagógicas e estágio curricular supervisionado estejam articulados à realidade das escolas e das comunidades, contribuindo para a formação de professores com qualidade e que possam desenvolver práticas educacionais inclusivas e comprometidas com a garantia do direito à educação para todos.

11 PRÁTICA PROFISSIONAL

11.1 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é componente obrigatório, com 400 h/r (480 h/a), distribuídas do primeiro ao oitavo semestre em seis componentes progressivos, conforme a Resolução CNE/CP nº 4/2024, que estabelece o estágio desde o início do curso, na área de formação e atuação na educação básica. A progressão parte da observação da escola e sua observação (observação do ambiente escolar), (Estágio I), passa pelo AEE (Estágio II) e pela Creche e Pré escola (Estágio III) e chega aos anos inicias e finais do Ensino Fundamental (Estágio IV), Ensino Médio e EJAI (Estágio V), Gestão e Coordenação Pedagógica (Estágio VI).

O estágio será realizado em instituições de educação básica públicas das redes municipais e estaduais conveniadas, em salas de aula comuns e em serviços de AEE, sob orientação de docente do IFAP e supervisão de profissional da escola-campo, mediante termo de compromisso, nos termos da Lei nº 11.788/2008. Cada etapa

resultará em relatório reflexivo e em socialização, e o Estágio VI culminará em memorial de estágio e seminário final com as escolas-campo. O regulamento de estágio do curso será aprovado pelo Colegiado, observadas as normas institucionais.

11.2 Extensão curricularizada – Práticas de Inclusão no Território (PPIT)

A extensão curricularizada integra o Núcleo III, com 332 h/r (400 h/a), organizada em oito componentes específicos de extensão denominados Práticas de Inclusão no Território (PPIT I a VIII), um por semestre, conforme a Resolução CNE/CES nº 7/2018 e a Resolução nº 93/2024/CONSUP. As ações têm como protagonistas os estudantes e envolvem diretamente as escolas, as famílias, as comunidades e as redes de ensino do Vale do Jari, organizadas em progressão: reconhecimento do território; direitos e diversidade; Libras e acessibilidade comunicacional; formação e apoio às escolas; tecnologia assistiva; famílias e redes de apoio; projeto extensionista integrador; e socialização do conhecimento.

As ações extensionistas serão registradas no SUAP, acompanhado do projeto de extensão e curricularização de ação, relatório e avaliação pelos participantes externos, e poderão articular-se a programas e projetos institucionais de extensão e às ações do CAPNE e do NEABI.

11.3 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório, voltado à consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação. Seu desenvolvimento proporciona ao estudante a oportunidade de investigar, sistematizar e apresentar uma produção acadêmica com base em fundamentos científicos e pedagógicos. De acordo com o §3º O TCC poderá ser desenvolvido individualmente ou em grupo de até três estudantes, inclusive de cursos distintos, realizado sob orientação e avaliação docente, desde que previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A carga horária do TCC está prevista na matriz curricular do curso. O processo de orientação é conduzido por docente da área, conforme critérios definidos pelo curso, com acompanhamento contínuo, entrega de etapas e avaliação final por banca examinadora.

Os critérios de elaboração, desenvolvimento e avaliação do TCC seguem a regulamentação didático-pedagógica do IFAP e demais legislações vigentes. O Trabalho de Conclusão de Curso constitui componente curricular obrigatório do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva/ Parfor Equidade do IFAP, integrando a formação acadêmica por meio de uma produção científico-acadêmica que articula teoria e prática. Sua realização e avaliação seguem integralmente as determinações da Resolução nº 30/2015/CONSUP/IFAP, de 20 de maio de 2015, que regulamenta o TCC dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP.

➔ Natureza e Finalidades

O TCC tem como finalidades:

I – Desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridos ao longo do curso;

II – Estimular a capacidade de planejamento e resolução de problemas nas áreas de formação específica;

III – Favorecer o espírito investigativo e a execução de projetos que contribuam para o desenvolvimento de produtos, processos ou conhecimentos;

IV – Promover o desenvolvimento integral do acadêmico, articulando práticas, fundamentos teóricos e demandas reais da sociedade;

V – Incentivar a construção do conhecimento científico e coletivo, em conformidade com os princípios da pesquisa acadêmica.

➔ **Modalidades de TCC**

Conforme regulamentação institucional vigente, especialmente a Resolução nº 30/2015/CONSUP/IFAP, são consideradas modalidades de TCC:

I – **Pesquisa científica básica**, envolvendo estudos que busquem a produção de novos conhecimentos de caráter universal, sem aplicação prática imediata;

II – **Artigo científico**, elaborado de acordo com as normas acadêmicas e científicas;

Art. 7º. A modalidade Artigo Científico deverá atender aos seguintes critérios:

I – o artigo científico deve estar "aceito" e/ou "publicado" em uma revista com Qualis/Capes nas categorias A ou B, devendo o estudante apresentar documentos comprobatórios. Os artigos apenas submetidos não serão aceitos como modalidade de TCC;

II – o artigo científico deverá ser elaborado, aceito e/ou publicado entre o período inicial de matrícula até o penúltimo período de realização do curso;

III – caso o artigo não seja aceito e/ou publicado até o fim do penúltimo período, o estudante terá que apresentar uma modalidade de TCC nas formas supracitadas de acordo com os critérios deste regulamento;

IV – o artigo, aceito e/ou publicado em revista com Qualis/Capes, deverá conter o estudante de graduação do IFAP como primeiro autor, para o qual o referido artigo será admitido como TCC;

V – o orientador deve ser um dos autores do artigo científico, aceito e/ou publicado;

VI – o estudante deverá proceder à arguição verbal, nos moldes regulamentados neste documento.
III – **Monografia**, desenvolvida individualmente e apresentada em conformidade com os critérios previstos na regulamentação do IFAP;
IV – **Outras modalidades** previstas na legislação institucional atualizada, desde que aprovadas pelos colegiados competentes.

No caso específico da monografia, esta deverá ser desenvolvida individualmente, respeitando as orientações normativas, metodológicas e formais estabelecidas pela Resolução nº 30/2015/CONSUP/IFAP e demais documentos complementares.

➔ Procedimentos Técnicos Admitidos

Com base na modalidade escolhida, o estudante poderá adotar um ou mais dos seguintes procedimentos técnico-metodológicos:

I. – **Pesquisa Bibliográfica**: fundamentada em materiais já publicados e devidamente referenciados;

II. – **Pesquisa Documental**: realizada a partir de materiais que ainda não receberam tratamento analítico

III. IV. – **Levantamento**: envolvendo a coleta direta de informações junto a sujeitos ou grupos, por meio de instrumentos como entrevistas e questionários;

V. – **Estudo de Caso**: análise aprofundada de um caso singular, mediante metodologia e fundamentação teórica específicas;

VI. – **Pesquisa-Ação**: desenvolvida de forma colaborativa, envolvendo pesquisadores e participantes em processo de intervenção;

VIII. – **Pesquisa Participante**: realizada a partir da interação entre pesquisadores e sujeitos envolvidos na realidade estudada.

➔ Observância às Normas Institucionais

Todo o processo de elaboração, desenvolvimento, acompanhamento, orientação, avaliação e apresentação do TCC deverá atender, obrigatoriamente, aos requisitos estabelecidos na: Resolução nº 30/2015/CONSUP/IFAP, de 20 de maio de 2015 – Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos cursos de graduação do IFAP.

Art. 8º. Independentemente da modalidade do TCC, o texto a ser apresentado para a Banca de Avaliação e a versão final para depósito na biblioteca da Instituição deverão constar de todos os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, conforme consta no Documento Referência de Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação do IFAP.

➔ Procedimentos e Critérios de Avaliação do TCC

A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso obedecerá integralmente ao disposto na Resolução nº 30/2015/CONSUP/IFAP, de 20 de maio de 2015, que regulamenta o TCC no âmbito do Instituto Federal do Amapá. Conforme estabelece a normativa, a avaliação final do TCC compreende dois momentos distintos: a apresentação escrita e a defesa oral perante banca avaliadora, em sessão pública, excetuando-se os casos de sigilo industrial ou restrições relacionadas a patentes.

Após a apresentação e arguição, a banca examinadora se reunirá em caráter sigiloso para atribuição do conceito final, de acordo com os critérios institucionais. Nos casos em que o TCC for desenvolvido em grupo, respeitando-se o §3º do Art. 3º da Resolução, a avaliação será realizada individualmente, assegurando o mérito e desempenho de cada discente.

O discente que não entregar o trabalho nos prazos definidos pela Coordenação do Curso ou pelo professor responsável, ou que deixar de comparecer à apresentação oral sem justificativa amparada pela legislação vigente, será automaticamente reprovado no componente curricular do TCC. Todas as atividades referentes ao TCC devem ser concluídas até o término do semestre letivo de matrícula.

Cabe ao professor-orientador garantir a qualidade e a adequação técnica do trabalho, liberando-o para avaliação somente quando atender aos requisitos mínimos e estiver em consonância com as orientações da Resolução nº 30/2015/CONSUP/IFAP. A avaliação seguirá critérios específicos, conforme Apêndice G da normativa, abrangendo:

I – Parte escrita: coesão e coerência, clareza e objetividade, fundamentação teórica e bibliografia, procedimentos metodológicos, desenvolvimento e conclusões;
II – Apresentação oral: domínio do tema, postura, clareza expositiva e capacidade de responder aos questionamentos da banca.

Art. 23 da Resolução nº 30/2015/CONSUP/IFAP**.** Caberá a cada membro da banca examinadora aferir nota ao trabalho, dentro dos seguintes critérios:

I – para a Escrita: de 0 (zero) a 6,0 (seis) pontos;

II – para a Apresentação oral: de 0 (zero) a 4,0 (quatro) pontos;

III – A soma dos itens anteriores representarão a nota do avaliador.

Art. 24. A nota final do aluno será a média aritmética dos membros avaliadores.

Art. 25. Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, exigidos conforme Regulamentação Didático-Pedagógica do Ensino Superior do IFAP.

A aprovação poderá ocorrer com **ressalvas**, caso em que o discente deverá apresentar a versão corrigida no prazo máximo de **30 dias úteis**, atendendo às recomendações da banca. A não entrega do trabalho corrigido ou a ausência na defesa, sem motivo que se enquadre nas justificativas legais, acarretará reprovação automática.

Nos casos de reprovação ou impedimento de defesa, não será permitido ao discente apresentar novo TCC no mesmo semestre letivo. A normativa também estabelece que não há recuperação da nota atribuída ao TCC.

Se constatado emprego de meios ilícitos, plágio ou qualquer forma de fraude na elaboração ou apresentação do trabalho, o discente receberá **nota 0 (zero)** e será reprovado, devendo os fatos ser registrados em ata e na ficha de avaliação, podendo ainda responder civil e criminalmente, conforme legislação vigente.

O resultado final da avaliação deverá constar em ata específica, assinada por todos os membros da banca e pelo discente, sendo entregue uma via ao aluno e outra ao coordenador do curso, permanecendo arquivada na Coordenação de Curso. Todos os documentos do processo avaliativo serão encaminhados à Coordenação de Registro Acadêmico para registro, divulgação e arquivamento institucional.

SEMANA ACADÊMICA

A Semana Acadêmica deste curso é uma atividade institucional prevista no calendário do campus, com o objetivo de proporcionar um ambiente de formação ampla, integrando ensino, pesquisa e extensão.

Durante esse período, as aulas regulares são substituídas por atividades como palestras, oficinas, workshops, mesas-redondas, apresentações culturais, exposições e rodas de conversa, promovendo a interação entre estudantes, docentes e comunidade externa.

As atividades da Semana Acadêmica são planejadas de forma a dialogar com os objetivos do curso, enriquecendo a formação acadêmica dos estudantes e incentivando a produção e socialização do conhecimento.

11.4 Atividades Complementares Curriculares

As Atividades Complementares Curriculares (ACC), com 200 horas-relógio, têm por finalidade enriquecer o percurso formativo por meio de atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura, representação estudantil e formação profissional realizadas pelo estudante ao longo do curso, tais como participação em eventos científicos, monitoria, projetos de pesquisa e de extensão não computados no Núcleo III, cursos de formação continuada na área e publicações. As atividades serão validadas pela Coordenação do Curso mediante comprovação, observados os critérios, grupos de atividades e limites de aproveitamento definidos na resolução institucional das ACC para os cursos de graduação. Não poderão ser computadas como ACC as atividades já contabilizadas em componentes curriculares, no estágio ou na extensão curricularizada.

12 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO – VISÃO GERAL

A avaliação da aprendizagem ocorre ao longo de todo o processo formativo, abrangendo atividades acadêmicas, projetos de intervenção e ações de pesquisa. A autoavaliação do estudante é incentivada como prática permanente de reflexão crítica, promovendo a ética, a autonomia e o engajamento acadêmico.

As estratégias são diversificadas, considerando metodologias ativas, produção acadêmica, avaliações práticas e trabalhos desenvolvidos em sala. O curso segue os critérios e procedimentos definidos na Regulamentação Didático-Pedagógica vigente do IFAP.

12. 1 Avaliação da qualidade do curso

A qualidade do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva no IFAP é avaliada de forma contínua e sistemática, conforme os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e as diretrizes institucionais da instituição. A avaliação envolve múltiplas instâncias e instrumentos, incluindo:

- O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);
- A autoavaliação institucional, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- A avaliação interna do curso, com participação da comunidade acadêmica e das redes de

ensino parceiras;

- A análise do desempenho discente e docente, a partir de indicadores acadêmicos e institucionais.
- O curso adota indicadores próprios de qualidade, utilizados para orientar processos de aprimoramento da formação docente, abrangendo:
- A coerência entre matriz curricular, perfil do egresso e as demandas da Educação Básica;
- A efetividade das práticas pedagógicas e da articulação entre teoria e prática;
- A inserção profissional dos egressos e sua atuação no campo da docência;
- O nível de satisfação de estudantes, egressos, docentes e parceiros institucionais;
- Os resultados obtidos em avaliações internas e externas;
- A atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) na sistematização de dados e proposição de melhorias contínuas.

A avaliação contempla ainda aspectos como impacto social, inovação metodológica, aderência às políticas educacionais nacionais e articulação com as demandas regionais.

Esse processo avaliativo reforça o compromisso institucional com a formação de professores qualificados, críticos, reflexivos e comprometidos com a transformação da realidade educacional.

12.2 Avaliação dos Estudantes

A avaliação da aprendizagem no Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva do IFAP seguirá integralmente as normas estabelecidas pela Resolução nº 102/2025 – CONSUP/RE/IFAP, que regulamenta a Sistemática de Avaliação da Aprendizagem no âmbito institucional. Essa sistemática orienta os procedimentos avaliativos em todos os componentes curriculares, garantindo critérios unificados, transparência e acompanhamento contínuo do processo formativo.

Aos estudantes com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação serão asseguradas adaptações razoáveis e recursos de acessibilidade nos processos avaliativos, conforme a Lei nº 13.146/2015, com apoio do CAPNE.

12. 3 Organização do período avaliativo

O período letivo será organizado em **Etapas**, distribuídas proporcionalmente à carga horária dos componentes curriculares, conforme a forma de oferta.

12.3.1 Componentes curriculares semestrais

Etapas (Etapa 1 e Etapa 2) e uma **Etapa Final**, destinada exclusivamente à aplicação das avaliações de recuperação, conforme normas institucionais, destinada apenas aos estudantes que não alcançarem a média mínima para aprovação.

12.3.3 Estrutura da Avaliação nas Etapas

Cada Etapa terá **valor máximo de 100 pontos**. Para formação da Nota da Etapa (NE), serão utilizados no mínimo 2 e no máximo 3 Instrumentos Avaliativos (IA), que não poderão ser subdivididos ou ampliados além do previsto.

I. Cálculo da Nota da Etapa (NE):

Com **2** instrumentos avaliativos:

$$NE = \frac{IA1 + IA2}{2}$$

Com **3** instrumentos avaliativos:

$$NE = \frac{IA1 + IA2 + IA3}{3}$$

II. Cálculo da Média do Componente Curricular (MCC)

Para componentes semestrais:

A média será expressa em número inteiro, conforme a regulamentação.

No caso de realização de 2 (dois) IA na Etapa, a NE será calculada por meio:

$$\frac{NE = IA1 + IA}{2}$$

Onde:

- NE = Nota da Etapa;
- IA1 = Instrumento Avaliativo 1;
- IA2 = Instrumento Avaliativo 2.

12.3.4 Divulgação dos Resultados e Revisão

Os resultados das avaliações deverão ser disponibilizados aos estudantes em **até 7 dias úteis** após sua realização, garantindo-se o direito de solicitação de revisão, conforme prazos e procedimentos definidos no regulamento do curso.

12.3.5 Etapa Final (Recuperação)

A **Etapa Final** destina-se exclusivamente aos estudantes que não alcançarem a média mínima para aprovação ao término das Etapas regulares.

Essa etapa obedecerá aos seguintes princípios:

- poderá conter instrumentos de recuperação específicos;
- avaliará os objetivos e competências não atingidos;
- substituirá, quando favorável ao estudante, a menor Nota de Etapa do período letivo.

12.3.6 Princípios Gerais da Avaliação

A avaliação deverá:

- **ser processual, contínua e formativa;**
- considerar dimensões qualitativas e quantitativas;
- assegurar a coerência entre objetivos, conteúdos e instrumentos avaliativos;
- respeitar os princípios de transparência, ética e equidade.

A avaliação da aprendizagem no curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva ocorre de forma contínua, cumulativa e processual, assegurando o acompanhamento do desenvolvimento acadêmico dos estudantes ao longo de toda a formação.

12.4 Critérios de avaliação da aprendizagem

Os critérios adotados consideram a natureza processual da aprendizagem, com análises qualitativas e quantitativas dos resultados obtidos em diferentes momentos do período letivo. Atribuem-se conceitos, notas e pareceres com base em atividades práticas, teóricas, projetos, relatórios, seminários, participação em sala, entre outros instrumentos. A avaliação busca minimizar a dependência de provas finais isoladas, promovendo o acompanhamento permanente da trajetória do estudante.

Ao contemplar a avaliação como um instrumento para verificação da aprendizagem e tomada de decisão para melhoria da qualidade de ensino, pode-se assumir as seguintes funções: Diagnóstica que pode ser realizada no início do semestre, disciplina ou aula, é fundamental para considerar os conhecimentos que o aluno já possui, a partir de seu meio social, como ponto de partida para a aprendizagem de novos conceitos que serão incorporados ao saber sistematizado; Formativa pode ser

realizada durante todo o processo de aprendizagem, é contínua e possibilita que se verifique o que foi aprendido e se as estratégias de ensino estão contribuído de maneira significativa para a construção do conhecimento e a somativa realizada ao final de um período letivo, busca verificar o resultado conjunto das aprendizagens alcançadas durante todo o processo (Luckesi, 2002).

A LDBEN estabelece que essas funções devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades. Funcionando também como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, que deve sempre levar em consideração os aspectos qualitativos sobre os quantitativos (Brasil, 1996).

Considerar-se-á aprovado, após a Etapa Final, o acadêmico que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) igual ou maior que 70 (setenta) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no componente.

Será reprovado no componente curricular o acadêmico que deixar de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas e atividades de cada componente curricular, ressalvados os casos previstos em Lei, independente da média final do componente curricular.

Após a Etapa Final, o acadêmico que não alcançar a nota 70 (setenta) em qualquer componente curricular, prosseguirá para o semestre consecutivo, cursando apenas o(s) componente(s) que não sejam pré-requisito(s) da disciplina em que se deu a reprovação. O(s) componente curricular(es) sem relação com o pré-requisito poderá(ão) ser cursada(s) normalmente.

12.5 Recuperação da aprendizagem

A recuperação da aprendizagem é parte integrante do processo formativo. É desenvolvida de forma contínua e concomitante às atividades regulares do curso, por meio de estratégias pedagógicas que favorecem a superação de dificuldades acadêmicas. Essas estratégias são planejadas com base na Política de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico dos Estudantes do IFAP, visando à permanência e ao êxito dos discentes.

12.8 Avaliação da permanência dos estudantes

O curso adota estratégias sistemáticas de avaliação da permanência estudantil, com o objetivo de reduzir os índices de retenção e evasão e de promover condições adequadas para o êxito acadêmico. A política de permanência está integrada ao planejamento pedagógico do curso e contempla ações preventivas e de acompanhamento contínuo dos estudantes.

São utilizados indicadores como frequência, rendimento acadêmico, participação em atividades complementares, utilização de serviços de apoio e taxa de conclusão. Com base nesses dados, são desenvolvidas ações como programas de acolhimento, nivelamento de conteúdos, suporte psicopedagógico, orientação acadêmica e articulação com os setores de assistência estudantil.

A avaliação da permanência ocorre em articulação com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), a coordenação do curso, o setor pedagógico e demais instâncias institucionais, assegurando que as decisões pedagógicas estejam fundamentadas em evidências e voltadas à promoção do sucesso formativo.

13 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE CONHECIMENTOS

O curso adota procedimentos para o reconhecimento de saberes prévios adquiridos em ambientes formais, não formais ou informais de aprendizagem seguirão a Organização Didática dos cursos de graduação do IFAP. Esses processos seguem as normativas institucionais e a legislação vigente, assegurando critérios claros e objetivos para equivalência e validação de competências e conteúdos previamente desenvolvidos.

Considerando o público do Parfor Equidade, a experiência profissional dos professores em exercício será valorizada nas atividades formativas, sem prejuízo do cumprimento integral da carga horária de estágio, observados os limites da legislação e das normas institucionais.

14 APOIO AO DISCENTE, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

O apoio ao discente compreende a acessibilidade e a inclusão como dimensões fundamentais para assegurar o direito à educação, a permanência, a participação e o êxito acadêmico dos estudantes. Nesse sentido, o curso desenvolverá ações articuladas entre a Coordenação do Curso, a equipe pedagógica, os setores responsáveis pela assistência estudantil, a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE) e os demais núcleos e setores institucionais, observando as políticas de inclusão e permanência adotadas pelo IFAP. Serão promovidas ações de acolhimento, orientação acadêmica, acompanhamento pedagógico e encaminhamento aos serviços institucionais, considerando as necessidades e especificidades dos estudantes e respeitando sua autonomia e singularidade.

O CAPNE terá papel fundamental na promoção das condições de acessibilidade e inclusão no âmbito do curso, atuando na identificação e no atendimento das necessidades educacionais específicas, na orientação aos docentes, na indicação e disponibilização de recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva e na articulação de estratégias que favoreçam a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA), altas habilidades ou superdotação e outras

necessidades educacionais específicas, em conformidade com a legislação vigente e com as políticas institucionais.

O apoio ao discente também contemplará ações relacionadas à permanência e ao êxito acadêmico, incluindo acompanhamento de frequência e rendimento, orientação quanto à organização dos estudos, apoio à leitura e à produção acadêmica, monitoria, atividades de nivelamento quando identificadas necessidades, atendimento e orientação pedagógica e acompanhamento de estudantes em situação de vulnerabilidade ou risco de evasão. A acessibilidade será compreendida de maneira ampla, contemplando as dimensões arquitetônica, comunicacional, pedagógica, metodológica, instrumental, tecnológica e atitudinal, de modo a favorecer não apenas o acesso ao curso, mas também a participação efetiva e a permanência dos estudantes em todas as atividades acadêmicas.

Nesse processo, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e demais núcleos institucionais poderão atuar de forma articulada com a Coordenação do Curso, contribuindo para ações de formação, pesquisa, extensão e promoção da educação para as relações étnico-raciais, para o reconhecimento e valorização dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e de outros grupos socialmente diversos presentes no território amapaense promovendo uma formação comprometida com os direitos humanos, a equidade, o respeito às diferenças e a superação de práticas discriminatórias.

Essa articulação fortalece a relação entre a formação acadêmica e a realidade concreta das instituições educacionais do território reafirma o compromisso institucional com uma formação docente inclusiva, equitativa e socialmente referenciada, assegurando condições para que os estudantes possam ingressar, permanecer, participar e concluir sua formação acadêmica com qualidade, ao mesmo tempo em que desenvolvem competências para atuar na construção de sistemas educacionais cada vez mais acessíveis e inclusivos.

15 GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

A gestão do curso será exercida pela Coordenação do Curso, pelo Colegiado do Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), constituídos e com atribuições definidas nas normativas do IFAP. A Coordenação será exercida por docente do quadro efetivo com formação na área de Educação ou de Educação Especial. O NDE será responsável pelo acompanhamento, atualização e consolidação do PPC, e o Colegiado deliberará sobre as questões acadêmicas, incluindo a aprovação dos regulamentos de estágio, TCC e ACC do curso. Também caberá à gestão do curso a interlocução com a coordenação institucional do Parfor Equidade e com as redes de ensino parceiras.

A Coordenação do Curso será responsável pela gestão acadêmica e pelo acompanhamento do desenvolvimento curricular, articulando docentes, discentes, equipe pedagógica e demais setores

institucionais. Compete à Coordenação acompanhar a execução do PPC, promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão, acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes, articular as atividades de estágio supervisionado e práticas pedagógicas e estabelecer interlocução com as instituições e redes de ensino parceiras.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) terá papel fundamental na concepção, acompanhamento, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso, promovendo estudos e proposições que contribuam para a permanente adequação da formação às políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, às transformações sociais e educacionais e às necessidades identificadas no contexto regional.

O Colegiado do Curso constituirá espaço de participação e deliberação acadêmica, envolvendo representantes docentes e discentes, conforme regulamentação institucional. Compete ao Colegiado apreciar e deliberar sobre questões relacionadas ao funcionamento acadêmico do curso, acompanhar a execução do PPC e analisar propostas referentes à organização curricular e às atividades acadêmicas.

A gestão acadêmica deverá assegurar, ainda, a articulação permanente com as redes públicas de educação básica e demais instituições e espaços educativos da região do Vale do Jari, especialmente aqueles envolvidos com a escolarização de estudantes público da Educação Especial orientada pelos princípios da gestão democrática, participação, transparência, inclusão, equidade, acessibilidade, diálogo institucional e avaliação contínua, de modo a garantir que as decisões relativas ao curso estejam articuladas aos objetivos da formação do professor de Educação Especial Inclusiva e às necessidades educacionais da realidade amazônica e regional.

16 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) constitui um processo contínuo, sistemático e participativo, orientado pelos princípios da gestão democrática, da melhoria da qualidade da formação docente, da inclusão, da acessibilidade e da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

O processo de acompanhamento e avaliação do PPC será desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e pelo Colegiado do Curso, em articulação com a Coordenação do Curso, a equipe pedagógica, os docentes, os discentes e demais setores institucionais envolvidos, considerando as normativas do IFAP e os instrumentos de avaliação institucional.

A avaliação deverá considerar, entre outros, os seguintes aspectos:

- Implementação e adequação da organização curricular;

- Coerência entre o perfil do egresso, as competências e habilidades previstas e as experiências formativas desenvolvidas ao longo do curso, especialmente aquelas relacionadas à atuação docente na perspectiva da educação especial inclusiva;
- Condições de acessibilidade e inclusão no processo formativo;
- Indicadores acadêmicos do curso, tais como ingresso, matrícula, permanência, aproveitamento, retenção, evasão, integralização e conclusão;
- Avaliação dos componentes curriculares e das práticas pedagógicas, considerando a organização, metodologia, avaliação da aprendizagem, recursos didáticos e articulação teoria-prática;
- Acompanhamento das atividades de prática pedagógica e do estágio supervisionado;
- Avaliação das ações de extensão e pesquisa, verificando sua contribuição para a formação profissional e para o atendimento às demandas educacionais e sociais da região do Vale do Jari;
- Percepção das instituições parceiras e dos campos de atuação profissional;
- Resultados da Autoavaliação Institucional, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), bem como outros instrumentos institucionais de acompanhamento;
- Resultados de processos avaliativos externos, quando aplicáveis, considerando os indicadores e instrumentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e demais processos regulatórios e avaliativos pertinentes ao curso;
- Acompanhamento da trajetória dos egressos

Os resultados obtidos serão sistematizados pelo NDE e apresentados ao Colegiado do Curso, constituindo subsídios para a identificação de potencialidades, fragilidades e necessidades de aperfeiçoamento do curso. Dessa forma, a avaliação do PPC será compreendida não apenas como mecanismo de controle, mas como instrumento permanente de planejamento, acompanhamento e aperfeiçoamento da formação de professores para a educação especial inclusiva, assegurando a atualização do curso diante das demandas educacionais, sociais e profissionais do território de abrangência do Campus Laranjal do Jari e das transformações das políticas de educação especial e inclusão.

17 CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O curso contará com docentes do quadro do Campus Laranjal do Jari, incluindo o docente da área de Educação Especial selecionado no concurso de 2026, e, quando necessário, com docentes de outros campi e professores formadores selecionados no âmbito do Parfor Equidade, conforme as regras do programa. O Quadro 8 apresenta o perfil docente necessário à oferta.

Quadro 8 – Perfil docente necessário

Área	Formação mínima desejada
Fundamentos da Educação	Licenciatura em Pedagogia ou áreas afins, com pós-graduação em Educação
Psicologia da Educação	Graduação em Psicologia ou Pedagogia, com pós-graduação em Educação ou Psicologia
Educação Especial	Licenciatura com pós-graduação em Educação Especial/Inclusiva
Libras e Educação de Surdos	Licenciatura em Letras-Libras ou graduação com certificação Prolibras/pós-graduação na área
Deficiência Visual	Graduação com pós-graduação ou formação específica em Deficiência Visual/Braille
Linguagens e Alfabetização	Licenciatura em Letras ou Pedagogia
Matemática e Ciências	Licenciatura em Matemática, Ciências Biológicas, Física ou Química
Metodologia e Pesquisa	Mestrado ou doutorado em Educação ou áreas afins
Diversidade e Interculturalidade	Licenciatura com pós-graduação em Educação, Antropologia ou áreas afins
Tecnologias Educacionais	Licenciatura em Informática da Educação ou pós-graduação em Tecnologias Educacionais

O apoio técnico-administrativo será prestado pelo Setor de Registro Acadêmico, pela Coordenação Pedagógica, pelo CAPNE (incluindo a equipe multidisciplinar, em especial o profissional tradutor e o intérprete de Libras), pela Biblioteca e pelos setores de extensão e de pesquisa do Campus.

18 INFRAESTRUTURA

O Campus Laranjal do Jari dispõe de 14 salas de aula, recentemente ampliadas com novo bloco de ensino contendo três salas de aula e três laboratórios de informática; laboratórios de Informática, Química, Biologia, Meio Ambiente e Física; biblioteca; banheiros adaptados; espaços administrativos e de apoio pedagógico; e sala do CAPNE. Para a oferta do curso, prevê-se a estruturação de um Laboratório de Educação Especial, Acessibilidade e Tecnologia Assistiva, destinado às aulas práticas, à produção de recursos pedagógicos acessíveis e às ações de extensão.

Quadro 9 – Recursos do Laboratório de Educação Especial, Acessibilidade e Tecnologia Assistiva

Área	Recursos
Deficiência visual	Regletes, punções, máquina de escrever Braille, impressora Braille, soroban, lupas e recursos ópticos, globo e mapas táteis, materiais em alto-relevo, software leitor de tela e ampliador
Surdez	Dicionários de Libras, câmera e equipamento para gravação de vídeos em Libras, materiais bilíngues
Comunicação e deficiência física	Vocalizadores, pranchas de comunicação, acionadores, teclados e mouses adaptados, tablets com aplicativos de CAA, mobiliário adaptado
Materiais pedagógicos	Jogos pedagógicos acessíveis, materiais manipuláveis e multissensoriais, material dourado, blocos lógicos, kits de ciências acessíveis
Produção de recursos	Plastificadora, guilhotina, termoformadora ou equipamento para relevo, materiais de papelaria e insumos para produção de recursos de baixo custo

O acervo bibliográfico deverá contemplar as referências básicas e complementares do ementário, em formato físico ou digital, inclusive em formatos acessíveis, com aquisição prevista no cronograma de implantação do curso.

19 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Ao estudante que integralizar todos os componentes curriculares, o estágio, a extensão, o TCC e as 200 horas de ACC, totalizando 3.332 horas, e estiver regular perante o Enade, será conferido o diploma de Licenciado(a) em Educação Especial Inclusiva, expedido pelo Ifap nos termos da legislação vigente e das normativas institucionais.

20 NUCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS, INDÍGENAS, POVOS DA FLORESTA, COMUNIDADE LGBTQIA+ E IDENTIDADES - NEABI+

O Curso de Educação Especial Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP integra e desenvolve ações articuladas com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas, Povos da Floresta, Comunidade LGBTQIA+ e Identidades (NEABI+), em consonância com a Resolução nº 30/2022/CONSUP/IFAP, que regulamenta sua organização, funcionamento e atribuições no âmbito institucional.

O NEABI+ constitui-se como órgão institucional de promoção, acompanhamento, planejamento e execução de políticas inclusivas voltadas à valorização da identidade étnico-racial, à equidade, ao respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades. Seu trabalho visa à consolidação das políticas afirmativas e

ao enfrentamento de práticas discriminatórias relacionadas ao racismo, à lgbtfobia e a outras formas de violação de direitos, mediante ações educativas, culturais e formativas.

20.1 Finalidade e fundamentação legal

Conforme a Resolução nº 30/2022/CONSUP/IFAP, o NEABI+ tem por finalidade regulamentar, fomentar e executar ações relativas à implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que instituem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar; da Lei nº 1.483/2010, que trata do fortalecimento e preservação das línguas indígenas tradicionais do Estado do Amapá; e da Lei nº 12.990/2014, que estabelece reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos no âmbito federal, dentre outras políticas inclusivas e afirmativas.

20.2 Objetivos institucionais

O NEABI+, no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, orienta e apoia ações que envolvem:

I. Divulgação e valorização da história e cultura afro-brasileira, indígena, quilombola, povos da floresta, comunidade LGBTQIA+ e outras identidades na formação do povo brasileiro;
II. Promoção de atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, como cursos, seminários, palestras, oficinas, eventos culturais e ações correlatas;
III. Organização de ações de capacitação para docentes, técnicos e acadêmicos, visando ao enfrentamento do racismo estrutural, da lgbtfobia e demais formas de discriminação;
IV. Implementação das diretrizes das Leis nº 10.639/2003, nº 11.645/2008 e nº 12.990/2014 no currículo do Curso de Educação Especial Inclusiva, promovendo uma educação pluricultural e identitária;
V. Articulação com escolas da rede pública e privada, comunidades quilombolas, indígenas, tradicionais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, fortalecendo ações educativas e socioculturais;
VI. Estímulo à produção acadêmica, pesquisas e publicações voltadas às questões étnico-raciais, identitárias e interculturais;
VII. Desenvolvimento e difusão de conteúdos, materiais didáticos, projetos e ações que dialoguem com a diversidade e com o enfrentamento às desigualdades;
VIII. Apoio ao trabalho docente, oferecendo subsídios teóricos, metodológicos e materiais para o desenvolvimento das temáticas previstas na legislação;

IX. Constituição e manutenção de acervo bibliográfico e documental relacionado à educação pluriétnica e identitária.

20.3 Composição e organização

O NEABI+ é composto por docentes, técnicos administrativos, discentes e representantes da comunidade externa, devidamente organizados conforme estabelece a regulamentação institucional. Sua estrutura administrativa básica inclui coordenação, vice coordenação, secretaria e representações técnica, docente e discente. A escolha desses membros ocorre por meio de processo eleitoral interno ou, quando não for possível, por indicação da Direção-Geral do campus.

20.4 Articulação com o curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva

No PPC do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, o NEABI+ atua como instância pedagógica e consultiva, contribuindo para:

- A transversalização das temáticas étnico-raciais e identitárias nos componentes curriculares;
- A formação inicial de docentes comprometidos com uma educação emancipadora, antirracista e decolonial;
- O fortalecimento das ações de ensino, pesquisa e extensão pautadas na equidade, diversidade, representatividade e inclusão;
- O assessoramento na elaboração de projetos de ensino, pesquisa e extensão que contemplem as questões étnico-raciais e identitárias;
- A execução de atividades formativas e a orientação pedagógica às práticas acadêmicas do curso.

O Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva reconhece o NEABI+ como espaço estratégico de produção de conhecimento, reflexão crítica e construção de práticas educativas inclusivas, reafirmando seu compromisso com a defesa dos direitos humanos, com a promoção da igualdade racial, com a diversidade cultural e com a formação de profissionais sensíveis às demandas das populações plurais que compõem a sociedade brasileira.

21 NUCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS - NAPNE

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) configura-se como órgão institucional de caráter propositivo, consultivo e de assessoramento, instituído em conformidade com **a Resolução nº 021/2020/CONSUP/IFAP**, com base na Política Nacional de

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e demais normativas correlatas. No Campus, integra a estrutura administrativa vinculada à Direção-Geral, atuando de forma articulada com a equipe pedagógica, o NAPNE, o setor de Assistência Estudantil e demais setores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

O NAPNE tem por finalidade promover ações integradas de inclusão, garantindo acesso, permanência e êxito dos estudantes com necessidades educacionais específicas, permanentes ou temporárias, em consonância com a Declaração de Salamanca (1994) e com a legislação nacional de acessibilidade.

Compete ao NAPNE:

- Identificar e acompanhar estudantes com necessidades educacionais específicas;
- Articular, junto aos setores pedagógicos e administrativos, ações de eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais;
- Orientar docentes sobre práticas inclusivas e recursos de acessibilidade;
- Indicar, quando necessário, atendimentos e serviços de apoio especializado;
- Promover ações de sensibilização e formação continuada sobre educação inclusiva;
- Contribuir com o planejamento institucional nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

O NAPNE é composto por:

- Coordenador designado pela Direção-Geral;
- Docentes e técnicos de áreas pedagógicas, assistência estudantil e saúde;
- Representantes da comunidade acadêmica;
- Profissionais parceiros externos, quando necessário.

O Núcleo dispõe de espaço físico e recursos adequados ao atendimento educacional especializado, conforme a legislação vigente (Decreto nº 5.296/2004, ABNT NBR 9050/2015 e demais normas de acessibilidade). As reuniões podem ocorrer de forma ordinária, extraordinária ou ampliada, integrando o planejamento pedagógico do Campus.

No âmbito do Curso de Educação Especial e Inclusiva, o NAPNE:

- Contribui para a formação docente voltada à educação inclusiva;
- Assessor a coordenação do curso na adequação de práticas pedagógicas e avaliações;
- Orienta quanto à elaboração e acompanhamento de Planos de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e adaptações curriculares;
- Participa dos processos de acompanhamento acadêmico dos estudantes do curso que demandem atendimento específico.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Brasília, 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007.** Dispõe sobre a carga horária mínima e os procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 126, p. 25, 3 jul. 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior**. Resolução nº 1, de 15 de maio de 2026.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem, bacharelado e licenciatura. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 maio 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior**. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 243, p. 49-50, 19 dez. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 118, p. 11, 22 jun. 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação**. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 105, p. 48-50, 31 maio 2012.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 141, n. 232, p. 5, 3 dez. 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Brasília, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 163, p. 3, 26 ago. 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 221, p. 12, 18 nov. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 137, n. 79, p. 1-2, 28 abr. 1999.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 244, p. 2-4, 20 dez. 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 8, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 187, p. 1-2, 26 set. 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 250, p. 2, 28 dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

BRASIL**. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 146, p. 1, 4 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador do Novo PAR**. Brasília: MEC, 2026.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Edital nº 23/2026. Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor. Brasília: CAPES, 2026.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Portaria nº 102, de 24 de abril de 2025. Regulamenta o Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica – Parfor Equidade. Brasília: CAPES, 2025.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **O papel da universidade no contexto da política de educação inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 23, n. 38, p. 345-356, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: população e domicílios.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. **Conselho Superior. Resolução nº 30/2015/CONSUP/IFAP, de 20 de maio de 2015.** Aprova a Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP. Macapá: CONSUP/IFAP, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2024–2028.** Macapá: IFAP, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. Pró-Reitoria de Ensino. Orientações gerais para a análise técnico-pedagógica de Projetos Pedagógicos de Curso (Documento 186012). Macapá: IFAP, 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. Pró-Reitoria de Ensino. Relatório técnico de estudo de viabilidade: Parfor Equidade – Licenciatura em Educação Especial Inclusiva. Macapá: IFAP, 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ (IFAP). **Resolução nº 08/2019-CONSUP/IFAP, de 09 de janeiro de 2019**. Aprova Atualização da Resolução Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP. Macapá: Conselho Superior, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ (IFAP). **Resolução nº 10/2024-CONSUP/RE/IFAP, de 17 de março de 2024**. Aprova a Atualização do Guia de Formatação e Estrutura de Trabalhos Acadêmicos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP. Macapá: Conselho Superior, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ (IFAP). **Resolução nº 39/2019/CONSUP/IFAP, de 22 de abril de 2019**. Aprova a Regulamentação da Política Linguística do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP. Macapá: Conselho Superior, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ (IFAP). **Resolução nº 93/2024-CONSUP/RE/IFAP, de 8 de agosto de 2024**. Homologa a resolução nº 39/2024/CONSUP/RE/IFAP, Ad Referendum de 9 de abril de 2024, que aprovou a reformulação da resolução 107/2022/CONSUP/RE/IFAP, referente a Curricularização da Extensão nos Cursos Superiores, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP. Macapá: Conselho Superior, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ (IFAP). **Resolução nº 108/2024-CONSUP/RE/IFAP, de 14 de outubro de 2024**. Aprova a Política Didático-Pedagógica para os Cursos de Licenciatura, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP. Macapá: Conselho Superior, 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar da Educação Básica 2025: microdados. Brasília: Inep, 2026.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. Educar em Revista, Curitiba, n. 41, p. 61–79, jul./set. 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000300005

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual.** 2. ed. Rio de Janeiro: NAU; EDUR, 2014.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE, 1994, Salamanca. Anais [...]. Brasília, DF: CORDE, 1994.

APÊNDICE — EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES

1º SEMESTRE

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
1º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa
A educação como prática social e histórica. Concepções filosóficas de ser humano, conhecimento e educação. Correntes pedagógicas e suas matrizes filosóficas. História da educação no Brasil e na Amazônia. Educação, trabalho e emancipação humana.

3 Bases Científicas e Tecnológicas	
Unidades e Discriminação dos Temas	
UNIDADE I	1.1 Educação como prática social 1.1.1 Filosofia e educação. 1.1.2 Concepções de ser humano, conhecimento e valores. 1.1.3 Pensamento pedagógico clássico e moderno. 1.1.4 Educação, ética e cidadania.
UNIDADE II	2.2 História da educação brasileira: períodos, projetos e disputas 2.2.1 Escola pública e democratização do ensino. 2.2.2 Pensamento pedagógico brasileiro. 2.2.3 Educação na Amazônia e no Amapá. 2.2.4 Educação, trabalho e emancipação.

4 Bibliografia
Básica: ARANHA, M. L. A. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Complementar: SAVIANI, D. Escola e democracia. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2018. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. GADOTTI, M. História das ideias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 2003. BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007. LIBÂNEO, J. C. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Educação Especial: contextos históricos e sociais							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
1º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Fundamentos sociológicos da educação. Educação, sociedade e reprodução social. Escola, desigualdades e diversidade. Estigma, normalidade e deficiência como construções sociais. Educação, território e sociedade amazônica.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Clássicos da sociologia e a educação (Durkheim, Weber, Marx) 1.1.1 Socialização. 1.1.2 Escola e reprodução social (Bourdieu). 1.1.3 Capital cultural e desigualdades escolares.
UNIDADE II	2.2 Estigma e normalidade 2.2.1 Modelo social da deficiência. 2.2.2 Escola, diversidade e exclusão. 2.2.3 Educação, território e sociedade amazônica. 2.2.4 Movimentos sociais e direito à educação.

4 Bibliografia

Básica:
RODRIGUES, A. T. Sociologia da educação. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
BOURDIEU, P. Escritos de educação. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

Complementar:
DURKHEIM, É. Educação e sociologia. Petrópolis: Vozes, 2011.
DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.
NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. Bourdieu & a educação. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
ARROYO, M. G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012.
MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Fundamentos Sociológicos da Educação							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
1º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Fundamentos sociológicos da educação. Educação como processo social, cultural e histórico. Relações entre escola, Estado, trabalho e desigualdades sociais. Contribuições de Durkheim, Marx, Weber e Bourdieu para a compreensão da educação. Currículo, reprodução social e possibilidades de transformação. Diversidade, relações étnico-raciais, deficiência e inclusão. Escola e territórios amazônicos.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Educação e sociedade 1.1.1 A educação como fato social e prática histórica. 1.1.2 Contribuições de Durkheim, Marx e Weber para a sociologia da educação. 1.1.3 Escola, Estado, trabalho e organização social. 1.1.4 Bourdieu: capital cultural, reprodução e desigualdades educacionais. 1.1.5 Socialização, currículo e relações de poder na escola.
UNIDADE II	2.2 Desigualdades e inclusão nos contextos escolares 2.2.1 Classe social, raça, gênero e deficiência nas trajetórias educacionais. 2.2.2 Estigma, preconceito e processos de exclusão. 2.2.3 Diversidade sociocultural e democratização da escola. 2.2.4 Educação e territorialidades amazônicas. 2.2.5 Análise sociológica de situações escolares e estratégias de transformação.

4 Bibliografia

Básica:
RODRIGUES, A. T. Sociologia da educação. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
BOURDIEU, P. Escritos de educação. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
DURKHEIM, É. Educação e sociologia. Petrópolis: Vozes, 2011.

Complementar:
GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.
NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. Bourdieu & a educação. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
ARROYO, M. G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012.
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Fundamentos Psicológicos da Educação							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
1º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Fundamentos psicológicos da educação. Relações entre desenvolvimento, aprendizagem e escolarização. Teorias psicológicas e suas contribuições para o trabalho pedagógico. Processos de atenção, memória, linguagem, pensamento, motivação e afetividade. Mediação e interação social na aprendizagem. Diversidade, deficiência e barreiras educacionais. Análise crítica do fracasso escolar e da medicalização. Implicações para práticas pedagógicas inclusivas.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Contribuições da psicologia para a educação 1.1.1 Psicologia da educação e formação docente. 1.1.2 Abordagens comportamentalistas, construtivistas e histórico-culturais. 1.1.3 Relações entre desenvolvimento e aprendizagem. 1.1.4 Atenção, memória, linguagem e formação de conceitos. 1.1.5 Afetividade, motivação e relações escolares.
UNIDADE II	2.2 Aprendizagem e práticas pedagógicas inclusivas 2.2.1 Mediação, interação social e zona de desenvolvimento proximal. 2.2.2 Diferenças individuais e condições sociais da aprendizagem. 2.2.3 Fracasso escolar, preconceitos e medicalização. 2.2.4 Deficiência, desenvolvimento e possibilidades de aprendizagem. 2.2.5 Planejamento de estratégias pedagógicas que reduzam barreiras.

4 Bibliografia

Básica:
COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. (org.). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 2.
MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem. 2. ed. São Paulo: EPU, 2011.
BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Complementar:
VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. 4. ed. São Paulo: Intermeios, 2015.
MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. Cadernos CEDES, Campinas, n. 28, p. 31-47, 1992.
PIAGET, J. Seis estudos de psicologia. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
REGO, T. C. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Metodologia Científica							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
1º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa

Conhecimento científico e outras formas de conhecimento. Organização da vida acadêmica e estudo autônomo. Normalização de trabalhos acadêmicos conforme o Guia institucional do Ifap e as normas da ABNT. Pesquisa bibliográfica e uso de bases de dados. Ética na produção acadêmica.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Tipos de conhecimento 1.1.1 Ciência e método. 1.1.2 Técnicas de estudo. 1.1.3 Leitura analítica. 1.1.4 Pesquisa bibliográfica em bases de dados e repositórios. 1.1.5 Uso de fontes confiáveis.
UNIDADE II	2.2 Normalização: estrutura de trabalhos acadêmicos, citações e referências segundo o Guia de formatação do Ifap e a ABNT 2.2.1 Plágio e integridade acadêmica. 2.2.2 Apresentação oral de trabalhos acadêmicos.

4 Bibliografia

Básica:
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. Guia de formatação e estrutura de trabalhos acadêmicos. Macapá: IFAP, 2024 (Resolução nº 10/2024/CONSUP).

Complementar:
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.
DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Psicologia do Desenvolvimento Humano							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
1º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa

Desenvolvimento humano como processo histórico-cultural. Teorias do desenvolvimento: Piaget, Vigotski e Wallon. Dimensões cognitiva, afetiva, motora, linguística e social ao longo do ciclo vital. Desenvolvimento, cultura e deficiência: contribuições da defectologia vigotskiana.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Conceitos básicos de desenvolvimento 1.1.1 Fatores biológicos, sociais e culturais. 1.1.2 Teoria de Piaget. 1.1.3 Teoria histórico-cultural de Vigotski. 1.1.4 Teoria de Wallon. 1.1.5 Afetividade e desenvolvimento.
UNIDADE II	2.2 Infância, adolescência, vida adulta e envelhecimento 2.2.1 Desenvolvimento da linguagem. 2.2.2 Desenvolvimento e deficiência. 2.2.3 Compensação social e mediação (defectologia). 2.2.4 Implicações para a escola inclusiva.

4 Bibliografia

Básica:
COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. (org.). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1.
LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Complementar:
PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2010.
BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
VIGOTSKI, L. S. Obras completas: tomo cinco – fundamentos de defectologia. Cascavel: EDUNIOESTE, 2019.
MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem. 2. ed. São Paulo: EPU, 2011.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: História e Política da Educação Especial							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
1º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Concepções de deficiência ao longo da história. Paradigmas da institucionalização, da integração e da inclusão. História da Educação Especial no Brasil. Modelos médico, social e biopsicossocial da deficiência. Público da Educação Especial e princípios da educação inclusiva.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Deficiência na Antiguidade, Idade Média e Modernidade 1.1.1 Institucionalização. 1.1.2 Paradigma da integração. 1.1.3 Movimentos internacionais pela inclusão (Jomtien, Salamanca). 1.1.4 Modelos de compreensão da deficiência.
UNIDADE II	2.2 História da Educação Especial no Brasil: instituições, políticas e movimentos sociais 2.2.1 Público da Educação Especial. 2.2.2 Educação inclusiva como direito. 2.2.3 Educação Especial como modalidade transversal. 2.2.4 Desafios contemporâneos na Amazônia.

4 Bibliografia

Básica:
MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
JANNUZZI, G. M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

Complementar:
BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.
GLAT, R. (org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.
UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.
RODRIGUES, A. T. Sociologia da educação. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Práticas de Inclusão no Território I: Escola, Comunidade e Território							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
1º semestre	2	40	33	–	–	–	33

2 Ementa

Extensão como processo educativo, cultural e científico. Reconhecimento do território do Vale do Jari: escolas, comunidades, serviços e organizações sociais. Mapeamento participativo das demandas de inclusão. Planejamento de ação extensionista de acolhimento e escuta.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Concepções de extensão e curricularização 1.1.1 Resolução CNE/CES nº 7/2018 e regulamentação institucional. 1.1.2 Território, comunidade e escola. 1.1.3 Técnicas de mapeamento participativo e escuta comunitária.
UNIDADE II	2.2 Visitas e rodas de conversa com escolas, famílias e organizações do território 2.2.1 Mapeamento de demandas e de serviços. 2.2.2 Elaboração e execução de ação extensionista de acolhimento. 2.2.3 Relatório e socialização.

4 Bibliografia

Básica:
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018.
FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012.

Complementar:
THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
SANTOS, M. O retorno do território. OSAL: Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, ano 6, n. 16, 2005.
INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. Resolução nº 93/2024/CONSUP. Regulamenta a curricularização da extensão nos cursos superiores. Macapá, 2024.
ARANHA, M. L. A. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Estágio Supervisionado I — A Escola e sua Organização (Observação do Ambiente Escolar)							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
1º semestre	3	60	50	40	10	–	–

2 Ementa

Estágio de observação da escola pública como instituição formadora: organização, gestão, projeto político-pedagógico, espaços e acessibilidade. Identificação dos estudantes público da Educação Especial e dos serviços disponíveis.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Estágio como campo de conhecimento 1.1.1 Ética no estágio. 1.1.2 Instrumentos de observação e registro (diário de campo). 1.1.3 Termo de compromisso e plano de atividades.
UNIDADE II	2.2 Observação da organização escolar, do PPP, dos espaços e da acessibilidade 2.2.1 Entrevista com equipe gestora. 2.2.2 Relatório reflexivo e socialização.

4 Bibliografia

Básica:
PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
ZABALZA, M. A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Cortez, 2014.

Complementar:
BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008.
MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
LIBÂNEO, J. C. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
CANDAU, V. M. (org.). A didática em questão. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Pré-requisito: –

2º SEMESTRE

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Didática							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
2º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Estudo da Didática como campo de conhecimento em suas dimensões históricas, epistemológicas e pedagógicas. Análise das relações entre ensino e aprendizagem e suas múltiplas determinações no contexto da formação docente inicial e continuada. Abordagem das principais teorias educacionais e suas implicações didáticas: tradicional, humanista, comportamentalista, cognitivista e sócio crítica, considerando seus contextos históricos, expoentes e repercussões no processo educativo. Discussão sobre concepções curriculares e modelos de intervenção didática, bem como das perspectivas teóricas que orientam a formação do educador. Organização do processo didático-pedagógico: elementos constitutivos da relação ensino-aprendizagem, planejamento, estratégias e mediações na prática docente.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Fundamentos da Didática e Dimensões Históricas 1.1.1 A Didática como campo de conhecimento: estatuto epistemológico, categorias básicas e ressignificações. 1.1.2 Dimensões históricas da Didática: evolução, rupturas e permanências. 1.1.3 A Didática na formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica. 1.1.4 Saberes da docência: concepções, construção e socialização. 1.1.5 Teorias educacionais e suas implicações Didáticas. 1.1.6 Abordagens educacionais e didáticas:Tradicional e Progressista. 1.1.7 Concepções curriculares e modelos de intervenção didática: pressupostos teóricos e práticos. 1.1.8 Perspectivas teóricas que orientam a formação do educador.
UNIDADE II	2.2 Organização do Processo Didático-Pedagógico 2.2.1 A relação ensino-aprendizagem: elementos constitutivos. 2.2.2 Organização e planejamento do trabalho pedagógico. 2.2.3 O processo didático-pedagógico e suas implicações na prática docente. 2.2.4 Mediações didáticas e estratégias de ensino-aprendizagem. 2.2.5 A articulação entre teoria e prática na ação docente.

4 Bibliografia

Básica:
LIBÂNEO, J. C. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
CANDAU, V. M. (org.). A didática em questão. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Complementar:
VEIGA, I. P. A. (org.). Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações. Campinas: Papirus, 2006.

BACICH, L.; MORAN, J. (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora. Porto Alegre: Penso, 2018.
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 24. ed. São Paulo: Libertad, 2014.
ARANHA, M. L. A. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Legislação e Políticas em Educação							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
2º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Estado, sociedade e políticas públicas de educação. Legislação educacional: Constituição Federal, LDB, PNE e BNCC. Estrutura, níveis, etapas e modalidades da educação brasileira. Financiamento da educação. Sistemas de ensino e regime de colaboração. Políticas de formação docente e o Parfor.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Estado e políticas públicas 1.1.1 Direito à educação na Constituição Federal. 1.1.2 LDB: princípios, níveis, etapas e modalidades. 1.1.3 Sistemas de ensino e regime de colaboração. 1.1.4 Financiamento (Fundeb).
UNIDADE II	2.2 Plano Nacional de Educação 2.2.1 BNCC e currículo. 2.2.2 Avaliação em larga escala. 2.2.3 Políticas de formação de professores e o Parfor. 2.2.4 Novo PAR. 2.2.5 Organização da educação básica no Amapá.

4 Bibliografia

Básica:
LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
SAVIANI, D. Da nova LDB ao Fundeb: por uma outra política educacional. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

Complementar:
DOURADO, L. F. (org.). Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
CURY, C. R. J. A educação básica no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, 2002.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (org.). Organização do ensino no Brasil. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.
PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Alfabetização e Letramento em Educação Especial							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
2º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Concepções de alfabetização e letramento. Psicogênese da língua escrita. Consciência fonológica e sistema de escrita alfabética. Métodos de alfabetização em debate. Práticas de leitura e escrita na escola. Alfabetização de estudantes público da Educação Especial.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Alfabetização e letramento: conceitos e relações 1.1.1 Psicogênese da língua escrita. 1.1.2 Sistema de escrita alfabética. 1.1.3 Consciência fonológica. 1.1.4 Métodos de alfabetização.
UNIDADE II	2.2 Práticas de leitura e escrita na sala de aula 2.2.1 Avaliação diagnóstica da escrita. 2.2.2 Alfabetização de estudantes com deficiência, TEA e surdez. 2.2.3 Recursos e adaptações para a alfabetização. 2.2.4 Literatura infantil acessível.

4 Bibliografia

Básica:
SOARES, M. Alfabetização e letramento. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
SOARES, M. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.
FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Complementar:
MORAIS, A. G. Sistema de escrita alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
KLEIMAN, A. B. (org.). Os significados do letramento. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
GLAT, R.; PLETSCH, M. D. (org.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (org.). Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 2. ed. Barueri: Manole, 2008.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Direitos Humanos e Inclusão							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
2º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Fundamentos históricos e filosóficos dos direitos humanos. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Direitos das pessoas com deficiência. Gênero, sexualidade, geração e diversidade. Enfrentamento do capacitismo e de outras formas de discriminação na escola.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 História dos direitos humanos 1.1.1 Declaração Universal. 1.1.2 Gerações de direitos. 1.1.3 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012). 1.1.4 Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.
UNIDADE II	2.2 Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2.2.1 Capacitismo. 2.2.2 Gênero, sexualidade, geração e diversidade. 2.2.3 Direitos da criança e do adolescente. 2.2.4 Práticas escolares em direitos humanos.

4 Bibliografia

Básica:
CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (org.). Educar em direitos humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2007.
BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Complementar:
BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, 2009.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.
BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.
DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 64-77, 2009.
MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Língua Brasileira de Sinais — Libras I							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
2º semestre	6	120	100	40	60	–	–

2 Ementa

Aspectos históricos, culturais e legais da Libras e da comunidade surda. Noções básicas de fonologia, morfologia e sintaxe da Libras. Parâmetros da Libras. Vocabulário básico em contextos cotidianos e escolares. Prática de conversação em nível inicial.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 História da educação de surdos e da Libras 1.1.1 Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005. 1.1.2 Cultura e identidade surda. 1.1.3 Alfabeto manual, números e datilologia. 1.1.4 Parâmetros da Libras.
UNIDADE II	2.2 Vocabulário: saudações, família, escola, tempo, cores, lugares e profissões 2.2.1 Pronomes e verbos. 2.2.2 Estrutura frasal básica. 2.2.3 Expressões não manuais. 2.2.4 Diálogos em contextos cotidianos e escolares.

4 Bibliografia

Básica:
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
FELIPE, T. A. Libras em contexto: curso básico – livro do estudante. 8. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

Complementar:
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2015.
STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Brasília, 2005.
SKLIAR, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.
QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Deficiência Intelectual: Fundamentos e Práticas Pedagógicas							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
2º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Concepções e definições de deficiência intelectual. Abordagem histórico-cultural e sistemas de apoio. Processos de aprendizagem, mediação e desenvolvimento conceitual. Práticas pedagógicas, currículo e avaliação para estudantes com deficiência intelectual na sala comum e no AEE.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Histórico das concepções de deficiência intelectual 1.1.1 Critérios diagnósticos e crítica à medicalização. 1.1.2 Sistemas de apoio. 1.1.3 Contribuições de Vigotski. 1.1.4 Funções psicológicas superiores e mediação.
UNIDADE II	2.2 Estratégias pedagógicas e atividades de vida autônoma 2.2.1 Letramento e matemática para estudantes com deficiência intelectual. 2.2.2 AEE para deficiência intelectual. 2.2.3 Avaliação pedagógica. 2.2.4 Transição para a vida adulta e o trabalho.

4 Bibliografia

Básica:
GOMES, A. L. L. et al. Atendimento educacional especializado: deficiência mental. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.
PLETSCH, M. D. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. 2. ed. Rio de Janeiro: NAU; EDUR, 2014.
MANTOAN, M. T. E. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1989.

Complementar:
OLIVEIRA, A. A. S.; VALENTIM, F. O. D.; SILVA, L. H. Avaliação pedagógica: foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
GOMES, A. L. L.; POULIN, J.-R.; FIGUEIREDO, R. V. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: UFC, 2010.
VIGOTSKI, L. S. Obras completas: tomo cinco – fundamentos de defectologia. Cascavel: EDUNIOESTE, 2019.
GLAT, R.; PLETSCH, M. D. (org.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
MANTOAN, M. T. E. (org.). O desafio das diferenças nas escolas. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Tecnologia Aplicada à Educação Especial I: Informação e Comunicação							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
2º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Cultura digital e educação. Tecnologias digitais da informação e comunicação no ensino. Ambientes virtuais, recursos educacionais abertos e produção de materiais digitais. Acessibilidade digital: leitores de tela, legendas, audiodescrição e padrões de acessibilidade na web. Ética, segurança e inteligência artificial na educação.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Cultura digital 1.1.1 Letramento digital. 1.1.2 Tecnologias no currículo. 1.1.3 Ambientes virtuais de aprendizagem. 1.1.4 Recursos educacionais abertos. 1.1.5 Curadoria de conteúdos digitais.
UNIDADE II	2.2 Acessibilidade digital: diretrizes WCAG, leitores de tela, legendas e audiodescrição 2.2.1 Produção de materiais digitais acessíveis. 2.2.2 Ética, proteção de dados e inteligência artificial na educação. 2.2.3 Inclusão digital na Amazônia.

4 Bibliografia

Básica:
KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.
MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.
BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. M. (org.). Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

Complementar:
LÉVY, P. Cibercultura. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. (org.). Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
W3C. Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.1. W3C, 2018.
BRASIL. Ministério da Economia. Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG). Versão 3.1. Brasília, 2014.
BERSCH, R. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Assistiva, 2017.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Práticas de Inclusão no Território II: Direitos e Diversidade na Comunidade							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
2º semestre	2	40	33	–	–	–	33

2 Ementa

Ações extensionistas de educação em direitos humanos e de enfrentamento do capacitismo. Divulgação de direitos das pessoas com deficiência junto às comunidades escolares. Produção de materiais informativos acessíveis.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Barreiras atitudinais e capacitismo 1.1.1 Linguagem simples e comunicação acessível. 1.1.2 Planejamento de campanhas e oficinas comunitárias sobre direitos.
UNIDADE II	2.2 Produção de materiais acessíveis (cartilhas em linguagem simples, vídeos com Libras e legendas) 2.2.1 Realização de oficinas nas escolas e comunidades. 2.2.2 Avaliação da ação com os participantes. 2.2.3 Relatório.

4 Bibliografia

Básica:
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018.
FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012.

Complementar:
SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, 2015.
CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (org.). Educar em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (org.). Educar em direitos humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2007.

Pré-requisito: –

3º SEMESTRE

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Currículo: Teorias e Práticas							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
3º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Concepções e teorias de currículo: tradicionais, críticas e pós-críticas. Currículo, cultura, poder e identidade. BNCC e currículos estaduais e municipais. Projeto político-pedagógico. Currículo, diversidade e inclusão: acessibilidade curricular.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Conceitos de currículo 1.1.1 Teorias tradicionais, críticas e pós-críticas. 1.1.2 Currículo oculto. 1.1.3 Currículo, cultura e identidade. 1.1.4 Currículo e conhecimento escolar.
UNIDADE II	2.2 Políticas curriculares: BNCC e Referencial Curricular Amapaense 2.2.1 Projeto político-pedagógico. 2.2.2 Currículo e diversidade. 2.2.3 Acessibilidade curricular. 2.2.4 Currículo contextualizado aos territórios amazônicos.

4 Bibliografia

Básica:
SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (org.). Currículo, cultura e sociedade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Complementar:
APPLE, M. W. Ideologia e currículo. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
VEIGA, I. P. A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 29. ed. Campinas: Papirus, 2013.
ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
MANTOAN, M. T. E. (org.). O desafio das diferenças nas escolas. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Educação Ambiental e Sustentabilidade na Amazônia							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
3º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Fundamentos e correntes da educação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Sociobiodiversidade amazônica e sustentabilidade. Educação ambiental crítica na escola. Acessibilidade em espaços e práticas de educação ambiental.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas	
UNIDADE I	1.1 Histórico e correntes da educação ambiental 1.1.1 Lei nº 9.795/1999. 1.1.2 Resolução CNE/CP nº 2/2012. 1.1.3 Crise socioambiental e sustentabilidade. 1.1.4 Justiça ambiental.
UNIDADE II	2.2 Sociobiodiversidade da Amazônia e do Vale do Jari 2.2.1 Saberes tradicionais e educação ambiental. 2.2.2 Projetos escolares de educação ambiental. 2.2.3 Acessibilidade em trilhas, espaços não formais e materiais de educação ambiental.

4 Bibliografia

Básica:
LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (org.). Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Complementar:
REIGOTA, M. O que é educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Brasília, 2012.
LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). Por uma educação do campo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Legislação e Políticas de Educação Especial Inclusiva							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
3º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa

Marcos internacionais e nacionais da Educação Especial e da educação inclusiva. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Decreto nº 12.686/2025). Lei Brasileira de Inclusão. Financiamento do AEE. Políticas de Educação Especial no Amapá.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Declaração Universal, Jomtien, Salamanca e Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 1.1.1 Constituição Federal e LDB (Capítulo V). 1.1.2 Resolução CNE/CEB nº 4/2009. 1.1.3 Decreto nº 7.611/2011. 1.1.4 Política Nacional de 2008.
UNIDADE II	2.2 Lei nº 13.146/2015 (LBI) 2.2.1 Lei nº 12.764/2012. 2.2.2 Lei nº 14.191/2021. 2.2.3 Decreto nº 12.686/2025 e Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. 2.2.4 Financiamento e dupla matrícula. 2.2.5 Normativas estaduais e municipais do Amapá.

4 Bibliografia

Básica:
BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.
KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. Educar em Revista, Curitiba, n. 41, p. 61-79, 2011.

Complementar:
BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, 2025.
BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. Brasília, 2011.
GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 17, n. esp. 1, p. 105-124, 2011.
MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (org.). Educar em direitos humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Educação para as Relações Étnico-Raciais e Interculturalidade na Amazônia							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
3º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Raça, racismo e relações étnico-raciais no Brasil. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais do Amapá. Interculturalidade e interseccionalidade entre raça, etnia e deficiência.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Conceitos de raça, etnia, racismo e racismo estrutural 1.1.1 Movimento negro e educação. 1.1.2 Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. 1.1.3 Resolução CNE/CP nº 1/2004. 1.1.4 História e cultura afro-brasileira e africana.
UNIDADE II	2.2 Povos indígenas do Amapá (Palikur, Galibi-Kali'na, Karipuna, Galibi-Marworno, Wajãpi, Tiriyó, Kaxuyana, Aparai e Wayana) 2.2.1 Comunidades quilombolas amapaenses. 2.2.2 Educação intercultural. 2.2.3 Interseccionalidade entre raça, etnia e deficiência. 2.2.4 Práticas pedagógicas antirracistas.

4 Bibliografia

Básica:
MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
GOMES, N. L. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
BANIWA, G. S. L. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

Complementar:
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Brasília, 2004.
CANDAU, V. M. (org.). Didática crítica intercultural: aproximações. Petrópolis: Vozes, 2012.
ALMEIDA, S. L. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.
GALLOIS, D. T. (org.). Redes de relações nas Guianas. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2005.
ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). Por uma educação do campo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Língua Brasileira de Sinais — Libras II							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
3º semestre	6	120	100	40	60	–	–

2 Ementa

Ampliação vocabular e gramatical da Libras. Classificadores, verbos direcionais e uso do espaço. Narrativas e descrições em Libras. Libras no contexto escolar: vocabulário de componentes curriculares. Noções de tradução e interpretação e papel do tradutor-intérprete.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Classificadores 1.1.1 Verbos com e sem concordância. 1.1.2 Uso do espaço de sinalização. 1.1.3 Marcação de tempo e aspecto. 1.1.4 Expressões faciais gramaticais. 1.1.5 Ampliação vocabular.
UNIDADE II	2.2 Narrativas, descrições e diálogos em Libras 2.2.1 Vocabulário escolar e de componentes curriculares. 2.2.2 Noções de tradução e interpretação. 2.2.3 Papel do tradutor e intérprete educacional. 2.2.4 Produção de materiais bilíngues simples.

4 Bibliografia

Básica:
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
LACERDA, C. B. F. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009.
FELIPE, T. A. Libras em contexto: curso básico – livro do estudante. 8. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

Complementar:
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. Novo Deit-Libras. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2015.
QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC/SEESP, 2004.
GESSER, A. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola, 2012.
BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Libras. Brasília, 2010.
QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Pré-requisito: Língua Brasileira de Sinais — Libras I

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
3º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Conceito e dimensões da acessibilidade: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Barreiras à aprendizagem e à participação. Desenho universal e Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA): princípios e diretrizes. Planejamento acessível e recursos pedagógicos acessíveis.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Acessibilidade na legislação (Leis nº 10.098/2000 e nº 13.146/2015 1.1.1 NBR 9050). 1.1.2 Dimensões da acessibilidade. 1.1.3 Barreiras e adaptações razoáveis. 1.1.4 Desenho universal. 1.1.5 Avaliação da acessibilidade da escola.
UNIDADE II	2.2 DUA: princípios de múltiplos meios de engajamento, representação e ação/expressão 2.2.1 Diretrizes e pontos de verificação. 2.2.2 Planejamento de aulas com DUA. 2.2.3 Produção de recursos pedagógicos acessíveis. 2.2.4 Estudos de caso.

4 Bibliografia

Básica:
ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 22, n. 2, p. 147-155, 2018.
SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
CAST. Universal Design for Learning Guidelines version 2.2. Wakefield: CAST, 2018.

Complementar:
SEBASTIÁN-HEREDERO, E. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 26, n. 4, p. 733-768, 2020.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2000.
NUNES, C.; MADUREIRA, I. Desenho universal para a aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas. Da Investigação às Práticas, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 126-143, 2015.
MANTOAN, M. T. E. (org.). O desafio das diferenças nas escolas. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Deficiência Visual I: Fundamentos e Sistema Braille							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
3º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Cegueira e baixa visão: conceitos, causas e avaliação funcional da visão. Desenvolvimento e aprendizagem da pessoa com deficiência visual. Sistema Braille: histórico, Grafia Braille para a Língua Portuguesa, leitura e escrita em reglete e máquina Perkins. Orientação e mobilidade: noções básicas.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Anatomia e fisiologia do olho 1.1.1 Cegueira e baixa visão. 1.1.2 Avaliação funcional da visão. 1.1.3 Desenvolvimento da criança com deficiência visual. 1.1.4 Tato, audição e formação de conceitos.
UNIDADE II	2.2 Sistema Braille: celas, sinais e alfabeto 2.2.1 Grafia Braille para a Língua Portuguesa. 2.2.2 Escrita em reglete e punção e em máquina Perkins. 2.2.3 Leitura tátil. 2.2.4 Noções de orientação e mobilidade e de atividades de vida autônoma.

4 Bibliografia

Básica:
SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. Atendimento educacional especializado: deficiência visual. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.
BRASIL. Ministério da Educação. Grafia Braille para a Língua Portuguesa. 3. ed. Brasília: MEC/SEMESP, 2018.
DOMINGUES, C. A. et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual – baixa visão e cegueira. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: UFC, 2010.

Complementar:
AMIRALIAN, M. L. T. M. Compreendendo o cego: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
NUNES, S.; LOMÔNACO, J. F. B. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. Psicologia Escolar e Educacional, Campinas, v. 14, n. 1, p. 55-64, 2010.
BRASIL. Ministério da Educação. Normas técnicas para a produção de textos em Braille. 2. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
CAMARGO, E. P. Saberes docentes para a inclusão do aluno com deficiência visual em aulas de física. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
BRASIL. Ministério da Educação. Soroban: manual de técnicas operatórias para pessoas com deficiência visual. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Práticas de Inclusão no Território III: Libras e Acessibilidade Comunicacional							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
3º semestre	2	40	33	–	–	–	33

2 Ementa

Ações extensionistas de difusão da Libras e da acessibilidade comunicacional. Minicursos de Libras básica para a comunidade escolar. Diagnóstico e proposição de melhorias de acessibilidade em espaços escolares e comunitários.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Planejamento de minicursos e oficinas de Libras em parceria com a comunidade surda local 1.1.1 Diagnóstico participativo de acessibilidade em escolas parceiras.
UNIDADE II	2.2 Execução de minicursos e oficinas 2.2.1 Elaboração de sinalização e materiais acessíveis. 2.2.2 Devolutiva às escolas com propostas de melhoria. 2.2.3 Relatório e socialização.

4 Bibliografia

Básica:
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018.
FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012.

Complementar:
GESSER, A. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

Pré-requisito: –

4º SEMESTRE

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Avaliação em Educação Especial							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
4º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Fundamentos da avaliação educacional na Educação Especial. Avaliação pedagógica contextualizada, diagnóstica e formativa. Identificação de potencialidades, necessidades educacionais e barreiras à aprendizagem e à participação. Distinção entre avaliação pedagógica e diagnóstico clínico. Instrumentos acessíveis, observação, portfólios e estudos de caso. Participação do estudante, da família e dos profissionais. Uso dos resultados para o planejamento de apoios, intervenções e acompanhamento das aprendizagens.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Fundamentos da avaliação pedagógica na Educação Especial 1.1.1 Finalidades diagnóstica, formativa e somativa da avaliação. 1.1.2 Avaliação pedagógica e diagnóstico clínico: atribuições e limites. 1.1.3 Potencialidades, necessidades educacionais e barreiras. 1.1.4 Contextos sociais, culturais e linguísticos na interpretação dos resultados. 1.1.5 Ética, acessibilidade e enfrentamento de vieses discriminatórios.
UNIDADE II	2.2 Instrumentos e acompanhamento das aprendizagens 2.2.1 Observação, entrevistas, portfólios e registros pedagógicos. 2.2.2 Estudo de caso e avaliação das condições de participação. 2.2.3 Adequação de instrumentos e formas de expressão das aprendizagens. 2.2.4 Devolutivas e participação do estudante e da família. 2.2.5 Planejamento de apoios e monitoramento das intervenções.

4 Bibliografia

Básica:
OLIVEIRA, A. A. S.; VALENTIM, F. O. D.; SILVA, L. H. Avaliação pedagógica: foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
HOFFMANN, J. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 33. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

Complementar:
VILLAS BOAS, B. M. F. Virando a escola do avesso por meio da avaliação. Campinas: Papirus, 2008.
PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.
FERNANDES, C. O.; FREITAS, L. C. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Brasília: MEC/SEB, 2007.
TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 23, e230076, 2018.
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

Pré-requisito: –

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Planejamento Educacional Individualizado e Avaliação no AEE

Período	C.H. semanal (aulas)	C.H. hora-aula (50 min)	C.H. hora-relógio (60 min)	C.H. Teórica (60 min)	C.H. Prática (60 min)	C.H. EaD (60 min)	C.H. Práticas de Extensão (60 min)
4º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Avaliação pedagógica do estudante público da Educação Especial: dimensões e instrumentos. Estudo de caso. Plano Educacional Individualizado (PEI): fundamentos, elaboração, execução, acompanhamento e revisão colaborativa. Relação entre PEI, plano de AEE e currículo comum. Registros e documentação pedagógica.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Avaliação pedagógica em Educação Especial: finalidades, dimensões e instrumentos 1.1.1 Avaliação no contexto e crítica à avaliação classificatória. 1.1.2 Estudo de caso. 1.1.3 Linha de base e potencialidades.
UNIDADE II	2.2 PEI: fundamentos, estrutura e metas 2.2.1 Elaboração colaborativa com professores, família e estudante. 2.2.2 Acompanhamento e revisão. 2.2.3 Documentação pedagógica. 2.2.4 Experiências nacionais e internacionais. 2.2.5 Elaboração de PEI a partir de caso real do estágio.

4 Bibliografia

Básica:
TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 23, e230076, 2018.
GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. Plano educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. Ciências Humanas e Sociais em Revista, Seropédica, v. 34, n. 12, p. 79-100, 2012.
OLIVEIRA, A. A. S.; VALENTIM, F. O. D.; SILVA, L. H. Avaliação pedagógica: foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

Complementar:
PLETSCH, M. D.; GLAT, R. Plano educacional individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar. In: GLAT, R.; PLETSCH, M. D. (org.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
ROPOLI, E. A. et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: UFC, 2010.
HOFFMANN, J. Avaliação mediadora. 33. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Brasília, 2009.
LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Avaliação da Aprendizagem							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
4º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Concepções e funções da avaliação da aprendizagem. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Instrumentos e critérios de avaliação. Avaliação e inclusão: adaptações razoáveis, flexibilização e acessibilidade nos processos avaliativos. Sistemática de avaliação da aprendizagem do Ifap.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Concepções e história da avaliação 1.1.1 Funções diagnóstica, formativa e somativa. 1.1.2 Avaliação mediadora. 1.1.3 Critérios e instrumentos. 1.1.4 Autoavaliação e feedback.
UNIDADE II	2.2 Avaliação na perspectiva inclusiva 2.2.1 Adaptações razoáveis e acessibilidade em provas e atividades. 2.2.2 Registros descritivos e portfólios. 2.2.3 Avaliação em larga escala e inclusão. 2.2.4 Normativas institucionais de avaliação.

4 Bibliografia

Básica:
LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
HOFFMANN, J. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 33. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.
VILLAS BOAS, B. M. F. Virando a escola do avesso por meio da avaliação. Campinas: Papirus, 2008.

Complementar:
PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.
FERNANDES, C. O.; FREITAS, L. C. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Brasília: MEC/SEB, 2007.
OLIVEIRA, A. A. S.; VALENTIM, F. O. D.; SILVA, L. H. Avaliação pedagógica: foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. Resolução nº 102/2025/CONSUP. Sistemática de Avaliação da Aprendizagem no âmbito do Ifap. Macapá, 2025.
TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 23, e230076, 2018.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Deficiência Visual II: Braille Aplicado, Soroban e Recursos Ópticos							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
4º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Braille aplicado: abreviaturas, grafia matemática e transcrição de materiais didáticos. Soroban: operações matemáticas. Baixa visão: recursos ópticos e não ópticos, ampliação e contraste. Produção de materiais táteis e audiodescrição. Orientação e mobilidade no contexto escolar.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Braille aplicado: simbologia matemática (Código Matemático Unificado), sinais especiais e transcrição de textos escolares 1.1.1 Revisão de materiais em Braille. 1.1.2 Soroban: numeração e operações fundamentais.
UNIDADE II	2.2 Baixa visão: recursos ópticos e não ópticos, ampliação, contraste e iluminação 2.2.1 Produção de materiais táteis, mapas e gráficos em relevo. 2.2.2 Audiodescrição didática. 2.2.3 Orientação e mobilidade e atividades de vida autônoma na escola.

4 Bibliografia

Básica:
BRASIL. Ministério da Educação. Soroban: manual de técnicas operatórias para pessoas com deficiência visual. Brasília: MEC/SEESP, 2009.
BRASIL. Ministério da Educação. Código Matemático Unificado para a Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. Atendimento educacional especializado: deficiência visual. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

Complementar:
DOMINGUES, C. A. et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual – baixa visão e cegueira. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: UFC, 2010.
CAMARGO, E. P. Saberes docentes para a inclusão do aluno com deficiência visual em aulas de física. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
MOTTA, L. M. V. M. Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para a leitura de mundo. Campinas: Pontes, 2016.
BRASIL. Ministério da Educação. Grafia Braille para a Língua Portuguesa. 3. ed. Brasília: MEC/SEMESP, 2018.
AMIRALIAN, M. L. T. M. Compreendendo o cego: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

Pré-requisito: Deficiência Visual I: Fundamentos e Sistema Braille

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Atendimento Educacional Especializado: Fundamentos e Organização							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
4º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Fundamentos, objetivos e público do AEE. Caráter complementar e suplementar do atendimento. Sala de recursos multifuncionais e outros espaços de atendimento. Estudo de caso e plano de AEE. Articulação entre o AEE, a sala de aula comum, a família e a rede de apoio. Atribuições do professor de AEE.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Fundamentos legais do AEE (Resolução CNE/CEB nº 4/2009 1.1.1 Decreto nº 7.611/2011). 1.1.2 Público e objetivos. 1.1.3 Sala de recursos multifuncionais. 1.1.4 AEE em diferentes espaços, inclusive no campo e em contextos ribeirinhos. 1.1.5 Atribuições do professor.
UNIDADE II	2.2 Estudo de caso 2.2.1 Plano de AEE. 2.2.2 Organização do atendimento (individual e em pequenos grupos, frequência e registro). 2.2.3 Articulação com o professor da sala comum e com a família. 2.2.4 Recursos e serviços de acessibilidade. 2.2.5 Avaliação do atendimento.

4 Bibliografia

Básica:
ROPOLI, E. A. et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: UFC, 2010.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica. Brasília, 2009.
PLETSCH, M. D. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. 2. ed. Rio de Janeiro: NAU; EDUR, 2014.

Complementar:
MANTOAN, M. T. E. (org.). O desafio das diferenças nas escolas. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 17, n. esp. 1, p. 59-76, 2011.
GLAT, R.; PLETSCH, M. D. Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Brasília, 2011.
TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 23, e230076, 2018.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: FTM do Ensino de Artes							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
4º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de Artes na educação básica. Artes visuais, música, dança e teatro como linguagens de expressão e conhecimento. Apreciação, contextualização e produção artística. Diversidade cultural e manifestações artísticas amazônicas, indígenas e afro-brasileiras. Desenvolvimento da experiência estética e da criação. Acessibilidade e recursos multissensoriais no ensino de Artes para estudantes público da Educação Especial. Planejamento e avaliação de propostas artísticas inclusivas.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Arte, cultura e aprendizagem 1.1.1 Artes visuais, música, dança e teatro na educação básica. 1.1.2 Apreciação, contextualização e produção artística. 1.1.3 Experiência estética, expressão e processos de criação. 1.1.4 Manifestações artísticas amazônicas, indígenas e afro-brasileiras. 1.1.5 Diversidade e direito à participação cultural.
UNIDADE II	2.2 Metodologias e acessibilidade no ensino de Artes 2.2.1 Planejamento de sequências didáticas em diferentes linguagens. 2.2.2 Recursos táteis, sonoros, visuais e multissensoriais. 2.2.3 Audiodescrição, Libras e comunicação alternativa nas atividades artísticas. 2.2.4 Adequação de espaços, materiais e formas de participação. 2.2.5 Avaliação processual da criação e da aprendizagem artística.

4 Bibliografia

Básica:
BARBOSA, A. M. A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos. São Paulo: Perspectiva, 1991.
BARBOSA, A. M. (org.). Inquietações e mudanças no ensino da arte. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
GLAT, R.; PLETSCH, M. D. (org.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

Complementar:
ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.
ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 22, n. 2, p. 147-155, 2018.
KISHIMOTO, T. M. (org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2011.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.
BARBOSA, A. M. Arte-Educação no Brasil: realidade hoje e expectativas futuras. Estudos Avançados, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 170–182, 1989.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: FTM do Ensino de Língua Portuguesa							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
4º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de Língua Portuguesa. Linguagem como prática social. Oralidade, leitura, produção textual e análise linguística em diferentes gêneros. Letramentos e diversidade linguística. Planejamento de práticas de linguagem na educação básica. Acessibilidade comunicacional e textual para estudantes público da Educação Especial. Recursos em Braille, Libras, formatos digitais acessíveis e comunicação alternativa. Avaliação formativa e acompanhamento das aprendizagens.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Linguagem e práticas de letramento 1.1.1 Concepções de linguagem e ensino de Língua Portuguesa. 1.1.2 Oralidade, leitura, escrita e análise linguística. 1.1.3 Gêneros textuais e práticas sociais de linguagem. 1.1.4 Diversidade linguística e respeito às variedades do português. 1.1.5 Literatura e formação de leitores.
UNIDADE II	2.2 Ensino acessível de Língua Portuguesa 2.2.1 Planejamento de sequências didáticas e projetos de linguagem. 2.2.2 Mediação da leitura e produção textual. 2.2.3 Braille, Libras, comunicação alternativa e materiais acessíveis. 2.2.4 Adequação das formas de participação e expressão. 2.2.5 Avaliação formativa da leitura, da escrita e da oralidade.

4 Bibliografia

Básica:
KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.
SOARES, M. Alfabetização e letramento. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

Complementar:
KLEIMAN, A. B. (org.). Os significados do letramento. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.
GLAT, R.; PLETSCH, M. D. (org.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. (org.). Uma escola, duas línguas. Porto Alegre: Mediação, 2009.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Práticas de Extensão IV — Práticas Inclusivas							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
4º semestre	2	40	33	–	–	–	33

2 Ementa

Ações extensionistas de formação com profissionais das escolas públicas sobre práticas inclusivas, AEE e deficiência intelectual. Planejamento colaborativo de oficinas pedagógicas com professores das redes.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Levantamento de demandas formativas com as equipes escolares e com as secretarias de educação 1.1.1 Planejamento de oficinas pedagógicas.
UNIDADE II	2.2 Execução de oficinas e rodas de conversa com professores e profissionais de apoio 2.2.1 Produção coletiva de recursos pedagógicos. 2.2.2 Avaliação e relatório.

4 Bibliografia

Básica:
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018.
FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012.

Complementar:
IMBERNÓN, F. Formação continuada de professores. Porto Alegre: Artmed, 2010.
ROPOLI, E. A. et al. A escola comum inclusiva. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: UFC, 2010.
NÓVOA, A. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.
MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. O que é ensino colaborativo? São Paulo: Edicon, 2019.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Estágio Supervisionado II — Atendimento Educacional Especializado							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
4º semestre	3	60	50	–	50	–	–

2 Ementa

Estágio supervisionado no Atendimento Educacional Especializado. Observação e análise da organização do serviço, das condições de acessibilidade e da articulação com a sala comum. Estudos de caso e planejamento de apoios. Coparticipação em atividades do AEE, produção de recursos e acompanhamento das aprendizagens. Registro, reflexão ética e sistematização das experiências.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Organização e observação do Atendimento Educacional Especializado 1.1.1 Finalidades do AEE e atribuições dos profissionais. 1.1.2 Organização dos serviços e condições de acessibilidade. 1.1.3 Observação e registro das práticas pedagógicas. 1.1.4 Estudos de caso e identificação de barreiras. 1.1.5 Articulação entre AEE, sala comum e família.
UNIDADE II	2.2 Coparticipação e análise das práticas 2.2.1 Planejamento de atividades e recursos de acessibilidade. 2.2.2 Coparticipação supervisionada no AEE. 2.2.3 Acompanhamento das aprendizagens e devolutivas. 2.2.4 Registro reflexivo das experiências. 2.2.5 Relatório de estágio e socialização.

4 Bibliografia

Básica:
PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
ZABALZA, M. A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Cortez, 2014.

Complementar:
BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008.
MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
LIBÂNEO, J. C. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
CANDAU, V. M. (org.). A didática em questão. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Pré-requisito: –

5º SEMESTRE

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Tecnologia Aplicada à Educação Especial II: Tecnologias Assistivas							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
5º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Conceito, histórico e categorias de tecnologia assistiva. Recursos e serviços. Avaliação de necessidades e seleção de recursos. Tecnologias de baixo custo e produção de recursos pedagógicos. Tecnologias digitais assistivas: leitores de tela, ampliadores, softwares de comunicação e acionadores. Tecnologia assistiva no contexto escolar amazônico.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Conceito e categorias de tecnologia assistiva (CAT/SEDH) 1.1.1 Legislação. 1.1.2 Processo de avaliação e prescrição. 1.1.3 Recursos para atividades de vida diária, adequação postural, mobilidade e acesso ao computador.
UNIDADE II	2.2 Tecnologias digitais assistivas: leitores de tela, ampliadores, teclados e mouses adaptados, acionadores e softwares 2.2.1 Produção de recursos de baixo custo com materiais regionais. 2.2.2 Oficina de produção. 2.2.3 Avaliação da efetividade dos recursos.

4 Bibliografia

Básica:
BERSCH, R. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Assistiva, 2017.
BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia assistiva. Brasília: CORDE, 2009.
GALVÃO FILHO, T. A. Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva: apropriação, demandas e perspectivas. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

Complementar:
SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: UFC, 2010.
MANZINI, E. J. (org.). Portal de ajudas técnicas para educação: recursos pedagógicos adaptados. Brasília: MEC/SEESP, 2002.
SCHIRMER, C. R. et al. Atendimento educacional especializado: deficiência física. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, 2015.
ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 22, n. 2, p. 147-155, 2018.

Pré-requisito: Tecnologia Aplicada à Educação Especial I: Informação e Comunicação

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Transtorno do Espectro Autista: Fundamentos e Práticas Pedagógicas

Período	C.H. semanal (aulas)	C.H. hora-aula (50 min)	C.H. hora-relógio (60 min)	C.H. Teórica (60 min)	C.H. Prática (60 min)	C.H. EaD (60 min)	C.H. Práticas de Extensão (60 min)
5º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Histórico e concepções do autismo. Critérios diagnósticos e crítica. Neurodiversidade. Comunicação, interação social, interesses restritos e processamento sensorial. Lei nº 12.764/2012. Práticas pedagógicas, estruturação do ambiente, apoios visuais e mediação escolar. AEE e trabalho com famílias.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Histórico do autismo (Kanner, Asperger) 1.1.1 DSM-5-TR e níveis de suporte. 1.1.2 Neurodiversidade e perspectivas de pessoas autistas. 1.1.3 Comunicação, interação, comportamento e sensorialidade. 1.1.4 Lei nº 12.764/2012.
UNIDADE II	2.2 Práticas pedagógicas: estruturação do ambiente, rotinas e apoios visuais, ensino explícito e interesses como mediadores 2.2.1 Comunicação alternativa. 2.2.2 Profissional de apoio escolar. 2.2.3 AEE. 2.2.4 Família, escola e rede de cuidado. 2.2.5 Estudos de caso.

4 Bibliografia

Básica:
ORRÚ, S. E. Aprendizes com autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. Petrópolis: Vozes, 2016.
CUNHA, E. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, P. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: UFC, 2010.

Complementar:
SCHMIDT, C. (org.). Autismo, educação e transdisciplinaridade. Campinas: Papirus, 2013.
AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5-TR: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.
BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. Brasília, 2012.
GRANDIN, T.; PANEK, R. O cérebro autista: pensando através do espectro. Rio de Janeiro: Record, 2015.
TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 23, e230076, 2018.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: FTM do Ensino de História e Geografia							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
5º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de História e Geografia. Tempo histórico, memória, identidade, espaço, lugar, paisagem e território. Fontes históricas, cartografia e leitura do espaço vivido. História e geografia da Amazônia, do Amapá e do Vale do Jari. Relações étnico-raciais e valorização dos saberes comunitários. Planejamento de práticas interdisciplinares acessíveis. Cartografia tátil, narrativas, recursos multissensoriais e avaliação inclusiva.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Conhecimento histórico e geográfico na educação básica 1.1.1 Tempo histórico, memória, identidade e fontes. 1.1.2 Espaço, lugar, paisagem, território e relações sociedade-natureza. 1.1.3 História e geografia da Amazônia, do Amapá e do Vale do Jari. 1.1.4 Perspectivas indígenas, quilombolas e ribeirinhas. 1.1.5 Currículo e leitura crítica das representações históricas e geográficas.
UNIDADE II	2.2 Metodologias inclusivas de ensino 2.2.1 Análise de documentos, fotografias, objetos e narrativas orais. 2.2.2 Cartografia escolar, mapas táteis e orientação espacial. 2.2.3 Estudos do meio e investigação do território. 2.2.4 Planejamento de sequências didáticas interdisciplinares e acessíveis. 2.2.5 Avaliação das aprendizagens e produção de materiais inclusivos.

4 Bibliografia

Básica:
BITTENCOURT, C. M. F. Ensino de história: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
CASTELLAR, S.; VILHENA, J. Ensino de geografia. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Cadernos CEDES, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227–247, 2005.

Complementar:
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.
GOMES, N. L. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
BANIWA, G. S. L. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.
GLAT, R.; PLETSCH, M. D. (org.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 22, n. 2, p. 147-155, 2018.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Surdez e Educação Bilíngue							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
5º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Concepções de surdez: clínico-terapêutica e socioantropológica. Abordagens educacionais: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Educação bilíngue de surdos como modalidade (Lei nº 14.191/2021). Aquisição da linguagem pela criança surda. Português como segunda língua. AEE para estudantes surdos e com deficiência auditiva.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas	
UNIDADE I	1.1 Surdez e deficiência auditiva: aspectos clínicos e socioantropológicos 1.1.1 Identidades e cultura surda. 1.1.2 Abordagens educacionais. 1.1.3 Lei nº 14.191/2021 e escolas e classes bilíngues. 1.1.4 Aquisição da Libras.
UNIDADE II	2.2 Ensino de português escrito como segunda língua 2.2.1 Pedagogia visual. 2.2.2 AEE em Libras, de Libras e de língua portuguesa. 2.2.3 Atuação do tradutor-intérprete. 2.2.4 Recursos visuais e tecnologias. 2.2.5 Surdez em contextos amazônicos.

4 Bibliografia

Básica:
QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.
LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. (org.). Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.
DAMÁZIO, M. F. M. Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

Complementar:
SKLIAR, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.
BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, 2021.
SALLES, H. M. M. L. et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, 2004. 2 v.
ALVEZ, C. B.; FERREIRA, J. P.; DAMÁZIO, M. M. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: UFC, 2010.
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: FTM do Ensino de Matemática e Ciências							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
5º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Ensino de Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas para estudantes público da Educação Especial. Materiais manipuláveis, multissensoriais e táteis. Soroban e calculadoras acessíveis. Experimentação acessível. Cartografia tátil e recursos visuais. Sequências didáticas com base no DUA.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas	
UNIDADE I	1.1 Educação Matemática inclusiva: número, operações, geometria e medidas 1.1.1 Materiais manipuláveis e multissensoriais. 1.1.2 Soroban e recursos táteis. 1.1.3 Resolução de problemas e contextos amazônicos.
UNIDADE II	2.2 Ensino de Ciências da Natureza e Humanas acessível: experimentação, maquetes, modelos táteis, cartografia tátil e recursos visuais 2.2.1 Libras e glossários científicos. 2.2.2 Sequências didáticas com DUA.

4 Bibliografia

Básica:
FERNANDES, S. H. A. A.; HEALY, L. Ensaio sobre a inclusão na educação matemática. Unión: Revista Iberoamericana de Educación Matemática, n. 10, p. 59-76, 2007.
CAMARGO, E. P. Saberes docentes para a inclusão do aluno com deficiência visual em aulas de física. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
BRASIL. Ministério da Educação. Soroban: manual de técnicas operatórias para pessoas com deficiência visual. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

Complementar:
SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. (org.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.
CARVALHO, A. M. P. (org.). Ensino de ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Educação Unisinos, v. 22, n. 2, 2018.
LORENZATO, S. (org.). O laboratório de ensino de matemática na formação de professores. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Pesquisa em Educação Especial I							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
5º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa

Pesquisa em educação: paradigmas e abordagens. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Métodos e técnicas de pesquisa em Educação Especial: estudo de caso, pesquisa-ação, pesquisa colaborativa e análise documental. Ética na pesquisa com seres humanos e com pessoas com deficiência. Uso de dados do Censo Escolar.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Pesquisa em educação: conceitos e paradigmas 1.1.1 Abordagens qualitativa, quantitativa e mista. 1.1.2 Tipos de pesquisa. 1.1.3 Problema, objetivos e hipóteses. 1.1.4 Revisão de literatura.
UNIDADE II	2.2 Métodos em Educação Especial: estudo de caso, pesquisa-ação, pesquisa colaborativa, histórias de vida e análise documental 2.2.1 Instrumentos de coleta. 2.2.2 Ética na pesquisa (Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016) e acessibilidade dos procedimentos. 2.2.3 Indicadores do Censo Escolar.

4 Bibliografia

Básica:
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.
MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Complementar:
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
IBIAPINA, I. M. L. M. Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Liber Livro, 2008.
BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Brasília, 2016.
ANDRÉ, M. E. D. A. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Liber Livro, 2005.
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Práticas de Inclusão no Território V: Tecnologia Assistiva e Recursos Acessíveis							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
5º semestre	3	60	50	–	–	–	50

2 Ementa

Ações extensionistas de produção e socialização de recursos de tecnologia assistiva de baixo custo e de materiais pedagógicos acessíveis, com uso de materiais regionais, em parceria com escolas, famílias e serviços.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Identificação de necessidades junto a escolas e famílias 1.1.1 Planejamento de oficinas de produção de recursos de baixo custo com materiais regionais.
UNIDADE II	2.2 Oficinas comunitárias de produção de recursos 2.2.1 Feira ou mostra de tecnologia assistiva. 2.2.2 Doação e acompanhamento do uso dos recursos. 2.2.3 Relatório.

4 Bibliografia

Básica:
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018.
FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012.

Complementar:
BERSCH, R. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Assistiva, 2017.
MANZINI, E. J. (org.). Portal de ajudas técnicas para educação. Brasília: MEC/SEESP, 2002.
GALVÃO FILHO, T. A. Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva. Tese (Doutorado) – UFBA, 2009.
BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia assistiva. Brasília: CORDE, 2009.
GALVÃO FILHO, T. A. Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva: apropriação, demandas e perspectivas. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Estágio Supervisionado III — Creche e Pré-escola							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
5º semestre	6	120	100	–	100	–	–

2 Ementa

Estágio supervisionado em creches e pré-escolas. Observação, coparticipação e regência orientada em contextos de Educação Infantil com crianças público da Educação Especial. Interações, brincadeiras, cuidado e educação. Planejamento de experiências inclusivas, acessibilidade dos espaços e dos materiais e participação das famílias. Documentação pedagógica e avaliação do desenvolvimento e das aprendizagens.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Observação e planejamento na Educação Infantil 1.1.1 Organização da creche e da pré-escola. 1.1.2 Interações, brincadeiras e experiências de aprendizagem. 1.1.3 Observação das crianças e identificação de barreiras. 1.1.4 Planejamento de experiências com recursos acessíveis. 1.1.5 Articulação com famílias e profissionais de apoio.
UNIDADE II	2.2 Coparticipação e regência supervisionada 2.2.1 Desenvolvimento de experiências lúdicas e inclusivas. 2.2.2 Adequação de espaços, materiais e comunicação. 2.2.3 Documentação pedagógica e avaliação processual. 2.2.4 Reflexão sobre cuidado, educação e participação. 2.2.5 Relatório e socialização das experiências.

4 Bibliografia

Básica:
PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
ZABALZA, M. A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Cortez, 2014.

Complementar:
BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008.
MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
LIBÂNEO, J. C. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
CANDAU, V. M. (org.). A didática em questão. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Pré-requisito: –

6º SEMESTRE

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Educação de Jovens, Adultos e Idosos							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
6º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa

História e políticas da educação de jovens, adultos e idosos no Brasil. Sujeitos da EJA e suas trajetórias. Contribuições de Paulo Freire. Currículo e metodologias na EJA. Integração com a educação profissional. Estudantes com deficiência na EJA e processos de escolarização tardia.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 História da EJA no Brasil 1.1.1 Marcos legais e diretrizes operacionais. 1.1.2 Sujeitos da EJA. 1.1.3 Trabalho, cultura e educação. 1.1.4 Educação popular e pedagogia freireana.
UNIDADE II	2.2 Currículo e metodologias na EJA 2.2.1 EJA integrada à educação profissional. 2.2.2 Estudantes com deficiência na EJA. 2.2.3 Envelhecimento e educação. 2.2.4 Práticas pedagógicas inclusivas na EJA.

4 Bibliografia

Básica:
FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
ARROYO, M. G. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA – itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.
SOARES, L. (org.). Educação de jovens e adultos: o que revelam as pesquisas. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Complementar:
HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 108-130, 2000.
FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (org.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 3, de 2025. Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2025.
ARANHA, M. L. A. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Deficiência Física e Mobilidade Reduzida							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
6º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa

Conceitos e classificações da deficiência física. Paralisia cerebral, lesões medulares, doenças neuromusculares e amputações. Mobilidade, posicionamento e adequação postural na escola. Recursos pedagógicos adaptados, acessibilidade ao material escolar e à comunicação. AEE para estudantes com deficiência física.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Conceitos e tipos de deficiência física 1.1.1 Paralisia cerebral. 1.1.2 Lesão medular. 1.1.3 Doenças neuromusculares. 1.1.4 Implicações motoras, comunicativas e de saúde na escolarização. 1.1.5 Acessibilidade arquitetônica.
UNIDADE II	2.2 Posicionamento e adequação postural 2.2.1 Recursos para escrita, leitura e acesso ao computador. 2.2.2 Engrossadores, pranchas e mobiliário adaptado. 2.2.3 AEE para deficiência física. 2.2.4 Articulação com serviços de reabilitação.

4 Bibliografia

Básica:
SCHIRMER, C. R. et al. Atendimento educacional especializado: deficiência física. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.
BERSCH, R. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Assistiva, 2017.
MANZINI, E. J. (org.). Portal de ajudas técnicas para educação: recursos pedagógicos adaptados. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

Complementar:
MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. Portal de ajudas técnicas para educação: recursos para comunicação alternativa. 2. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
BRASIL. Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização – deficiência física. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: UFC, 2010.
BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia assistiva. Brasília: CORDE, 2009.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Surdocegueira e Deficiência Múltipla							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
6º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Conceitos de surdocegueira e deficiência múltipla. Formas de comunicação: Libras tátil, tadoma, alfabeto manual tátil, objetos de referência e calendários. Guia-intérprete. Avaliação funcional e planejamento. Rotinas, antecipação e ambiente estruturado. AEE para estudantes com surdocegueira e deficiência múltipla.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas	
UNIDADE I	1.1 Conceitos, classificações e causas 1.1.1 Surdocegueira congênita e adquirida. 1.1.2 Desenvolvimento e comunicação. 1.1.3 Sistemas de comunicação: Libras tátil, alfabeto manual tátil, tadoma, escrita na palma da mão, objetos de referência.
UNIDADE II	2.2 Papel do guia-intérprete e do instrutor mediador 2.2.1 Avaliação funcional. 2.2.2 Rotinas e calendários. 2.2.3 Currículo funcional e atividades significativas. 2.2.4 AEE e trabalho com famílias. 2.2.5 Estudos de caso.

4 Bibliografia

Básica:
BOSCO, I. C. M. G.; MESQUITA, S. R. S. H.; MAIA, S. R. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: surdocegueira e deficiência múltipla. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: UFC, 2010.
CADER-NASCIMENTO, F. A. A. A.; COSTA, M. P. R. Descobrindo a surdocegueira: educação e comunicação. São Carlos: EdUFSCar, 2005.
BRASIL. Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização – surdocegueira/múltipla deficiência sensorial. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

Complementar:
MASINI, E. F. S. (org.). Do sentido... pelos sentidos... para o sentido: sentidos das pessoas com deficiências sensoriais. Niterói: Intertexto; São Paulo: Vetor, 2002.
NUNES, L. R. O. P. (org.). Favorecendo o desenvolvimento da comunicação em crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Dunya, 2003.
SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. Recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: UFC, 2010.
BERSCH, R. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Assistiva, 2017.
DELIBERATO, D.; GONÇALVES, M. J.; MACEDO, E. C. (org.). Comunicação alternativa: teoria, prática, tecnologias e pesquisa. São Paulo: Memnon, 2009.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Altas Habilidades/Superdotação							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
6º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Concepções e teorias sobre inteligência, talento e superdotação. Modelo dos Três Anéis e Modelo de Enriquecimento Escolar de Renzulli. Mitos e características. Identificação e avaliação. Atendimento: enriquecimento curricular, aceleração e AEE. Aspectos socioemocionais e dupla excepcionalidade.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Concepções de inteligência (Gardner, Sternberg) 1.1.1 Teoria dos Três Anéis. 1.1.2 Mitos e características. 1.1.3 Indicadores. 1.1.4 Identificação por provisão. 1.1.5 Instrumentos e procedimentos de identificação. 1.1.6 NAAH/S.
UNIDADE II	2.2 Modelo de Enriquecimento Escolar: tipos I, II e III 2.2.1 Compactação e aceleração. 2.2.2 AEE para altas habilidades/superdotação. 2.2.3 Aspectos socioemocionais. 2.2.4 Dupla excepcionalidade. 2.2.5 Família e escola. 2.2.6 Diversidade e subidentificação na Amazônia.

4 Bibliografia

Básica:
VIRGOLIM, A. M. R. Altas habilidades/superdotação: encorajando potenciais. Brasília: MEC/SEESP, 2007.
FLEITH, D. S. (org.). A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação. Brasília: MEC/SEESP, 2007. 4 v.
PÉREZ, S. G. P. B.; FREITAS, S. N. Manual de identificação de altas habilidades/superdotação. Guarapuava: Apprehendere, 2016.
Complementar:
RENZULLI, J. S. O que é esta coisa chamada superdotação, e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. Educação, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 75-131, 2004.
GARDNER, H. Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 1994.
DELOU, C. M. C. Sucesso e fracasso escolar de alunos considerados superdotados: um estudo sobre a trajetória escolar de alunos que receberam atendimento em salas de recursos de escolas da rede pública de ensino. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – PUC-SP, São Paulo, 2001.
ALENCAR, E. M. L. S.; FLEITH, D. S. Superdotados: determinantes, educação e ajustamento. 2. ed. São Paulo: EPU, 2001.
TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 23, e230076, 2018.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Pesquisa em Educação Especial II							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
6º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa

Elaboração do projeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso. Delimitação do problema a partir das práticas formativas no território e do estágio. Revisão de literatura. Definição de procedimentos metodológicos e instrumentos. Submissão ética quando aplicável. Qualificação do projeto.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Escolha do tema e delimitação do problema 1.1.1 Justificativa e relevância social. 1.1.2 Objetivos. 1.1.3 Revisão sistemática e narrativa de literatura. 1.1.4 Uso de bases de dados (SciELO, Periódicos CAPES, BDTD).
UNIDADE II	2.2 Procedimentos metodológicos 2.2.1 Instrumentos de coleta acessíveis. 2.2.2 Cronograma. 2.2.3 Aspectos éticos e termos de consentimento e assentimento. 2.2.4 Redação e apresentação pública do projeto.

4 Bibliografia

Básica:
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

Complementar:
MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C. et al. (org.). Colóquios sobre pesquisa em educação especial. Londrina: Eduel, 2003.
INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. Guia de formatação e estrutura de trabalhos acadêmicos. Macapá: IFAP, 2024.
BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, 2005.
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Pré-requisito: Pesquisa em Educação Especial I

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Práticas de Inclusão no Território VI: Famílias e Redes de Apoio							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
6º semestre	3	60	50	–	–	–	50

2 Ementa

Ações extensionistas com famílias de estudantes público da Educação Especial e com a rede intersetorial. Grupos de apoio, orientação e troca de experiências. Articulação entre escola, saúde e assistência social no território.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Mapeamento da rede intersetorial no Vale do Jari 1.1.1 Planejamento de encontros com famílias. 1.1.2 Metodologias participativas.
UNIDADE II	2.2 Realização de encontros, grupos de apoio e rodas de conversa com famílias 2.2.1 Seminário com a rede intersetorial. 2.2.2 Relatório e socialização.

4 Bibliografia

Básica:
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018.
FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012.

Complementar:
DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paidéia, v. 17, n. 36, 2007.
BUSCAGLIA, L. Os deficientes e seus pais. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
GLAT, R. Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Agir, 1989.
BUSCAGLIA, L. Os deficientes e seus pais: um desafio ao aconselhamento. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Estágio Supervisionado IV — Anos iniciais e finais do Ensino Fundamental							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
6º semestre	6	120	100	–	100	–	–

2 Ementa

Estágio supervisionado nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Observação, planejamento, coparticipação e regência orientada na perspectiva inclusiva. Articulação com o professor regente, o AEE e os profissionais de apoio. Acessibilidade curricular e comunicacional, estratégias de ensino e recursos pedagógicos. Avaliação e acompanhamento das aprendizagens. Registro e análise reflexiva das experiências.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Diagnóstico pedagógico e planejamento no Ensino Fundamental 1.1.1 Observação da escola, das turmas e do currículo. 1.1.2 Identificação das barreiras à aprendizagem e à participação. 1.1.3 Planejamento colaborativo com os professores. 1.1.4 Seleção de estratégias e recursos acessíveis. 1.1.5 Articulação com o AEE e com as famílias.
UNIDADE II	2.2 Regência e avaliação das práticas inclusivas 2.2.1 Coparticipação e regência supervisionada. 2.2.2 Implementação de estratégias de ensino acessíveis. 2.2.3 Avaliação formativa e acompanhamento dos estudantes. 2.2.4 Análise reflexiva das intervenções. 2.2.5 Relatório de estágio e socialização.

4 Bibliografia

Básica:
PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
ZABALZA, M. A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Cortez, 2014.

Complementar:
BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008.
MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
LIBÂNEO, J. C. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
CANDAU, V. M. (org.). A didática em questão. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Pré-requisito: –

7º SEMESTRE

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: TCC I							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
7º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa

Desenvolvimento do projeto de pesquisa ou de intervenção aprovado. Coleta, organização e análise preliminar de dados. Orientação sistemática. Redação dos capítulos iniciais. Seminário de acompanhamento.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Ajustes no projeto 1.1.1 Plano de trabalho com o orientador. 1.1.2 Procedimentos éticos. 1.1.3 Início da coleta de dados ou do desenvolvimento do produto educacional.
UNIDADE II	2.2 Organização e análise preliminar dos dados 2.2.1 Redação da introdução, da fundamentação teórica e da metodologia. 2.2.2 Seminário de socialização da versão parcial.

4 Bibliografia

Básica:
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. Guia de formatação e estrutura de trabalhos acadêmicos. Macapá: IFAP, 2024.

Complementar:
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.
MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Gestão Escolar Democrática							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
7º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa

Gestão democrática da escola pública: fundamentos e legislação. Organização do trabalho pedagógico. Projeto político-pedagógico e conselhos escolares. Coordenação pedagógica. Gestão da inclusão: cultura, políticas e práticas inclusivas na escola.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas	
UNIDADE I	1.1 Administração e gestão educacional 1.1.1 Gestão democrática na CF e na LDB. 1.1.2 Participação e conselhos escolares. 1.1.3 Organização do trabalho pedagógico. 1.1.4 Coordenação pedagógica.
UNIDADE II	2.2 Projeto político-pedagógico e inclusão 2.2.1 Index para a Inclusão. 2.2.2 Gestão dos recursos e apoios à inclusão. 2.2.3 Articulação escola-família-comunidade. 2.2.4 Indicadores de qualidade e acessibilidade da escola.

4 Bibliografia

Básica:
PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
LÜCK, H. Gestão educacional: uma questão paradigmática. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

Complementar:
BOOTH, T.; AINSCOW, M. Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. Bristol: CSIE, 2011.
VEIGA, I. P. A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 29. ed. Campinas: Papirus, 2013.
FERREIRA, N. S. C. (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
SAGE, D. D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In: STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.
LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Pré-requisito: –

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Educação do Campo

Período	C.H. semanal (aulas)	C.H. hora-aula (50 min)	C.H. hora-relógio (60 min)	C.H. Teórica (60 min)	C.H. Prática (60 min)	C.H. EaD (60 min)	C.H. Práticas de Extensão (60 min)
7º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Fundamentos históricos, políticos e pedagógicos da Educação do Campo. Movimentos sociais e direito à educação das populações do campo. Trabalho, território, cultura e modos de vida. Escolas multisseriadas, pedagogia da alternância e organização curricular contextualizada. Educação do Campo na Amazônia e no Vale do Jari. Educação Especial e enfrentamento de barreiras territoriais, comunicacionais e pedagógicas. Articulação entre escola, famílias, comunidades e redes de apoio.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Fundamentos e políticas da Educação do Campo 1.1.1 Educação rural e Educação do Campo: concepções e disputas. 1.1.2 Movimentos sociais, trabalho e direito à educação. 1.1.3 Diretrizes da Educação do Campo e organização da oferta. 1.1.4 Território, cultura, sociobiodiversidade e saberes comunitários. 1.1.5 Realidades das escolas do campo na Amazônia.
UNIDADE II	2.2 Organização pedagógica e inclusão 2.2.1 Currículo contextualizado e articulação entre saberes. 2.2.2 Escolas multisseriadas e pedagogia da alternância. 2.2.3 Acessibilidade, transporte e condições de permanência. 2.2.4 Educação Especial e atendimento educacional especializado no campo. 2.2.5 Projetos pedagógicos com participação das comunidades.

4 Bibliografia

Básica:
ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). Por uma educação do campo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
HAGE, S. M. (org.). Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gutemberg, 2005.
CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 17, n. 1, p. 93-104, 2011.

Complementar:
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF: CNE, 2002.
BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, DF, 2010.
BRUNO, M. M. G.; SUTTANA, R. (org.). Educação, diversidade e fronteiras da in/exclusão. Dourados: Editora UFGD, 2012.
BANIWA, G. S. L. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.
ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 22, n. 2, p. 147-155, 2018.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Educação Escolar Indígena							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
7º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Fundamentos históricos, culturais e políticos da Educação Escolar Indígena. Direito à educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue ou multilíngue. Povos indígenas, territórios, línguas e processos próprios de aprendizagem. Currículos e participação comunitária. Educação Escolar Indígena no Amapá e na Amazônia. Interface com a Educação Especial e análise de barreiras à participação. Planejamento de práticas inclusivas em diálogo com os conhecimentos e as decisões das comunidades indígenas.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Direitos e fundamentos da Educação Escolar Indígena 1.1.1 Povos indígenas e diversidade sociocultural brasileira. 1.1.2 Educação indígena e Educação Escolar Indígena. 1.1.3 Direito à educação específica, diferenciada e intercultural. 1.1.4 Línguas, territorialidade e processos próprios de aprendizagem. 1.1.5 Diretrizes curriculares e participação das comunidades.
UNIDADE II	2.2 Currículo intercultural e Educação Especial 2.2.1 Construção de currículos com participação comunitária. 2.2.2 Materiais didáticos e valorização das línguas indígenas. 2.2.3 Concepções culturais da deficiência e enfrentamento de estigmas. 2.2.4 Acessibilidade e articulação de apoios educacionais no território. 2.2.5 Planejamento de práticas inclusivas e avaliação contextualizada.

4 Bibliografia

Básica:
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2012.
BANIWA, G. S. L. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.
CAVALCANTI, M. C.; MAHER, T. M. (org.). O índio, a leitura e a escrita: o que está em jogo? Campinas: Unicamp/CEFIEL, 2005.

Complementar:
GALLOIS, D. T. (org.). Redes de relações nas Guianas. São Paulo: Humanitas, 2005.
BRUNO, M. M. G.; SUTTANA, R. (org.). Educação, diversidade e fronteiras da in/exclusão. Dourados: Editora UFGD, 2012.
CANDAU, V. M. (org.). Didática crítica intercultural: aproximações. Petrópolis: Vozes, 2012.
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.
BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Brasília, 2021.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Neurodesenvolvimento e Educação							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
7º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa

Bases do neurodesenvolvimento e plasticidade. Desenvolvimento típico e atípico. Neurodiversidade. Transtornos funcionais específicos: dislexia, discalculia, disortografia e TDAH. Crítica à medicalização da educação. Estratégias pedagógicas e articulação com serviços de saúde.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Noções de neurodesenvolvimento e neuroplasticidade 1.1.1 Funções executivas. 1.1.2 Desenvolvimento típico e atípico. 1.1.3 Neurodiversidade. 1.1.4 Identificação de sinais e encaminhamentos.
UNIDADE II	2.2 Dislexia, discalculia, disortografia e TDAH: características e práticas pedagógicas 2.2.1 Medicalização da educação. 2.2.2 Relação entre escola, família e serviços de saúde. 2.2.3 Público da Educação Especial e estudantes com transtornos funcionais.

4 Bibliografia

Básica:
ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. (org.). Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. Cadernos CEDES, Campinas, n. 28, p. 31-47, 1992.
COSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Complementar:
AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5-TR: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.
BRASIL. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem. Brasília, 2021.
COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização. São Paulo: Cortez, 1996.
RELVAS, M. P. Neurociência e transtornos de aprendizagem: as múltiplas eficiências para uma educação inclusiva. 6. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2015.
COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. (org.). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 2.

Pré-requisito: –

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Práticas de Inclusão no Território VII: Projeto Extensionista Integrador

Período	C.H. semanal (aulas)	C.H. hora-aula (50 min)	C.H. hora-relógio (60 min)	C.H. Teórica (60 min)	C.H. Prática (60 min)	C.H. EaD (60 min)	C.H. Práticas de Extensão (60 min)
7º semestre	3	60	50	–	–	–	50

2 Ementa

Elaboração e execução de projeto extensionista integrador, construído com escolas, comunidades e redes de ensino, voltado a demandas de inclusão identificadas ao longo do curso, incluindo contextos do campo, ribeirinhos, indígenas e quilombolas.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Diagnóstico participativo 1.1.1 Elaboração do projeto extensionista integrador (objetivos, público, parcerias, cronograma e indicadores). 1.1.2 Registro no setor de extensão do Campus.
UNIDADE II	2.2 Execução do projeto com a comunidade e as escolas 2.2.1 Acompanhamento e registro. 2.2.2 Avaliação participativa dos resultados. 2.2.3 Relatório parcial.

4 Bibliografia

Básica:
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018.
FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012.

Complementar:
THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. Resolução nº 93/2024/CONSUP. Macapá, 2024.
FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. Educação e Pesquisa, v. 31, n. 3, 2005.
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.
MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Estágio Supervisionado V — Ensino Médio e EJAI							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
7º semestre	3	60	50	–	50	–	–

2 Ementa

Estágio em Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional ou escolas do campo, ribeirinhas, indígenas e quilombolas. Ensino colaborativo, PEI e acessibilidade curricular nesses contextos.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Caracterização do contexto e da modalidade 1.1.1 Elaboração colaborativa de PEI. 1.1.2 Planejamento em coensino.
UNIDADE II	2.2 Desenvolvimento das ações de coensino e apoio 2.2.1 Avaliação do PEI. 2.2.2 Relatório reflexivo e socialização.

4 Bibliografia

Básica:
PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
ZABALZA, M. A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Cortez, 2014.

Complementar:
BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008.
MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
ARROYO, M. G. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA – itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Optativo: Componente Optativo I							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
7º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa
Componente escolhido pelo estudante entre as optativas ofertadas (Quadro de Componentes Optativos), destinado ao aprofundamento em temáticas específicas da Educação Especial e Inclusiva.

3 Bases Científicas e Tecnológicas	
Unidades e Discriminação dos Temas	
UNIDADE I	1.1 Conteúdos e fundamentos 1.1.1 Conforme ementa do componente optativo escolhido.
UNIDADE II	2.2 Aplicações e práticas 2.2.1 Conforme ementa do componente optativo escolhido.

4 Bibliografia

Básica:
MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
JANNUZZI, G. M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

Complementar:
BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.
GLAT, R. (org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.
UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.
RODRIGUES, A. T. Sociologia da educação. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

Pré-requisito: –

8º SEMESTRE

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: TCC II							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
8º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa

Conclusão da análise dos dados ou do produto educacional. Redação final do Trabalho de Conclusão de Curso. Revisão e normalização. Preparação da apresentação acessível. Defesa pública perante banca e depósito da versão final.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Análise e discussão dos resultados 1.1.1 Redação das considerações finais. 1.1.2 Revisão textual e normalização conforme o Guia institucional.
UNIDADE II	2.2 Elaboração de apresentação acessível (Libras, audiodescrição, materiais ampliados, quando necessário) 2.2.1 Defesa pública. 2.2.2 Ajustes pós-banca. 2.2.3 Depósito no repositório institucional. 2.2.4 Socialização junto às escolas-campo.

4 Bibliografia

Básica:
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. Guia de formatação e estrutura de trabalhos acadêmicos. Macapá: IFAP, 2024.
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Complementar:
BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.
MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

Pré-requisito: TCC I

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Educação Especial na Educação Infantil							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
8º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa

Educação Especial na Educação Infantil: direito, currículo e práticas. Intervenção precoce e estimulação essencial. Brincar e interações como eixos. Identificação de sinais de risco ao desenvolvimento. Articulação com famílias, saúde e assistência social. AEE na creche e na pré-escola.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil 1.1.1 Direito à creche e à pré-escola. 1.1.2 Desenvolvimento infantil e sinais de risco. 1.1.3 Intervenção precoce e estimulação essencial.
UNIDADE II	2.2 Brincar inclusivo 2.2.1 Organização de espaços e materiais acessíveis. 2.2.2 AEE na Educação Infantil. 2.2.3 Família, saúde e assistência social. 2.2.4 Transição para o Ensino Fundamental.

4 Bibliografia

Básica:
BRASIL. Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão: educação infantil. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
KISHIMOTO, T. M. (org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.

Complementar:
OLIVEIRA, Z. M. R. Educação infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
BRASIL. Ministério da Educação. Educação infantil: saberes e práticas da inclusão – introdução. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
MENDES, E. G. Inclusão marco zero: começando pelas creches. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.
VIGOTSKI, L. S. Imaginação e criação na infância. São Paulo: Ática, 2009.
COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. (org.). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Educação Escolar Quilombola							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
8º semestre	3	60	50	–	–	–	–

2 Ementa

Fundamentos históricos, políticos e pedagógicos da Educação Escolar Quilombola. Identidade, ancestralidade, memória, territorialidade e resistência negra. Direito à educação e participação das comunidades na organização escolar. Diretrizes curriculares e construção de práticas antirracistas. Saberes e experiências quilombolas na Amazônia e no Amapá. Interface com a Educação Especial. Acessibilidade, enfrentamento do racismo e do capacitismo e avaliação contextualizada.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Território, memória e direitos educacionais 1.1.1 História das comunidades quilombolas e resistência negra. 1.1.2 Ancestralidade, oralidade, identidade e territorialidade. 1.1.3 Diretrizes da Educação Escolar Quilombola. 1.1.4 Relações étnico-raciais e educação antirracista. 1.1.5 Saberes e experiências de comunidades quilombolas do Amapá.
UNIDADE II	2.2 Currículo comunitário e práticas inclusivas 2.2.1 Projeto político-pedagógico com participação comunitária. 2.2.2 Articulação entre conhecimentos escolares e saberes tradicionais. 2.2.3 Análise crítica dos materiais didáticos e dos estereótipos. 2.2.4 Educação Especial e acessibilidade em escolas quilombolas. 2.2.5 Planejamento e avaliação de práticas antirracistas e inclusivas.

4 Bibliografia

Básica:
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2012.
GOMES, N. L. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

Complementar:
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Brasília, 2004.
ALMEIDA, S. L. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.
CANDAU, V. M. (org.). Didática crítica intercultural: aproximações. Petrópolis: Vozes, 2012.
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.
ARROYO, M. G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Família, Escola e Redes de Apoio Intersetorial							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
8º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa

Família e deficiência: impactos, ciclos de vida e rede de apoio. Relação família-escola na perspectiva colaborativa. Intersetorialidade: educação, saúde, assistência social e sistema de garantia de direitos. Benefícios e políticas sociais. Transição para a vida adulta, trabalho e autonomia.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Família e deficiência 1.1.1 Estrutura e dinâmica familiar. 1.1.2 Comunicação escola-família. 1.1.3 Participação das famílias nas decisões pedagógicas. 1.1.4 Orientação a famílias.
UNIDADE II	2.2 Rede intersetorial: SUS, SUAS, Conselho Tutelar e Ministério Público 2.2.1 BPC na Escola e demais políticas. 2.2.2 Projeto de vida, transição para a vida adulta e o trabalho. 2.2.3 Mapeamento da rede de apoio no território.

4 Bibliografia

Básica:
DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.
GLAT, R. Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Agir, 1989.
BUSCAGLIA, L. Os deficientes e seus pais: um desafio ao aconselhamento. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Complementar:
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, 2015.
POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. Psicologia Escolar e Educacional, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005.
BRASIL. Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais – família. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (org.). Educar em direitos humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Práticas de Inclusão no Território VIII: Socialização do Conhecimento							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
8º semestre	3	60	50	–	–	–	50

2 Ementa

Conclusão e avaliação do projeto extensionista integrador. Socialização do conhecimento produzido no curso: seminários, mostras, oficinas e produtos educacionais acessíveis entregues às escolas e comunidades. Organização de evento de extensão do curso.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Conclusão das ações do projeto integrador 1.1.1 Avaliação de impacto com os parceiros. 1.1.2 Elaboração de produtos educacionais acessíveis.
UNIDADE II	2.2 Organização e realização de seminário ou mostra de inclusão no território, com acessibilidade (Libras, audiodescrição, materiais ampliados) 2.2.1 Relatório final e registro das ações.

4 Bibliografia

Básica:
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018.
FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012.

Complementar:
NÓVOA, A. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.
INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. Resolução nº 93/2024/CONSUP. Macapá, 2024.
MOTTA, L. M. V. M. Audiodescrição na escola. Campinas: Pontes, 2016.
KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.
MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Estágio Supervisionado VI — Gestão e Coordenação Pedagógica							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
8º semestre	3	60	50	–	50	–	–

2 Ementa

Estágio supervisionado em gestão e coordenação pedagógica. Observação da organização escolar, do projeto político-pedagógico e das ações de inclusão. Planejamento e acompanhamento do trabalho coletivo, da formação docente e dos serviços de apoio. Participação em ações de gestão democrática e articulação com famílias e redes intersetoriais. Elaboração de intervenção pedagógica e sistematização da trajetória de estágio.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Gestão democrática e coordenação pedagógica 1.1.1 Organização escolar e atribuições da equipe gestora. 1.1.2 Projeto político-pedagógico e políticas de inclusão. 1.1.3 Planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho pedagógico. 1.1.4 Gestão da acessibilidade e dos serviços de apoio. 1.1.5 Participação comunitária e redes intersetoriais.
UNIDADE II	2.2 Intervenção e acompanhamento pedagógico 2.2.1 Diagnóstico de demandas da gestão da inclusão. 2.2.2 Planejamento colaborativo de intervenção. 2.2.3 Participação em reuniões e ações de formação docente. 2.2.4 Acompanhamento e avaliação das ações. 2.2.5 Relatório e síntese reflexiva do estágio.

4 Bibliografia

Básica:
PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
ZABALZA, M. A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Cortez, 2014.

Complementar:
BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008.
MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
LIBÂNEO, J. C. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
CANDAU, V. M. (org.). A didática em questão. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Optativo: Componente Optativo II							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
8º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa

Componente escolhido pelo estudante entre as optativas ofertadas (Quadro de Componentes Optativos), destinado ao aprofundamento em temáticas específicas da Educação Especial e Inclusiva.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas	
UNIDADE I	1.1 Conteúdos e fundamentos 1.1.1 Conforme ementa do componente optativo escolhido.
UNIDADE II	2.2 Aplicações e práticas 2.2.1 Conforme ementa do componente optativo escolhido.

4 Bibliografia

Básica:
MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
JANNUZZI, G. M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

Complementar:
BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.
GLAT, R. (org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.
UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.
RODRIGUES, A. T. Sociologia da educação. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

Pré-requisito: –

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

1 Identificação							
Componente Curricular Optativo: Libras III: Conversação e Contextos Escolares							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
7º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa
Aprofundamento da conversação em Libras em contextos escolares e acadêmicos. Narrativas, literatura surda e expressões idiomáticas. Produção de vídeos didáticos bilíngues.

3 Bases Científicas e Tecnológicas	
Unidades e Discriminação dos Temas	
UNIDADE I	1.1 Conversação em contextos escolares 1.1.1 Ampliação vocabular por áreas do conhecimento. 1.1.2 Expressões idiomáticas.
UNIDADE II	2.2 Literatura surda 2.2.1 Narrativas e poesia em Libras. 2.2.2 Produção de vídeos didáticos bilíngues.

4 Bibliografia

Básica:
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
KARNOPP, L. B.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (org.). Cultura surda na contemporaneidade. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. Novo Deit-Libras. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

Complementar:
STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.
GESSER, A. O ouvinte e a surdez. São Paulo: Parábola, 2012.
LACERDA, C. B. F. Intérprete de Libras. Porto Alegre: Mediação, 2009.
GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
FELIPE, T. A. Libras em contexto: curso básico – livro do estudante. 8. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Optativo: Audiodescrição e Acessibilidade Comunicacional							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
7º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa

Fundamentos da audiodescrição. Roteirização de imagens estáticas e dinâmicas para fins didáticos. Legendagem, janela de Libras e linguagem simples. Produção de materiais comunicacionalmente acessíveis.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Conceitos e diretrizes da audiodescrição 1.1.1 Roteirização de imagens estáticas. 1.1.2 Audiodescrição didática.
UNIDADE II	2.2 Audiodescrição de vídeos 2.2.1 Legendagem e janela de Libras. 2.2.2 Linguagem simples. 2.2.3 Produção de material acessível.

4 Bibliografia

Básica:
MOTTA, L. M. V. M. Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para a leitura de mundo. Campinas: Pontes, 2016.
MOTTA, L. M. V. M.; ROMEU FILHO, P. (org.). Audiodescrição: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16452: acessibilidade na comunicação – audiodescrição. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

Complementar:
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, 2015.
W3C. Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.1. W3C, 2018.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15290: acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.
SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. Atendimento educacional especializado: deficiência visual. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.
BRASIL. Ministério da Educação. Grafia Braille para a Língua Portuguesa. 3. ed. Brasília: MEC/SEMESP, 2018.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Optativo: Psicomotricidade e Educação Física Adaptada							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
8º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa

Fundamentos da psicomotricidade. Esquema corporal, lateralidade, equilíbrio e coordenação. Atividade física adaptada e esporte paralímpico. Jogos e brincadeiras inclusivos e regionais.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Psicomotricidade: conceitos e elementos 1.1.1 Avaliação psicomotora na escola. 1.1.2 Atividades psicomotoras.
UNIDADE II	2.2 Atividade física adaptada 2.2.1 Esporte paralímpico escolar. 2.2.2 Jogos e brincadeiras inclusivos e da cultura amazônica.

4 Bibliografia

Básica:
GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (org.). Atividade física adaptada. 2. ed. Barueri: Manole, 2008.
FONSECA, V. Psicomotricidade: filogênese, ontogênese e retrogênese. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2009.
LE BOULCH, J. O desenvolvimento psicomotor: do nascimento até 6 anos. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Complementar:
BROTTO, F. O. Jogos cooperativos. Santos: Projeto Cooperação, 2001.
KISHIMOTO, T. M. (org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2011.
WINNICK, J. P. Educação física e esportes adaptados. 3. ed. Barueri: Manole, 2004.
COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. (org.). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1.
LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

Pré-requisito: –

1 Identificação							
Componente Curricular Optativo: Educação Profissional Inclusiva e Transição para o Trabalho							
Período	**C.H. semanal (aulas)**	**C.H. hora-aula (50 min)**	**C.H. hora-relógio (60 min)**	**C.H. Teórica (60 min)**	**C.H. Prática (60 min)**	**C.H. EaD (60 min)**	**C.H. Práticas de Extensão (60 min)**
8º semestre	3	60	50	20	30	–	–

2 Ementa

Educação profissional e tecnológica inclusiva. Transição para a vida adulta e o trabalho. Emprego apoiado e Lei de Cotas. Projeto de vida e autodeterminação de jovens e adultos com deficiência. Experiências da Rede Federal e do Napne.

3 Bases Científicas e Tecnológicas

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	1.1 Educação profissional inclusiva 1.1.1 Ações inclusivas na Rede Federal. 1.1.2 Projeto de vida e autodeterminação.
UNIDADE II	2.2 Emprego apoiado 2.2.1 Lei nº 8.213/1991 (cotas). 2.2.2 Articulação com empregadores e serviços. 2.2.3 Planos de transição.

4 Bibliografia

Básica:
SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. 2. ed. Brasília: MTE/SIT, 2007.
REDIG, A. G.; GLAT, R. Programa educacional especializado para capacitação e inclusão no trabalho de pessoas com deficiência intelectual. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 330-355, 2017.

Complementar:
BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Brasília, 1991.
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, 2015.
PLETSCH, M. D. Repensando a inclusão escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: NAU; EDUR, 2014.
CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (org.). Educar em direitos humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2007.

Pré-requisito: –

Documento Digitalizado Público

PPC Educação Especial Inclusiva

Assunto: PPC Educação Especial Inclusiva
Assinado por: Telma Lobato
Tipo do Documento: Anexo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Telma Adriana Souza Lobato**, **DIRETOR DE UNIDADE DE ENSINO - CD0003 - DIREN-PROEN**, em 05/11/2026 12:38:28.

Este documento foi armazenado no SUAP em 05/11/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifap.edu.br/verificar-documento-externo/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 200562
Código de Autenticação: 1b7e7e0c54